

Enfrentamento às violências de gênero:

Políticas Públicas, Interdisciplinaridade e Diversidades



**Isabela Candeloro Campoi; Leonardo Carvalho de Souza;
Maria Inez Barboza Marques; Thaís Gaspar Mendes da Silva**
Organizadores(as)

**ENFRENTAMENTO ÀS
VIOLÊNCIAS DE GÊNERO:
POLÍTICAS PÚBLICAS,
INTERDISCIPLINARIDADE E DIVERSIDADES**

**ISABELA CANDELORO CAMPOI
LEONARDO CARVALHO DE SOUZA
MARIA INEZ BARBOZA MARQUES
THAÍS GASPARE MENDES DA SILVA
(ORGANIZADOR E ORGANIZADORAS)**

**ENFRENTAMENTO ÀS
VIOLÊNCIAS DE GÊNERO:
POLÍTICAS PÚBLICAS,
INTERDISCIPLINARIDADE E DIVERSIDADES**

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Isabela Candeloro Campoi; Leonardo Carvalho de Souza; Maria Inez Barboza Marques; Thaís Gaspar Mendes da Silva [Orgs.]

Enfrentamento às violências de gênero: Políticas Públicas, Interdisciplinaridade e Diversidades. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.
224p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-265-1389-7 [Impresso]
978-65-265-1390-3 [Digital]**

1. Violências de gênero. 2. Políticas públicas. 3. Interdisciplinaridade. 4. Diversidades. I. Título.

CDD – 370

Capa: Luidi Belga Ignacio

Arte da capa: “Mãos: interseccionalidade, mulheres e diversidade”- Izabela Fernanda Rodrigues Oliveira Belo Evangelista

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 – São Carlos – SP
2024

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual do Paraná, pela viabilização da manutenção do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas e pelo apoio ao curso de extensão realizado no ano de 2023, intitulado: “Enfrentamento às desigualdades de gênero a partir das vivências e experiências profissionais”, que deu origem à produção deste livro.

Aos membros e membras do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas da Unespar, Campus de Paranavaí e aos preletores e preletoras, que deram vida ao curso, ao relatarem suas experiências profissionais relacionadas ao enfrentamento à violência de gênero.

À querida professora Dra. Eliane Maio e à Deputada Federal, e também professora Carol Dartora, que tão prestativamente encontraram tempo em meio aos seus compromissos para nos brindar com os prefácios desta obra.

E, por fim, aos autores e autoras dos capítulos, cuja cooperação subjetiva e objetiva permitiram a concretização desta obra. Obrigada pela confiança e pelo entusiasmo.

PREFÁCIO I

Prefaciando uma obra... me dá tanta alegria e orgulho, pois é um convite especial, feito por quem quer, muito, que possamos apresentar a obra e ficarmos, eternamente, envolvidas nela, podendo irradiar o que este livro nos traz.

A obra intitulada *Enfrentamento às violências de gênero: políticas públicas, interdisciplinaridade e diversidades*, organizada pelas/os potentes professoras e professor: Isabela Candeloro Campoi, Maria Inez Barboza Marques, Thaís Gaspar Mendes da Silva e Leonardo Carvalho de Souza, apresenta capítulos que dialogam sobre as questões de violências de gênero, em tempos ainda tão difíceis, em que necessitamos de muita luta e persistência, para que pessoas, geralmente mulheres cis e trans, não sejam violentadas, maltratadas e vitimizadas.

Em breves palavras – pois os capítulos apresentam diversas contribuições sobre o que vêm a ser gênero e a decorrência da violência – mas, trazemos um conceito sobre o significado de gênero, que perpassa pelos textos aqui apresentados: gênero vem a ser uma construção social, política, econômica, histórica, em que se estabelecem comportamentos esperados, que venham a caracterizar/diferenciar o que entendem por homens e mulheres, a partir da genitália, desde o nascimento, ou até antes, em ultrassons. São as características que a sociedade impõe para que sejam diferenciados/as, tais como atividades, às meninas, que envolvam doçura, delicadeza, organização, destreza, etc. Enquanto aos meninos, atividades competitivas, de bravura, de luta, etc.

Ao nascerem, as crianças começam a ser envolvidas, em tudo o que as rodeiam, de forma considerada “natural”, nas diferenciações de gêneros, que acabam sendo incorporadas em como devem agir perante à sociedade. Assim, elas acabam desenvolvendo comportamentos esperados pela cultura que as impõem e naturalizando o seu modo de ser e agir.

Desta maneira, sem diálogos, sem estudos e sem discernimentos, muitas crianças acabam compreendendo o mundo por este viés, o do masculino, viril e forte e o do feminino, gentil, bondoso e frágil. Elas aprendem estas modalidades de ser e agir a partir dos espaços em que mais convivem, desde pequenas: família, escola e algumas igrejas. Bem como a mídia, propagandas, lojas de roupas e brinquedos infantis, músicas, desenhos etc., trazem estas informações.

E as violências de gênero começam a acontecer a partir daí, em que são “aceitas” estas tais diferenciações e são levadas nos relacionamentos, vindo a provocar desgastes, tristezas, dores em todas as pessoas envolvidas.

A violência de gênero pode acometer diversos âmbitos em uma pessoa, que são, geralmente, as mulheres as mais machucadas, tais como: violência sexual, patrimonial, física e psicológica. São praticadas, na maioria das vezes, por parceiros das vítimas, que se acham no direito de fazer isto, de proibi-las de serem quem pretendem ser, de terem a “posse” delas.

Além das dores, físicas e emocionais, elas causam sérios problemas para a saúde a curto e a longo prazo para as mulheres sobreviventes e a seus/suas filhos/as, e levam a altos custos sociais e econômicos, sendo uma violação dos direitos humanos.

Os capítulos desta bela obra nos ajudam a visualizar, identificar, dialogar e compreender de onde vem esta violência toda e o quanto prejudica a família, o espaço escolar, a convivência entre as pessoas, enfim, a comunidade!

É a partir da PREVENÇÃO, que conseguiremos educar as crianças para um mundo melhor, visando a igualdade e a equidade de gênero, e ações políticas, tais como: mais recursos financeiros, estudos, pesquisas e apoio estatal, que proporcionem discernimento e mudança de atitudes machistas, sexistas e misóginas.

Ler os capítulos que compõem este livro, com diversos temas, todos relacionados à violência de gênero e com propostas de

mudanças de atitudes, me deram a esperança de continuar na luta por um mundo melhor!!!

Termino este breve texto, emocionada, e com uma citação da filósofa, negra, estadunidense Angela Davis, “Eu não estou aceitando as coisas que eu não posso mudar, estou mudando as coisas que eu não posso aceitar”. Enfim, não aceitemos mais tanta violência. Mudemos, transformemos!

Dra. Eliane Maio
Esperança, 2024.

PREFÁCIO II

Enfrentar as violências de gênero é, antes de tudo, um ato de coragem coletiva. Para mulheres como eu, que carregam a responsabilidade de serem as primeiras a ocupar espaços historicamente negados, a luta é ainda mais desafiadora. Como a primeira deputada federal negra do Paraná, sei que o caminho para superar essas violências passa por transformar profundamente as estruturas que as perpetuam.

Os desafios políticos são imensos. Precisamos de políticas públicas efetivas, como a Lei Maria da Penha, que representa um marco na proteção das mulheres contra a violência doméstica. Em Curitiba, tive a honra de aprovar uma lei que garante prioridade e agilidade no atendimento de vítimas de violência em todos os equipamentos públicos, uma medida essencial para assegurar que mulheres em situação de vulnerabilidade tenham acesso rápido e eficaz ao suporte necessário.

Mas a legislação, por si só, não basta. É fundamental descolonizar as práticas legislativas e acadêmicas, trazendo para o centro do debate as vozes que sempre foram silenciadas. Durante minha trajetória, sofri a violência do fundamentalismo religioso, que é racista, machista e lgbtfóbico. Esse fundamentalismo, particularmente o de direita evangélica, tem exercido uma influência crescente na política brasileira, criando uma cultura de alienação que reforça desigualdades e perpetua preconceitos.

O fundamentalismo de direita evangélico se manifesta através de discursos que promovem uma visão retrógrada e limitada sobre o papel da mulher na sociedade, frequentemente justificando a submissão feminina e condenando a diversidade sexual e de gênero. Essa ideologia não só legitima a violência contra mulheres e pessoas LGBTQIA+, mas também alimenta uma cultura de exclusão e opressão, dificultando ainda mais o acesso dessas populações a direitos fundamentais.

Esse tipo de fundamentalismo se enraíza nas estruturas de poder, influenciando políticas públicas e decisões legislativas que deveriam proteger a todos, mas que, em vez disso, reforçam a marginalização de grupos já vulneráveis. Enfrentar essa realidade exige não apenas resistência, mas uma ação coordenada para dismantelar essas narrativas opressoras e construir uma sociedade onde a justiça e a igualdade prevaleçam.

Precisamos garantir maior participação de mulheres diversas na política — ter prefeitas, vereadoras, deputadas e senadoras que compreendam a luta pela existência das mulheres e a importância do feminismo. A presença dessas mulheres nos espaços de poder é crucial para que a luta pela igualdade se traduza em ações concretas e duradouras.

Minha trajetória até aqui é prova de que a resistência é possível, mas não deve ser solitária. Precisamos fortalecer redes de apoio, construir alianças e, sobretudo, garantir que cada mulher tenha direito à sua própria voz e dignidade. Superar a violência de gênero exige coragem, mas exige, acima de tudo, uma luta constante por justiça e igualdade em todas as esferas da sociedade.

Carol Dartora
Deputada Federal

SUMÁRIO

17 APRESENTAÇÃO

Parte I

Enfrentamento às desigualdades de gênero a partir das vivências e experiências profissionais

25 CAPÍTULO 1

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER (CMDM) DE PARANAÍ-PR: DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO

Erica da Cruz Novaes Gonçalves Dias

Isabela Candeloro Campoi

Jamila Rodrigues Francisco

45 CAPÍTULO 2

“ELA ATÉ VOLTOU COMIGO”: GRUPOS REFLEXIVOS COM HOMENS ENQUANTO RECURSO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Maria Gabriela Amaro Jacovozzi

Leonardo Carvalho de Souza

Rodrigo Taddeu da Silva

65 CAPÍTULO 3

GRUPO REFLEXIVO COM AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA ATUAÇÃO COM GHAV EM MARINGÁ – PR

Brena Pantoja Guimarães

Maria Inez Barboza Marques

Thaina Marieli Silva Andrade

- 83** **CAPÍTULO 4**
OLHARES DE PROFESSORAS: AÇÕES CONTRA A
VIOLÊNCIA DE GÊNERO DESENVOLVIDAS NA ÁREA DA
EDUCAÇÃO NA CIDADE DE PARANAÍ – PR
Nayara Augusto Felizardo
Camila Clozato Lara

Parte II
Violências e diversidades:
entre ações, representações e estéticas

- 105** **CAPÍTULO 5**
A CULTURA DO MACHISMO EM MÚSICAS BRASILEIRAS:
ARTE, ALIENAÇÃO E POSSIBILIDADES
EMANCIPATÓRIAS
Adrielle de Souza da Silva
Keila Pinna Valensuela
Nathalia de Almeida dos Santos
- 125** **CAPÍTULO 6**
A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E SUAS REPRESENTAÇÕES NO
ROMANCE A VIDA INVISÍVEL DE EURÍDICE GUSMÃO: A
AUTORIA FEMININA
Adrielly Sontag
Maria Izabel Rodrigues Tognato
Wilma dos Santos Coqueiro
- 143** **CAPÍTULO 7**
“ELEVADOR A SERVIÇO”, DE CRISTIANE SOBRAL: UMA
LEITURA DOS RESQUÍCIOS ESCRAVOCRATAS NO
BRASIL DO SÉCULO XXI
Andressa Oliva de Souza
Carolina Rocha de Assumpção
Mayara Karoline Rogaleski
Wilma dos Santos Coqueiro

- 163** **CAPÍTULO 8**
REFLEXÕES INTERSECCIONAIS SOBRE DEFICIÊNCIA E
DIVERSIDADES
Eduardo Alberto Megda
Ivan Ricardo de Melo
Joyce Odaisa dos Santos Ribeiro
Mayara Karoline Rogaleski
Telma Terezinha Lopes Costa
- 181** **CAPÍTULO 9**
DESCOLONIZANDO A PROTEÇÃO SOCIAL: REFLEXÕES
SOBRE A MULHER E O CUIDADO SOCIAL
Quéli Anschau
- 197** **CAPÍTULO 10**
UMA PRESIDENTE “MULHER” SOBRE A RAMPA DO
PLANALTO: ANÁLISE DO DISCURSO DA REVISTA VEJA
SOBRE A PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF
Larissa Morais Vanzela
- 213** **ORGANIZADORAS E ORGANIZADOR**
- 215** **AUTORAS E AUTORES**

APRESENTAÇÃO

O livro **Enfrentamento às Violências de Gênero: Políticas Públicas, Interdisciplinaridade e Diversidades** é produto de esforços e articulações do **Grupo de Pesquisa de Gênero, Trabalho e Políticas Públicas (GTPP)**, da Unespar, *campus* Paranavaí, que há muito tempo entendeu que combater e prevenir violências de gênero é uma missão complexa e desafiadora, que precisa ser promovida em conjunto, de modo articulado e com subsídios teóricos e metodológicos cimentados na perspectiva dos Direitos Humanos, tomados em seu sentido crítico, que qualifiquem esse enfrentamento. Foi orientado por essas teses que o GTPP organizou, no ano de 2023, o curso de extensão: **“Enfrentamento às desigualdades de gênero a partir das vivências e experiências profissionais”** guiado pela ótica do tripé: ensino, pesquisa e extensão que visou oportunizar a discussão relacionada às desigualdades de gênero, abordadas nessas três dimensões.

O curso, intitulado: “Enfrentamento às desigualdades de gênero a partir das vivências e experiências profissionais” foi desenvolvido em sete encontros síncronos que estão disponíveis na plataforma do YouTube¹. O primeiro apresentou uma introdução geral do tema e do curso em si. Na sequência, os encontros foram organizados em cinco módulos, a saber: 1. Dominação patriarcal e exploração capitalista; 2. Desigualdade de gênero e violência contra mulheres; 3. O trabalho do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; 4. Grupo reflexivo com homens; 5. Ações desenvolvidas na área da Educação que contribuem para o enfrentamento à violência de gênero. Por fim, houve um encontro de encerramento com apresentação do percurso do grupo de pesquisa e uma síntese das discussões realizadas ao longo dos módulos.

¹ As aulas do curso estão disponíveis na página do Grupo de Pesquisa: Gênero, Trabalho e Políticas Públicas. Disponível em: <https://www.youtube.com/@gpsquisagenerounespar/streams>. Acesso em: jun. 2024.

Em cada módulo os temas foram discutidos de forma dialógica, relacionando-o diretamente às vivências e experiências profissionais das(os) preletoras(es) em diferentes espaços sócio-ocupacionais, tais como: Núcleo Maria da Penha (Numape/Unespar/Paranavaí), Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM/Paranavaí), Instituto Federal do Paraná (IFPR/Paranavaí), Secretaria do Estado da Educação (SEED), Universidade Estadual do Paraná (Unespar) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Tais experiências contribuíram com a formação de diferentes sujeitos que ampliaram seus conhecimentos a respeito de questões relevantes envolvendo a sociedade capitalista/patriarcal/racista e sexista, com ênfase na busca pela alteração dessas hierarquias e opressões.

Foi esse curso que estimulou o GTPP a produzir a obra que lhes é apresentada, além de ministrantes das aulas do curso, a obra conta com outros(as) especialistas de diferentes áreas do conhecimento e de atuação, fato que registra no livro a perspectiva da interdisciplinaridade como uma marca e contribuição analítica e interventiva.

A obra está organizada em duas partes, sendo a primeira, intitulada: **Enfrentamento às desigualdades de gênero a partir das vivências e experiências profissionais**, na qual se apresentam os textos de pesquisadores e profissionais que atuaram no curso. O primeiro capítulo, produzido pelas pesquisadoras: Erica da Cruz Novaes Gonçalves Dias, Isabela Candeloro Campoi e Jamila Rodrigues Francisco, tem por título: O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER (CMDM) DE PARANAÍ-PR: DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO, no qual as autoras apresentam capacidade revisionista e sintética ímpar sobre os direitos das mulheres no Brasil e refletem sobre desafios e potencialidades dos conselhos de direitos. As autoras tomam as particularidades do conselho dos direitos das mulheres de Paranavaí como empiria de suas discussões, pois duas delas foram conselheiras. Ao final,

defendem como a participação diversa e ativa é um horizonte indispensável da materialização dos direitos de mulheres.

O segundo capítulo, assinado por Maria Gabriela Amaro Jacovozzi, Leonardo Carvalho de Souza e Rodrigo Taddeu da Silva, intitulado “ELA ATÉ VOLTOU COMIGO”: GRUPOS REFLEXIVOS COM HOMENS ENQUANTO RECURSO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO aborda sobre como os mapeamentos de grupos com homens podem contribuir para se pensar sobre a implementação e condução dos mesmos, seguido da apresentação de duas experiências exitosas de formação com homens, “O Homem da Casa” e o “Grupo de Orientação e Sensibilização aos Autores de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher” da comarca de Cianorte-PR”, iniciativa do Ministério Público do Paraná. Tais relatos são iluminadores aos que projetam realizar grupos semelhantes e atuarem nessa frente.

O terceiro capítulo do livro, intitulado “GRUPO REFLEXIVO COM AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA ATUAÇÃO COM GHAV EM MARINGÁ – PR”, é produzido pela experiente professora Dra. Maria Inez Barboza Marques e as jovens pesquisadoras Brena Pantoja Guimarães e Thaina Marieli Silva Andrade. As autoras abordam a problemática da violência doméstica e de gênero a partir da intervenção de grupos reflexivos com autores de violência. Tomam como fonte empírica e reflexiva a experiência de atuação profissional no Programa Conexão, desenvolvido pelo Conselho da Comunidade de Execuções Penais de Maringá/PR, traz contribuições para se pensar os desafios e as potencialidades do trabalho junto aos homens, como eixo indispensável à erradicação da violência contra mulheres.

O quarto capítulo, intitulado: OLHARES DE PROFESSORAS: AÇÕES CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO DESENVOLVIDAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO NA CIDADE DE PARANAÍ – PR é produto das lutas das professoras e pesquisadoras Nayara Augusto Felizardo e Camila Clozato Lara, que relatam o envolvimento em ações de prevenção de diferentes

violências baseadas pelo marcador de gênero, e longe de apenas denunciarem o problema, as mesmas indicam nos termos de uma educação feminista, antirracista e inclusiva um horizonte por uma sociedade igualitária e diversa. Em síntese, as experiências desenvolvidas na rede estadual de ensino de Paranaíba e no Instituto Federal do Paraná, *campus Paranaíba*, são iluminadoras de possibilidades e alternativas educativas.

A segunda parte do livro, intitulada **Violências e Diversidades: entre ações, representações e estéticas**, aglutina textos de pesquisadores(as) do GTPP e colaboradores(as). O quinto capítulo: A CULTURA DO MACHISMO EM MÚSICAS BRASILEIRAS: ARTE, ALIENAÇÃO E POSSIBILIDADES EMANCIPATÓRIAS, é escrito por Adriele de Souza da Silva, Keila Pinna Valensuela e Nathalia de Almeida dos Santos, no qual as autoras selecionaram músicas de diferentes gêneros e analisaram como a arte possui ambiguidades inerentes, sendo que pode exprimir a reprodução de violências contra as mulheres e mesmo “naturalizar” processos desiguais. Contraditoriamente, algumas músicas e produções artísticas podem servir como base crítica e problematizadora das hierarquias de gênero e, inclusive, para a promoção e valorização das mulheres.

O sexto capítulo, A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E SUAS REPRESENTAÇÕES NO ROMANCE A VIDA INVISÍVEL DE EURÍDICE GUSMÃO: A AUTORIA FEMININA, foi escrito por Adrielly Sontag, Maria Izabel Rodrigues Tognato e Wilma dos Santos Coqueiro. As autoras discutem sobre a violência simbólica a partir do romance *A vida invisível de Eurídice Gusmão*, publicado em 2016, por Martha Batalha, evidenciando que até o século XIX, as obras literárias de autoria feminina eram ignoradas pela história da literatura, sendo que foi a partir dos movimentos feministas em 1970 que as produções criadas por mulheres passaram a ganhar força.

O sétimo capítulo, é produto de Andressa Oliva de Souza, Carolina Rocha de Assumpção, Mayara Karoline Rogaleski e Wilma dos Santos Coqueiro, intitulado: “ELEVADOR A SERVIÇO”, DE CRISTIANE SOBRAL: UMA LEITURA DOS

RESQUÍCIOS ESCRAVOCRATAS NO BRASIL DO SÉCULO XXI. O texto evidencia que partir dos anos 1970, com a emergência dos movimentos feministas em todo o mundo, os Estudos Culturais acabam por interseccionar com o movimento feminista, incorporando as demandas de gênero e, posteriormente, de raça em seu escopo de investigação teórica interdisciplinar. Assim, os(as) estudiosos(as) dos Estudos Culturais passam a conceber uma ampla gama de temas ligados à ideologia, autoria, etnia, gênero, classe social, representações identitárias, entre outros temas característicos do mundo contemporâneo.

O nono capítulo, tem por título: REFLEXÕES INTERSECCIONAIS SOBRE DEFICIÊNCIA E DIVERSIDADES e foi escrito pelos mestrandos Eduardo Alberto Megda, Ivan Ricardo de Melo, Joyce Odaisa dos Santos Ribeiro, Mayara Karoline Rogaleski e Telma Terezinha Lopes Costa. Reflete sobre a compreensão da deficiência, explicitando que essa, vai além de uma simples condição médica ou física, ela é influenciada por uma variedade de fatores que incluem: identidade de gênero, raça, classe social, orientação sexual, entre outros elementos que compõem as experiências e a diversidade humana.

O décimo capítulo, DESCOLONIZANDO A PROTEÇÃO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE A MULHER E O CUIDADO SOCIAL, de Quéli Anschau, problematiza a proteção social pensada nos moldes coloniais, a argumentação da autora questiona como a ideia de cuidado das políticas sociais são permeadas pelo machismo e por perspectivas eurocêntricas, sendo que os conhecimentos feministas, indígenas e dos povos tradicionais são desconsiderados e desqualificados na elaboração do Estado de bem-estar social. Ao final, a discussão nos convoca para reflexão sobre alternativas descolonias para compreensão da proteção, cuidado e das políticas sociais.

A obra é fechada pelo capítulo de Larissa Morais Vanzela, que intitula-se: UMA PRESIDENTE “MULHER” SOBRE A RAMPA DO PLANALTO: ANÁLISE DO DISCURSO DA REVISTA VEJA SOBRE A PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF. O texto apresenta

uma investigação sobre o discurso jornalístico produzido pela revista semanal *Veja* durante a posse da presidente Dilma Rousseff. A análise concentra-se nas reportagens publicadas em janeiro de 2011, período em que Dilma assumiu o governo. Como hipóteses centrais, examina como são construídas as representações de mulheres em notícias (e como elas aparecem em notícias com temática política), quais instrumentos discursivos são mobilizados para a construção dessas representações e quais outros sentidos essas representações constroem no debate público.

Assim, convidamos à leitura, estudantes, pesquisadores(as), profissionais e demais pessoas interessadas em entender, prevenir e combater as diversas formas de violência de gênero. O livro **“Enfrentando às Violências de Gênero: Políticas Públicas, Interdisciplinaridade e Diversidade”** oferece uma análise profunda, cimentada em práticas e estudos a partir de diferentes áreas, as quais podem colaborar para o enfrentamento aos problemas advindos das violências de gênero.

Parte I

**Enfrentamento às desigualdades de gênero
a partir das vivências e experiências
profissionais**

O CONSELHO MUNICIPAL DOS
DIREITOS DA MULHER (CMDM) DE PARANAÍ-PR:
DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA LUTA PELA
IGUALDADE DE GÊNERO

Erica da Cruz Novaes Gonçalves Dias
Isabela Candeloro Campoi
Jamila Rodrigues Francisco

“Nós, mulheres, na nossa diversidade e resistência, lutamos por um mundo no qual sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”.
Marielle Franco (1979-2018), citando Rosa Luxemburgo em seu último discurso na câmara dos vereadores do Rio de Janeiro em 08 de março de 2018.

Introdução

As formas de organização das mulheres na luta por seus direitos são concatenadas com seu tempo histórico, cujas circunstâncias são marcadas também pela cultura. Da mesma forma, as ações pela libertação do gênero feminino se expressam por meio de mecanismos diversos, tais como reuniões e eventos mais ou menos institucionalizados, fundação de organizações e entidades, atuação na imprensa, na distribuição de panfletos e da literatura.

Um marco importante é a conquista do voto, quando a política institucional se abre como campo de atuação, como eleitoras e eleitas. No Brasil, a abertura democrática a partir da Constituição Federal de 1988 representa uma outra fase de avanço nos direitos das mulheres, marcada também pela criação de espaços públicos de debates e atuação conjunta entre sociedade civil e o Estado. Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas são conquistados no

cenário político como uma possibilidade de diferentes camadas da sociedade participarem de forma mais efetiva na construção de políticas que atendam às suas demandas históricas e plurais. Os Conselhos Municipais de Direitos das Mulheres (CMDM) vêm desde então, sendo formados, atuando nas pautas e lutas históricas das mulheres.

Embora enfrentem diversos desafios, os Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher (CMDM) se configuram como ferramentas valiosas na construção de novas formas de problematizar as estruturas de poder, na atuação política das mulheres e no reconhecimento das diferenças e da diversidade como elementos essenciais para a construção de políticas públicas mais eficazes e atentas às demandas sociais.

Os Conselhos se configuram como a materialização de ações coletivas em prol de objetivos comuns, como evidenciado pelas redes de solidariedade que se erguem no combate à violência contra as mulheres. Para ilustrar essa realidade, no presente capítulo, trazemos reflexões sobre o histórico de luta por direitos das mulheres, a partir da centralidade dos conselhos ao processo democrático e ao final, destacamos singularidades do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) da cidade de Paranavaí-PR, no qual uma pluralidade de sujeitos se une em ações e políticas públicas para a proteção e promoção dos direitos das mulheres.

Breve histórico dos movimentos de reivindicação pelos direitos das mulheres

Os espaços de atuação feminina pela reivindicação de direitos são diversos e marcados historicamente. Nos primórdios da chamada Era contemporânea (de 1789 até os dias atuais), no contexto de ofensivas contra o Antigo Regime em fins do século XVIII, os clubes de mulheres francesas tornaram-se elemento importante para a mobilização revolucionária, ainda que no decorrer do processo de tomada do poder os anseios femininos de participação política tenham sido frustrados. Como recurso propagandístico para a

mobilização, o movimento se valeu da imprensa e da disseminação de panfletos, principalmente (Morin, 2013).

No século XIX, período em que se forjavam ideias sobre democracia moderna, republicanismos e socialismo, quando se esboçam e se propunham modelos e regimes políticos e de governo inéditos, certamente abriram-se brechas para que, ainda que pontualmente, muitas mulheres reivindicassem seus direitos políticos. Porém, a partir de um discurso moral e de justificativas biologizantes herdadas do Iluminismo, o debate sobre a cidadania feminina mostrou-se paradoxal.

Um claro exemplo pode ser encontrado no Brasil, ainda sob o império, durante os debates parlamentares sobre o voto das mulheres travados em 1821. O projeto do deputado Domingos Borges de Barros defendia que as mulheres, mães de mais de seis filhos, tivessem o direito de votar, de modo que a maternidade justificaria a conquista da cidadania feminina. O argumento principal estava no campo do merecimento: “Como bons filhos, deviam outorgar o direito ao voto a suas mães, como recompensa pela criação delas recebida” (Vásquez, 2014, p. 26).

Assim, foi a partir de sua exclusiva condição, a maternidade, que o discurso dos homens justificava o direito ao sufrágio feminino. Aliás, a dicotomia pautada nas diferenças biológicas foi enrijecida no decorrer dos oitocentos, quando a teoria das esferas definia, dicotomicamente, o espaço público para os homens e o espaço privado para as mulheres, conforme afirma Michelle Perrot (2005, p. 432). Tal prerrogativa estabelecia os papéis sociais a partir das diferenças atribuídas biologicamente e, deste modo, o acesso feminino à instrução escolar se deu a partir da premissa de que isso contribuiria para a formação de boas mães, genitoras de bons cidadãos para a nação que se forjava. Do mesmo modo, a educação feminina naquela sociedade que se aburguesava permitiria às mulheres da elite letrada e urbana a terem acesso a bons casamentos, num movimento de inserção cultural e absorção dos códigos de conduta característicos das classes abastadas.

Em meados da segunda metade do século XIX é possível identificar algumas mulheres que desafiaram normas e convenções sociais em suas trajetórias pessoais, e que se valeram da imprensa publicando suas ideias emancipadoras. Para citar alguns nomes: Nísia Floresta (1810-1885), Joana Paula Manso (1819-1875), Francisca Senhorinha (1834-1910) e Josefina Álvares de Azevedo (1851-1913), esta última defendeu o direito ao voto feminino em peça de teatro e no jornal em que era editora chefe.²

Nos primórdios do feminismo brasileiro, os ideais sobre a emancipação feminina se expressavam na imprensa, principalmente. A chamada primeira onda feminista foi considerada liberal, já que tinha como porta voz as mulheres das classes médias urbanas.

No rol da ampliação dos direitos, o feminismo liberal, muito bem articulado com o sufrágismo internacional, adentrou o século XX com a pauta do sufrágio, conquistado em 1932 pelas brasileiras, principalmente através da figura de Bertha Lutz (1894-1976). Essa feminista histórica atuou em articulação com as instâncias de poder, mas também publicou na imprensa, concedeu entrevistas, fundou associações e angariou apoio das mais diversas ordens, valendo-se do que foi cunhado por Rachel Soihet como feminismo tático, “ação calculada”, entendendo que as condições da luta feminista no país naquele momento não permitiam o enfrentamento direto, não atacando a instituição familiar como espaço de opressão feminina, por exemplo, como uma tática para serem ouvidos os seus anseios. (Soihet, 2006, p. 26-27).

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) foi fundada em 1922, fruto da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher (1918), também sob a liderança de Bertha Lutz. A FBPF instituiu-se como pessoa jurídica com capilaridade em diversos estados do país e teve o tema do sufrágio como principal pauta de

² Todas as informações de caráter biográfico contidas no texto, ver: Schumacher, S.; Vital Brazil, E. (orgs.). **Dicionário Mulheres do Brasil**. De 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

luta. Após a conquista do voto, em 1932, a federação procurou ampliar o potencial eleitoral das mulheres, mobilizando candidaturas nos estados onde havia filiais. As primeiras deputadas federais constituintes foram Carlota Pereira de Queiroz e Bertha Lutz, esta última alçada ao cargo como primeira suplente do Partido Autonomista (Marques, 2020, p. 66).

Uma vez conquistados os direitos políticos com sua inserção no campo da política institucional, as parlamentares promoveram intenso debate sobre as leis em defesa da mulher trabalhadora e o polêmico Estatuto da Mulher. No entanto, a experiência no campo da política no legislativo federal durou pouco: o golpe do Estado Novo em novembro de 1937 e o fechamento do congresso, significaram uma quebra no que foi o início da participação feminina na política institucional. Assim, as circunstâncias políticas marcadas pela instauração da ditadura do Estado Novo (1937-1945) afastaram os eleitores das urnas.

Por outro lado, é preciso considerar outras instâncias de participação na conquista de direitos. Laudelina de Campos Mello (1904-1991) dedicou sua vida em prol das trabalhadoras domésticas e das mulheres negras, foi da Frente Negra Brasileira e do Partido Comunista Brasileiro nos anos 1920, fundou a Associação das Empregadas Domésticas no Brasil, entidade fechada pelo Estado Novo em 1942. Nesse mesmo contexto, Patrícia Galvão (1910-1962), a Pagu, transgrediu padrões tanto na vida pessoal quanto profissional, foi uma crítica ferrenha da dupla moral sexual e esteve ligada ao Partido Comunista, assim como Armanda Álvaro Alberto (1892-1974) que fundou, junto de Maria Werneck de Castro, a União Feminina do Brasil, entidade de vida curta, que, vinculada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), agregava quadros também do PCB à época. Aliás, Maria Werneck havia feito parte da FBPF, mas rompeu com o grupo e, declaradamente marxista, empenhou-se na luta pelos direitos humanos e das mulheres, em especial.

Enfim, as trajetórias pontuais acima referidas evidenciam que antes mesmo do acesso às instâncias de poder pelas vias da política institucional, davam-se outros modos de organização, inclusive

reprimidas pelo regime ditatorial varguista que teve fim no final de 1945, quando novamente as mulheres puderam exercer sua cidadania política.

No entanto, no pós-Guerra, período considerado de retrocesso quanto à participação das mulheres no espaço público, é sintomático que no pleito de 1945 nenhuma mulher tenha sido eleita como deputada federal no Brasil, afinal, intensifica-se o discurso nos meios de comunicação de massa de identificação das mulheres com o lar, vinculando-as ao âmbito doméstico, à esfera privada.

Desde a conquista do voto feminino nasceram críticas à FBPF, considerada burguesa e desligada da realidade da maioria das mulheres do país. Muitas dessas mulheres, principalmente as ligadas à União Feminina do Brasil, com a instalação do Estado Novo, foram perseguidas e presas (Werneck, 1988).

Apesar do fim da ditadura e das eleições de 1945, o Partido Comunista foi colocado na ilegalidade em 1947. Assim, muitas mulheres ligadas ao partido fundaram a Federação de Mulheres do Brasil em 1949, organização que congregava muitas feministas que compactuavam com as ideias de esquerda. Tal organização se alinhava ao contexto da Guerra Fria, quando a onda socialista e a utopia comunista permearam as lutas sociais no Brasil e no mundo no decorrer das décadas de 1950 e 1960.

Certamente, o golpe civil militar de abril de 1964 significou uma quebra importante tanto da participação política institucional, quanto no que diz respeito aos movimentos de mulheres e ao próprio feminismo, cuja interpretação e representação tornou-se bastante negativa naquele contexto.

Em tempos marcados pelo chamado milagre econômico e pelo regime de exceção no Brasil, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu 1975 como o Ano Internacional da Mulher, proporcionando às feministas brasileiras uma brecha importante para a criação de um movimento feminino pela anistia, por exemplo. A princípio em reuniões informais, mulheres como Branca Moreira Alves, então recém-chegada dos EUA, organizaram estrategicamente, sem valer-se da palavra feminismo,

a “Semana de pesquisas sobre o papel e o comportamento da mulher brasileira”, que se tornou o germe do Centro da Mulher Brasileira. Tal entidade congregava principalmente militantes de esquerda, as quais, de alguma forma, valiam-se da entidade para se protegerem da repressão do Estado, como uma organização política possível naquele momento.

Temas como integração das mulheres ao mercado de trabalho, a proposição de mudanças no Código Civil, o qual era muito desfavorável à posição feminina na sociedade, à participação das mulheres na política eram tratados pelo grupo, bastante heterogêneo, de fato. As problemáticas ligadas à divisão de papéis, à violência contra as mulheres, à sexualidade feminina eram reivindicações secundárias naquele momento (Soihet, 2007, p. 242).

Entretanto, com a abertura política a partir de 1979, o debate público sobre a violência contra as mulheres e o assédio sexual se amplia, principalmente a partir de casos emblemáticos trazidos pela grande mídia, mobilizando também as mulheres ligadas ao CMB. A partir dos anos 1980 com a reorganização partidária e as eleições para os diversos níveis, multiplicam-se os coletivos de mulheres em todo país. Nos movimentos sociais, nos sindicatos e nos partidos políticos a participação feminina se estabelece sob a égide da democracia. Assim, ocupando cargos nas instâncias públicas o tema da condição das mulheres vai se estabelecendo paulatinamente.

Esse contexto impulsionou a participação feminina na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, no qual 26 deputadas foram eleitas. Elas se articularam em uma aliança suprapartidária para defender os direitos das mulheres na nova Carta Magna, buscando garantir a inclusão de pautas como igualdade de gênero, direitos reprodutivos, combate à violência contra a mulher e participação feminina na política. A Bancada ou Lobby do Batom, como ficou conhecida, atuou como elo entre os constituintes e os movimentos de mulheres, que realizaram uma campanha nacional intensa a favor das pautas a serem propostas. E, cerca de 80% dessas reivindicações, foram aprovadas, incluindo

a igualdade jurídica entre homens e mulheres, ampliação dos direitos civis, sociais e econômicos e o princípio da não discriminação por sexo e raça-etnia (Monteiro, 2018).

Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres: democracia e defesa das políticas públicas para as mulheres

Após as conquistas das mulheres na Assembleia Constituinte, a busca pela igualdade de direitos foi ampliada para novas possibilidades de luta e participação política. Nesse cenário, os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher se configuram como elementos importantes para a atuação dos movimentos na busca pela igualdade de direitos entre homens e mulheres (Cavalcant; Avelino, 2020; Souza-Lobo, 1991).

Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, enquanto espaços públicos de interlocução entre a sociedade civil e o Estado, significaram uma inovação no panorama da participação sociopolítica nas décadas subsequentes à promulgação da Constituição Federal de 1988. Neles, representantes de distintos setores da sociedade se reúnem para deliberar sobre a gestão pública, exercendo o controle social, promovendo a efetividade das políticas públicas e contribuindo para uma utilização mais eficiente dos recursos públicos. Essa articulação entre Estado e sociedade civil configura um marco na construção de uma democracia mais participativa e plural (IBGE, 2022; Gohn, 2001; Nahra, s/d).

Os Conselhos possuem características singulares, relacionadas ao papel que assumem na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas, com a responsabilidade de garantir uma representatividade múltipla de seus membros, a transparência e prestação de contas do Estado. Eles possuem vinculação ao poder executivo, responsável por determinar os recursos necessários ao seu funcionamento. Ainda assim, possuem autonomia e um caráter permanente, o que incentiva a independência de suas decisões e representatividade de seus membros. Possuem caráter deliberativo, propositivo e suas

atribuições são abrangentes, o que lhe confere uma importância estratégica nas políticas públicas eficazes e responsivas às demandas da sociedade (IBGE, 2022; Nahra, s/d).

As características dos Conselhos Gestores Municipais revelam tanto suas potencialidades quanto seus desafios. No âmbito municipal, esses espaços assumem papéis e ações relevantes, mas nem sempre com a efetividade desejada. Em 2014, estimava-se a existência de cerca de 40 mil conselhos gestores municipais no Brasil, número este de difícil precisão devido à autonomia municipal na criação e regulamentação desses espaços (Buvnich, 2014). Vale destacar que alguns conselhos, como os de educação, saúde e da criança e do adolescente, são obrigatórios, enquanto outros, como o de mulheres, da juventude, e de igualdade racial são facultativos. Essa heterogeneidade impacta na representatividade e na efetividade dos Conselhos.

Koerich e Silva (2023) realizaram um estudo abrangente sobre a evolução dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher (CMDM) no Brasil nas últimas décadas. O panorama apresentado revela um crescimento significativo no número de CMDM, passando de 594 em 2009 para 976 em 2013, o que representa um aumento de 65%. Apesar desse progresso, a análise também evidencia disparidades regionais na distribuição dos CMDM. Em 2018, apenas 12% dos municípios de pequeno porte (até 20.000 habitantes) possuíam um Conselho. Considerando que este grupo de municípios representa 70% do total de cidades no país, essa discrepância na implementação de CMDM entre os municípios de diferentes portes aponta para a necessidade de ações mais direcionadas nestas áreas.

A universalização dos Conselhos é um desafio e fundamental para garantir a participação das mulheres na construção de políticas públicas, para enfatizar a relevância política de suas demandas e até mesmo aprimorar a relação do Estado com a sociedade civil. E, como espaços inovadores de aumento da participação popular para a construção democrática mais plural de políticas públicas, representa aos movimentos sociais

possibilidades de ampliação de influência nas diferentes fases do ciclo de políticas públicas.

É importante ressaltar que a criação e atuação desses Conselhos na luta pelos direitos das mulheres envolve um contexto político favorável para tal nas diferentes esferas de governo. O papel do Conselho Nacional dos Direitos para as Mulheres, criado na década de 1980 e reformulado no início dos anos 2000, é imprescindível para as articulações a nível nacional de todos os Conselhos (Cavalcante; Avelino, 2020). Da mesma forma, os Conselhos Estaduais possuem papel relevante na discussão sobre políticas que possam auxiliar atuações nos municípios que o compõem.

Nos últimos anos, diversos Conselhos estaduais publicaram materiais que instruem a sociedade civil para a criação de Conselhos Municipais de Direito das Mulheres. Esforços que se deram a partir da constatação de que não somente havia poucos conselhos municipais deste tipo, mas também das dificuldades enfrentadas pelos Conselhos existentes. Dentre elas, um funcionamento intermitente desses espaços, o que impactava no planejamento das atividades e na continuidade das políticas públicas para as mulheres, assim como na participação das mulheres na formulação, implementação e avaliação dessas políticas.

Outros desafios enfrentados pelos CMDM incluem aspectos como a não obrigatoriedade e a consequente restrição orçamentária municipal para seu funcionamento. Por vezes não há mecanismos suficientes para capacitação de servidores e representantes da sociedade civil, ou mesmo uma estrutura municipal que comporte as atividades e ofereça suporte para elaboração de instrumentos jurídicos que apoiem as atribuições das componentes do Conselho, o que impacta negativamente na atuação em igualdade de condições destes representantes.

Para que as políticas públicas dos Conselhos Municipais atendam às demandas da sociedade, a presença de mulheres em suas composições é fundamental. Essa representatividade deve incluir agentes de diferentes origens, classes sociais, orientações sexuais, níveis de instrução e outros marcadores de diferença. Essa

pluralidade é crucial para enriquecer o debate e garantir múltiplas perspectivas na busca por direitos e trocas de conhecimentos e expertises. No mais, a complexidade que envolve temas como violência e trabalho exige ações intersetoriais, que prezam por soluções integradas e diferentes níveis decisórios (Raichelis, 2006).

Neste aspecto, os Conselhos se configuram como ferramentas valiosas na construção de novas configurações de poder e reconhecimento das diferenças, nos quais a fala e a escuta se entrelaçam para tecer um futuro mais justo, equitativo e democrático. Reconhecimento social, nesse contexto, significa deter a posse da própria voz e a oportunidade de ser ouvida (Kilomba, 2019), de participar da priorização de suas demandas, discuti-las e transformá-las em ações de reparação. A tecnologia da escuta, nesse cenário, torna-se aliada fundamental na criação de políticas públicas mais representativas, permitindo que os marcadores sociais de diferença não sejam tidos como dessemelhanças, segregação, mas como elementos que permitam que as vozes historicamente silenciadas possam ser amplificadas e, suas necessidades, contempladas.

O reconhecimento das diferenças e da necessidade de reparação das desigualdades permeia a busca por uma agenda comum entre diferentes sujeitos nos Conselhos Municipais. Essa busca nos remete a outra relevância fundamental do papel desses órgãos: as redes de solidariedade que os constituem. Formadas por organizações e atores distintos, essas redes têm propósitos comuns e agem coletivamente em busca de uma vida mais digna às mulheres (Dias; Gitahy, 2021).

Krenak (2020, p. 21) enfatiza esse “andar em constelação” como sendo o cerne das relações das pessoas com o seu entorno é essencial para a promoção das ações de cuidado e resistência. E, neste sentido, os Conselhos representam ainda um elemento central na potência da participação popular coletiva nos âmbitos locais e regionais. Diante de um contexto de redução de investimentos federais para as políticas públicas voltadas às mulheres, como ocorreu durante o governo de Jair Messias

Bolsonaro (2019-2022) em relação ao combate à violência contra a mulher, os Conselhos Municipais tornaram-se alternativa para a continuidade das lutas e esforços em busca de equidade de condições para mulheres e homens. No contexto de isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19, os Conselhos que compõem as redes de apoio contra a violência doméstica e familiar se mostraram resilientes e adaptáveis. Frente ao alarmante aumento dos casos de violência de gênero durante esse período, essas entidades reconfiguraram suas atividades para garantir a continuidade do acolhimento e da proteção às mulheres vítimas.

A participação das redes de solidariedade nos Conselhos Municipais demonstra que o Estado não deve se eximir de suas responsabilidades sociais e econômicas. Elas, na verdade, abrem portas para a sociedade civil ter uma participação mais ativa nos espaços institucionais e políticos, possibilitando-nos, como diria Lélia Gonzalez (2020, p. 312), sermos “sujeitos do nosso próprio discurso”, o poder para falar e ser ouvida a partir do centro. Essa participação amplia as possibilidades de cooperação, reafirmando e fortalecendo as posições da sociedade civil, bem como de publicização das atividades diante da população, enfatizando a importância dos CMDM. Como consequência, as redes de solidariedade renovam as esperanças por um reconhecimento da necessária transformação social que leve em consideração os diferentes aspectos das realidades vividas pelas mulheres.

Estudo de caso: o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Paranavaí-PR

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) desempenha um papel crucial na promoção da igualdade de gênero e no combate à violência doméstica. Sua importância reside na capacidade de articular ações e políticas públicas voltadas para a proteção e promoção dos direitos das mulheres em nível local.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) de Paranavaí, uma cidade de porte médio no noroeste do estado do

Paraná, teve suas bases no I Seminário sobre Gênero intitulado “Violência de gênero e violência doméstica como desafios na sociedade contemporânea”, evento organizado pelo Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas (GTPP) da Universidade Estadual do Paraná, *campus* Paranavaí. Ocorrido nos dias 27 e 28 de março de 2014, resultou na elaboração de propostas para enfrentar a violência doméstica na região, incluindo a criação do CMDM na cidade (Francisco, Marques, 2023, p.112).

Assim, as diversas articulações nesse sentido culminaram na assembleia que elegeu a primeira composição do CMDM, amparada pela Lei Municipal n. 4.453/2015, fruto de colaboração entre sociedade civil, poder público e o Grupo de Pesquisa GTPP. A posse das membras do CMDM ocorreu em julho de 2016, marcando um passo importante na luta pelos direitos das mulheres em Paranavaí.

O CMDM atua na sensibilização da população sobre a gravidade da violência doméstica e na promoção de uma cultura de respeito e igualdade de gênero. Por meio de campanhas educativas, conferências e outras iniciativas, o conselho pretende ajudar a conscientizar a sociedade sobre os direitos das mulheres e as consequências prejudiciais da violência de gênero.

Diante disso, o CMDM de Paranavaí passa a apoiar e promover essas campanhas em parceria com algumas instituições, como destaca Francisco e Marques (2023), o II Seminário sobre Gênero, realizado em julho de 2016 e que teve a importante parceria do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Durante o evento, realizado no Centro de Conferências da Unespar/*campus* Paranavaí/PR, foram abordados diversos temas relacionados à violência doméstica, com destaque para os 10 anos da Lei Maria da Penha.

Empenhadas no enfrentamento à violência doméstica, pessoas e instituições seguiram construindo possibilidade para a execução de políticas públicas em âmbito municipal. Em novembro de 2017, realizou-se uma reunião ampliada do CMDM com a presença de representantes da Câmara de Vereadores de Paranavaí e da Delegacia do município com o intuito de discutir as mudanças

trazidas pela Lei Maria da Penha. Nesta mesma ocasião foi anunciada a implantação do Núcleo Maria da Penha (NUMAPE), um projeto de Extensão da Unespar que atende mulheres da comarca de Paranavaí, sendo quatro municípios e cinco distritos.

No ano seguinte, em 16 de outubro de 2018, a “I Mesa Coordenada sobre Violência Doméstica e Familiar contra Mulher”, foi organizada pelo Núcleo Maria da Penha em colaboração com a Secretaria da Saúde do município, tornando-se um evento marcante, já que na sua realização, Paranavaí recebeu um veículo dedicado ao atendimento de casos de violência doméstica. Essa conquista foi resultado da articulação entre o CMDM, NUMAPE, Delegacia da Mulher, Ministério Público e 8º Batalhão da Polícia Militar (PM), que juntos conseguiram implantar a Patrulha Maria da Penha na região.

Uma das principais funções do CMDM é servir como um espaço de diálogo e cooperação entre diferentes atores da sociedade, incluindo representantes do governo, organizações da sociedade civil, instituições de ensino e outras entidades relevantes. Essa colaboração é essencial para identificar as necessidades específicas das mulheres em situação de violência doméstica e desenvolver estratégias eficazes para combatê-la.

Deste modo, O CMDM, em articulação com o legislativo municipal sugeriu a criação da “Semana de Conscientização e Combate ao Femicídio e Violência contra a Mulher”. Assim, em dezembro de 2018 foi sancionada a lei n. 4.720/201 que incluiu no calendário oficial do município a última semana do mês de novembro para tal.

Entre os meses de outubro e novembro de 2018 teve início às articulações para formar a Rede de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra Mulheres e o CMDM de Paranavaí liderou esse processo, com suporte técnico da assistente social do Ministério Público. Porém, várias entidades participaram da gestão da Rede de proteção além do MP, tais como a Secretaria Municipal de Saúde, o CREAS, a Promotoria de Justiça, a Patrulha Maria da Penha, a Guarda Municipal, a Delegacia da Mulher e o NUMAPE.

Uma reunião convocada pelo CMDM teve como objetivo principal a elaboração de um fluxograma de atendimento para as mulheres vítimas de violência doméstica. Como resultado, ficou acordado que ocorreriam reuniões mensais entre as instituições mencionadas para fortalecer o diálogo entre os serviços, criar estratégias de enfrentamento à violência e qualificar os agentes da rede (Francisco, Marques, 2023).

Na mesma toada de ações o CMDM, juntamente com o NUMAPE, organizou a II Mesa Coordenada sobre Violência Doméstica, realizada em 30 de maio de 2019, no Centro de Eventos de Paranavaí. Durante o evento, foi conduzida uma oficina de capacitação para a elaboração da Notificação Compulsória, visando melhorar a qualidade dos dados enviados para a Vigilância Epidemiológica. Esses dados são fundamentais para identificar casos de violência doméstica em Paranavaí e região, conforme mencionado por Silva (2019).

Do mesmo modo, o CMDM desempenhou um papel fundamental na organização da agenda unificada para os “21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres”. Coordenando uma série de eventos e iniciativas ao longo desses dias, o CMDM buscou envolver toda a comunidade na conscientização e combate à violência de gênero por meio das instituições pertencentes ao Conselho e à Rede de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no município. Por meio de palestras educativas, marchas e campanhas de conscientização nas redes sociais, a agenda unificada foi pensada para abordar diferentes aspectos e desafios enfrentados pelas mulheres em relação à violência. Tal iniciativa de criar uma agenda unificada para esse período foi um passo significativo na coordenação de esforços para combater essa forma de violência e essa campanha tem sido assumida pelo CMDM ano a ano desde então.

Os chamados 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres constituem uma iniciativa global e anual encampada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Tal campanha tem início em 25 de novembro, reconhecido como o Dia Internacional

pela Eliminação da Violência contra as Mulheres em memória às irmãs Mirabal, brutalmente assassinadas pela ditadura de Leônidas Trujillo na República Dominicana nesta data em 1960 e se estende até 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Desde 1991, aproximadamente 150 países aderiram a esta causa. No Brasil, essa campanha se estende por 21 dias, começando em 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, tendo em vista que as mulheres negras representam a maioria das vítimas de violência no Brasil. Além disso, abarca o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, celebrado em 6 de dezembro (Francisco, Marques, 2023).

Essa iniciativa teve início em 2019, sendo que, em 2020 e 2021, foram realizados os eventos de forma remota devido à pandemia do COVID-19, organizada também nos anos de 2022 e 2023. Ao unir diferentes grupos, instituições e indivíduos em torno de uma programação comum, o CMDM tem promovido uma maior conscientização e mobilização em prol da causa. Essa abordagem unificada não apenas ampliou o alcance das atividades, mas também fortaleceu a solidariedade e o apoio mútuo entre os participantes. Como resultado, os 21 dias de ativismo se tornaram uma plataforma poderosa para promover conscientização, educação e ação concreta na luta contra a violência de gênero.

Desde o início de 2023 o estado do Paraná conta com a Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI), o qual, em articulação com o Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres criou o Fundo Estadual dos Direitos da Mulher. Tal prerrogativa incentivou o CMDM na elaboração de um fundo municipal, o qual, após intenso debate com as instâncias jurídicas do executivo e do legislativo municipal, foi aprovado em dezembro do mesmo ano.

Assim, desde sua criação, o CMDM de Paranavaí se mantém como instância importante na organização da luta em defesa das mulheres no município. De gestão em gestão, suas membras têm se articulado progressivamente nesse sentido.

Considerações finais

As mulheres se fizeram e se fazem ouvir por meio de uma multiplicidade de meios e organizações. Historicamente, são muito diversas as reivindicações e as formas de luta. Para além do empenho feminino junto à política institucional, os movimentos de mulheres se estenderam de muitas formas e as conquistas alcançadas com a Constituição de 1988 se desdobraram a partir da participação democrática por meio dos conselhos de direitos como órgão propositivos e fiscalizadores, resultando em formas de participação inéditas.

Os Conselhos Municipais vêm representando, neste sentido, espaços ímpares na luta pela igualdade de gênero e na defesa dos direitos das mulheres nos âmbitos local e regional. Neles, diferentes atores podem se articular em rede de solidariedade para facilitar o encaminhamento de soluções e propostas de políticas para o atendimento às demandas das mulheres em vulnerabilidades e para a efetivação de seus direitos sociais e econômicos, em busca de um futuro justo e inclusivo. A ação coletiva estratégica é fundamental tanto para a existência destes espaços quanto para a concretização dos objetivos comuns definidos por seus membros, por meio da promoção de pontes de diálogo entre a sociedade civil e o poder público municipal.

Essa estratégia, por sua vez, deve incluir uma multiplicidade de vozes, de forma a garantir que sejam ouvidas e que as políticas contemplem demandas mais abrangentes e profundas. Assim, urge a necessidade de haver mulheres que atuem nestes espaços e que representem distintas camadas sociais. Uma participação mais plural da sociedade nos Conselhos Municipais é um passo para a inclusão ao centro dos discursos políticos de atrizes e atores historicamente segregados. Os Conselhos se tornam assim, também um espaço de resistência.

No caso demonstrado neste capítulo, foi ressaltado como abordagens unificadas dos sujeitos e instituições locais resultaram, tanto na criação de um Conselho Municipal, quanto no seu

desenvolvimento como espaço efetivo de lutas e buscas por direitos das mulheres. O CMDM do município de Paranaíba tem sido elemento fundamental na proposição de programas e ações, bem como na articulação de políticas públicas e campanhas em defesa das mulheres. Ficou evidente a importância da Unespar, instituição pública de ensino superior do estado do Paraná, por meio do grupo de pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas nesse processo, mostrando a relevância da participação da sociedade civil.

O Conselho atuou para identificar as necessidades específicas das mulheres e criar propostas de soluções no enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres, a partir da articulação e cooperação com atores-chave da cidade de Paranaíba. Essa cooperação em rede possibilitou a ampliação do alcance das atividades e fortaleceu o apoio mútuo e solidariedade entre os participantes das ações propostas. Nesse esforço, destacam-se as ações realizadas pelo Conselho para a sensibilização da população por meio de campanhas educativas sobre violência doméstica e sobre os direitos das mulheres.

Referências

BUVINICH, D. O mapeamento da institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas nos municípios brasileiros. **Revista da Administração Pública**. Rio de Janeiro n. 48, v1, pp.55-82, jan./fev. 2014.

CAVALCANTE, J.; AVELINO, D. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher: agenda política e atividades executadas. In: AVELINO, D.; FONSECA, I.; POMPEU, J. **Conselhos Nacionais de Direitos Humanos: uma análise da agenda**. Brasília-DF: IPEA, 2020.

DIAS, E; GITAHY, L. Redes de Solidariedade e Afeto: a defesa da vida em tempos de COVID-19. **Observatório da Imprensa**, edição 1166, nov/2021. Disponível em: <https://www.observatoriodaim>

prensa.com.br/coronavirus-covid-19/redes-de-solidariedade-e-afeto-a-defesa-da-vida-em-tempos-de-covid-19/. Acesso em: jan. 2024.

FRANCISCO, J. R.; MARQUES, M. I. B. As ações desenvolvidas para o enfrentamento à violência contra mulheres no município de Paranaíba. *In: Interfaces da Dominação Patriarcal: do debate acadêmico às práticas sociais*. 1 ed. Curitiba: Appris, 2023.

GOHN, M. da G. M. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, M. Conselhos gestores na política social urbana e participação popular. **Cadernos MetrÓpole**, n.07, p.09–31, 2002. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9257>.

GONZALES, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Guia para criação de Conselho Municipais dos Direitos das Mulheres**. Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos: 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Perfil dos municípios brasileiros: 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KILOMBA, G. **Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KOERICH, M.; SILVA, J. Participação política de mulheres em espaços de controle social: qual a importância dos Conselhos Municipais de Direitos das Mulheres em Santa Catarina e no Brasil. **Revista del CESLA. International Latin American Studies Review**, n.32, pp.65-82, 2023.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LIMA, J; RONCONI, L. Coprodução de políticas públicas voltadas aos direitos da mulher: o caso do Conselho Municipal dos direitos

da mulher de Florianópolis. **Revista dos Estudantes de Públicas**, v. 3 n.1, 2018.

MORIN, T. M. **Virtuosas e perigosas: as mulheres na Revolução Francesa**. São Paulo: Alameda, 2013.

NAHRA, C. M. **Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas e os Conselhos Tutelares**. Disponível em: <https://site.mppr.mp.br/crianca/Pagina/Os-Conselhos-Gestores-de-Politicas-Publicas-e-os-Conselhos-Tutelares>. Acesso em: jan. 2024.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

SCHUMACHER, S.; VITAL BRAZIL, E. (orgs.). **Dicionário Mulheres do Brasil**. De 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SILVA, A. de S. da. **A Violência Doméstica na Trajetória das 'Marias' Atendidas pelo NUMAPE**. 2019. 131f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual do Paraná, Paranavaí, 2019.

SOIHET, R. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SOIHET, R. Encontros e desencontros no Centro da Mulher Brasileira (CMB): anos 1970-1980. **Revista Gênero**. Niterói, v.7, n.2, 1.sem., 2007, p. 237-254.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

VÁSQUEZ, M. L. O. Discussões feministas no século XIX. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v.6, n.11, jul./dez, 2014, pp. 23- 38.

WERNECK, M. **Sala 4: primeira prisão política feminina**. Rio de Janeiro: CESAC,1988.

“ELA ATÉ VOLTOU COMIGO”: GRUPOS REFLEXIVOS COM HOMENS ENQUANTO RECURSO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Maria Gabriela Amaro Jacovozzi

Leonardo Carvalho de Souza

Rodrigo Taddeu da Silva

Introdução

A frase que trazemos em nosso título: “Ela até voltou comigo” nos foi dita em grupo com autores de violência doméstica, o autor havia ameaçado a filha da ex-esposa, a ex-esposa e o novo namorado da mesma, à época, utilizando uma faca de cozinha, o autor da violência dizia não entender o porquê havia sido encaminhado para o grupo, pois pensava que não tinha cometido nenhuma violência, alegava que “só estava com a faca, mas não ia utilizar”, adiante afirmou que a ex-esposa ainda gostava dele, pois “ela até voltou comigo”. Infelizmente, essa compreensão é, por vezes, comum, não perceber as violências psicológicas e simbólicas como violências. É nesse tipo de compreensão e em outras várias conectadas às violências de gênero, que os Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência (GRHAV) e outros grupos com homens podem incidir. É preciso alterar a cultura machista e promotora do feminicídio e isso passa pela mudança de paradigma em relação à masculinidade.

Infelizmente, a violência contra a mulher se reverbera na sociedade, um panorama geral dos dados internacionais e nacionais indicam uma problemática social, seja se tratando dos números de violência física, psicológica, moral, patrimonial ou de

sua pior expressão que é o feminicídio, sempre elevados (Souza; Jacovozzi; Marques, 2023).

Ao empreender esforços para entender a genealogia da violência contra as mulheres e como tal violência se propaga e se reproduz, identificamos que os agressores na maioria esmagadora dos casos são homens, ex-parceiros, parceiros e filhos. Fato que coloca os homens no epicentro da promoção de violências. Assim, surge a impressão de que as mulheres são gritantemente prejudicadas por esse modelo de violência e de fato são. Contudo, seriam somente as mulheres, vitimadas por modelos perversos de masculinidade? Quando vamos analisar outros tipos de violência – como mortes por arma de fogo, mortes no trânsito – brigas de rua – abusos sexuais contra crianças e adolescentes entre outras, tem aparecido também os homens como praticantes principais dessas violências. Esse fato, tem indicado que realizar o enfrentamento de violências não pode ser restrito ao atendimento das vítimas, ou restrito à punição dos violadores, que por vezes, reincidem. O que se tem demandado são trabalhos que incidam na mudança dessa estrutura machista, patriarcal e desigual que massacra mulheres principalmente e também os próprios homens. E nesse sentido, o trabalho socioeducativo com autores de violência é pertinente e indispensável (Vieira; Souza, 2022; Souza; Jacovozzi; Marques, 2023).

Considerando a problemática supracitada, nesse capítulo apresentamos uma discussão sobre uma tarefa inadiável para todos e todas que estudam, atendem e militam pelo fim da violência contra as mulheres, que é o trabalho de Grupos reflexivos com homens ao enfrentamento à violência de gênero. Este capítulo é produto de uma aula ministrada no curso de extensão: “Enfrentamento às Desigualdades de Gênero a Partir das Vivências e Experiências Profissionais”, ofertado de modo online, no ano de 2023. Além da transcrição da aula do “Módulo IV - Grupos reflexivos com homens” para este texto ³ que ora apresentamos,

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1sXNclRlqUc>. Acesso em: abril de 2024.

buscamos registrar alguns elementos teóricos e metodológicos amadurecidos pelas discussões dos autores, realizadas nas aulas e no âmbito do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas (GTPP)⁴ da Unespar.

Na organização do texto, apresentamos inicialmente, uma discussão sobre mapeamento de grupos reflexivos com homens que têm sido desenvolvidos, considerando seu formato, responsáveis pela iniciativa, organização, duração, temas debatidos, metodologias, etc. O que permite um panorama desses grupos. Na segunda parte do texto, apresentamos a experiência de um dos autores em um grupo reflexivo, intitulado: “O homem da casa”, que faz reflexões sobre masculinidades, sendo que propiciou a produção do livro “O Homem da casa: pequeno guia para errar menos e viver mais” que sintetiza reflexões realizadas por participantes do grupo. Por fim, na última parte, apresenta-se a experiência de um dos autores em um grupo reflexivo no município de Cianorte-PR, iniciativa do Ministério Público do Paraná. O texto é encerrado com o registro de algumas considerações sobre os desafios na condução dos grupos reflexivos com homens e a respeito de contribuições desses grupos.

Lições a partir dos mapeamentos sobre grupos reflexivos com homens

De acordo com estudo atualizado, realizado em 2023 pelo Grupo Margens da Universidade Federal de Santa Catarina em convênio com o Colégio de Coordenadores Estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (COCEVID), atualmente foram mapeadas 498 iniciativas, um aumento em 59,61% em relação ao mapeamento de 2020. Em um

⁴ O grupo produz pesquisas, eventos e outras atividades acadêmicas que tenham como foco debater a categoria gênero, em sua transversalidade, historicidade e interface com as políticas públicas, com o trabalho e com a divisão sexual do trabalho. O grupo conta com docentes, estudantes e profissionais de diferentes áreas do conhecimento e de atuação.

total de 461 respostas, 79,3%, ou seja, 367 iniciativas afirmaram que a entrada dos homens nos grupos reflexivos, se deu no momento da aplicação da medida protetiva, por meio de encaminhamento obrigatório, seguido de encaminhamento como pena (44,3%) e como condição de suspensão da pena (24,3%). O Enunciado 69, resultado do XIV FONAVID em Belém do Pará, traz que o tempo da medida protetiva ou da pena, não está vinculado ao tempo em que o autor da violência permanecerá no grupo reflexivo, a frequência estipulada deve ser baseada em parâmetros técnicos.

A Recomendação nº 124/2022 do CNJ, em seu art. 2º, II, prevê que o número de sessões não deve ser inferior a 8 ou a 3 meses de duração do programa. Para Beiras (2021), o número mínimo deve ser de 10 a 12 sessões. Entretanto, apesar da maioria das iniciativas funcionar com um número de encontros pré-estabelecidos, cerca de 11% do total de 447 respostas, afirmaram que o número de encontros em que o autor deve frequentar é determinado pelo magistrado e 5,1%, vincula o tempo de permanência ao da medida protetiva ou pena.

Há também critérios que impedem a entrada nos grupos ou que para que o autor seja retirado. Em relação a esse tópico foram obtidas 407 respostas, sendo possível selecionar mais de uma opção, assim para 57,1% das iniciativas, o critério utilizado foi o comportamento inadequado em relação ao pessoal da facilitação; 47,2% por não comparecimento injustificado; 46% devido a incapacidade emocional ou cognitiva (transtorno em fase aguda), já para 11,3% não há critérios de exclusão. Beiras (2023), traz que se deve partir do binômio “flexibilidade e especialização” para barrar ou tirar alguém dos grupos, dessa forma, é necessário analisar a melhor alternativa para cada caso concreto. Em 31% dos grupos, a exclusão do participante é feita mediante decisão judicial, após o juízo competente ser informado; 29% ocorrem de forma automática a contar da verificação de algum dos critérios e em 25%, ambas as formas são utilizadas (Beiras, 2024).

Apesar de todas as iniciativas mapeadas serem nomeadas por grupos reflexivos e responsabilizantes pelos autores do

mapeamento, há diferentes formas de intervenção encontradas nas 435 respostas colhidas, sendo possível mais de uma opção. As sessões em grupo representam 81,1%; 42,3% são informações para o juízo ou tribunal; 37,5% palestras informativas; 35,6% por meio de sessões individuais; 17,9% por acompanhamento telefônico; 17% misturam sessões individuais e em grupo; 7,8% realizam-se por visitas domiciliares; 5,1% sessões com a (ex) companheira; 3% sessões familiares e 1,6% desenham um plano de proteção para a vítima. No que se refere ao formato dos grupos, existem duas formas, o aberto em que os homens entram conforme são encaminhados, assim não se mantém a mesma turma inicial e no formato fechado, os mesmos participantes devem permanecer para fechar um ciclo completo de encontros.

Alguns grupos funcionam de forma aberta por certo tempo, até completar determinado número de sessões e depois operam de maneira fechada. A maioria dos grupos, 64%, optam pelo formato fechado; 27% por grupo aberto e 33,8% aberto até um determinado número de sessões. Beiras (2021), pondera que os dois modelos apresentam vantagens e desvantagens. Nos grupos fechados, há o fortalecimento dos laços afetivos entre os participantes, assim facilita o desenvolvimento da confiança, porém é mais propício para criarem alianças e resistências. Já os grupos abertos, por conta da rotatividade de participantes, dificultam resistências entre eles, ao mesmo tempo que apresentam maior dificuldade em criar laços de confiança.

Referente ao tempo de duração de cada encontro, 20,9% das 436 respostas, relataram que duram por uma hora; 22,2% uma hora e meia; 50,7% duas horas; 1,4% duas horas e meia e 4,8% três horas ou mais. Quanto aos locais em que se realizam os encontros do grupo, o estudo obteve 463 respostas (era possível marcar mais de uma opção), sendo a maioria correspondente a 47,7% nas dependências do Poder Judiciário; 18,1% em espaço do Município, como o CRAS e CREAS, por exemplo; 9,7% nos centros de atenção específico do programa; 6,9% em espaço de Faculdade ou Universidade; 5,4% no espaço do Conselho da Comunidade; 4,1%

na modalidade virtual; 2,4% nas dependências da Polícia; 2,4% nas dependências do Ministério Público; 2,2% no espaço de ONG e 15,6% apresentaram outros lugares (Beiras, 2024).

O autor Beiras (2021), explica que a literatura é quase unânime em indicar o máximo de 20 participantes por turma, como o ideal para que cada um possa se expressar com certo aprofundamento e seja possível uma reflexão acerca das temáticas trabalhadas. A maioria das iniciativas mapeadas estão de acordo com a recomendação, pois 77% possuem entre 10 e 20 participantes; 15% entre 21 e 40; 6% menos que 10 e 2% atuam com mais de 40.

Outra característica abordada em 450 respostas foi o objetivo das intervenções, sendo possível mais de uma opção. Para 84,95%, o objetivo é a conscientização e diminuição de comportamentos sexistas, machistas e misóginos; 83,3% buscam refletir e repensar masculinidades; 80,7% a responsabilização; 71,1% o controle da ira e mudança de comportamento; 70,7% a promoção da equidade de gênero; 68% a desvinculação entre masculinidade e violência e 63,1% a paz no lar; 14,9% o restabelecimento da relação conjugal e 13,3% indicaram outras respostas. Especificamente sobre o restabelecimento da relação conjugal, Beiras (2024) tece uma crítica:

[...] de maneira alguma o grupo reflexivo deve se prestar a uma finalidade declarada quanto à relação do sujeito, em especial quando consideramos a provável situação de violência envolvida. Que o trabalho subjetivo operado tenha como efeito um desenvolvimento pessoal no homem que permita, de alguma forma, o restabelecimento da relação afetada pela violência, já é algo que desborda em muito a competência do grupo, que deve estar circunscrito ao processo reflexivo e responsabilizante do homem (Beiras, 2024, p. 71).

No tocante aos temas trabalhados nos encontros, foram obtidas 452 respostas, sendo possível selecionar mais de uma opção. Os mais trabalhados são: Lei Maria da Penha (95,6%); formas de violência (93,8%); relações afetivas (90,3%); formas de

resolução de conflitos (84,3%); relações de gênero (84,1%); álcool e outras drogas (75%); história de vida dos participantes (64,8%); saúde do homem (64,6%); controle da ira (52,7%); feminismos e movimentos de mulheres (47,3%); orientações judiciais sobre os processos (43,4%); temas livres sugeridos pelo grupo (43,4%) e temas livres trazidos pelos facilitadores (42,7%).

Em resumo, apresentamos nesta parte do texto as principais características dos grupos reflexivos com homens, mapeados em 2023, o que nos permite entender de forma geral sua dinâmica, algumas recomendações e modos de condução. No próximo item trataremos sobre a experiência de um dos autores no grupo reflexivo sobre masculinidades, intitulado, “O homem da casa”.

“Agora, você é o homem da casa”: reflexões sobre a experiência de um grupo com homens sobre masculinidades

“O homem da casa” é um grupo que eu iniciei em 2019, ainda no formato presencial. Falando do nome, de como surgiu, em 2004, infelizmente, eu perdi o meu pai, que faleceu em decorrência de um câncer. Logo, morávamos eu, minha mãe e minha irmã e, a partir de então, eu passei a ouvir algo que é muito comum, ouvir pessoas dizendo: “agora você é o homem da casa!”. Mas, eu pensava sobre o que é ser o homem da casa? Que responsabilidades eu tenho, então? Assim, passei a estudar e pesquisar sobre isso, sobre a temática das masculinidades. Posteriormente, eu iniciei o curso de Psicologia e esse estudo só foi se aprofundando. Então, nesse percurso, foi muito comum lidar com essa frase, com esse conceito. Anos depois, eu continuei pesquisando e participando de grupos no WhatsApp, nos quais a gente reconhece e vivencia muito machismo, sob influência do patriarcado.

As questões ainda eram remanescentes, ainda havia essa dúvida: quem é esse homem da casa? Agora, respondendo o que significa ser o homem da casa: existe um filme, de 2005, que o nome

é⁵“O homem da casa”. No centro da capa do filme tem um homem, aparentemente, xerife, e as mulheres ao lado, e a posição das pessoas formam uma casa. O homem da casa, segundo conhecimentos difundidos e encontrados em uma rápida busca pela internet, significa ser o homem que controla não somente a casa, mas também a mulher. Nesse sentido, o nome do grupo é proposital, tem a proposta de questionar que homem é esse? E se de fato ele deve ter o controle sobre a casa e sobre as mulheres. Pois, a gente sabe muito bem o que acontece quando o homem perde esse controle, a gente sabe do contexto do feminicídio no nosso país, além de casos em que o homem comete homicídio dos membros da família e, logo após, comete o suicídio.

Essa é uma questão ainda muito presente, e o grupo vem, então, com esse objetivo de questionar que homem que é esse e o que, de fato, a gente precisa desconstruir em relação às masculinidades. Então, como disse, o grupo foi criado no final de 2019, de forma presencial, antes da pandemia e, depois, nós tivemos a intercorrência da pandemia, logo passamos a realizar os encontros de forma online, o que facilitou e possibilitou a participação de homens de todo o Brasil. Então, no decorrer dos encontros, nós tivemos aproximadamente 50 homens participando dos encontros, dos estados do Paraná, do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará.

Agora, falando do método reflexivo, de como acontece e aconteceram esses encontros, tem uma discussão mais interna, do movimento entre grupos com homens e grupos reflexivos com os homens autores de violência, que propõe limitar o termo “grupo reflexivo” somente para aqueles grupos que estão relacionados às iniciativas do poder judiciário, que estão vinculadas ao poder judiciário. Por outro lado, utilizam o termo “grupo com homens” somente às iniciativas voluntárias, como foi a minha proposta. Mas, eu estava pensando, então, qual a diferença prática entre esses

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OcMdjbDLdMo>. Acesso em: mai. 2024.

grupos? Em 2021, eu fiz o curso sobre a metodologia de grupos reflexivos de gênero com homens autores de violência que, inclusive, foi realizado pelo Instituto NOOS, que a Maria Gabriela já citou, e teve a participação do Adriano Beiras e do Alan Bronz, que são referências na área de masculinidades. Após o curso, eu percebi que, em relação à prática, a minha proposta não estava tão distante da metodologia apresentada, o que foi muito bom, porque uma das principais características de um grupo reflexivo é que ele tem o caráter reflexivo e responsabilizante, a construção deve ser coletiva, horizontal, e a partir de perguntas que promovam a participação ativa todos os todos os participantes.

A proposta do grupo “O homem na casa” é que a discussão possibilite uma percepção crítica da sociedade, é algo que a gente tem acordado, como essas pautas não podem estar separadas. Por exemplo, se a gente percebe um problema, e esse problema está muito relacionado com o outro, como um fato, nos Estados Unidos, de um idoso que acabou atirando em um adolescente preto, porque o menino errou de casa. Assim, a gente percebe que não é somente a questão do racismo, mas uma questão, também, do patriarcado, do poder. Então, essas pautas, elas não podem ser concebidas separadamente, uma está relacionada com a outra. Sabemos que pautas diferentes carregam pesos diferentes, históricos diferentes, mas elas não podem ser trabalhadas separadamente (Silva *et al*, 2023).

Agora, tratando um pouco sobre a facilitação desse grupo, é algo que eu percebi, que é independente do grupo, é um desafio, a gente está lidando com demandas diversas, com temas importantes, e eu percebi que essa facilitação deve proporcionar um espaço acolhedor, de acolhimento, porque imagine: o homem é autor de violência, autor das violências, ele já passa por uma situação de uma abordagem policial mediante violência, muitas vezes, depois, de uma segunda abordagem, na delegacia, por fim, no fórum, que também são abordagens mais incisivas, mais duras. Então, nesse momento em que o homem chega no grupo reflexivo ou no grupo com homens, ele também espera encontrar essa

abordagem mais dura. Então, esse espaço de acolhimento é muito importante, para quebrar logo de início aquela resistência da participação nos grupos (Silva *et al*, 2023).

Outra característica muito importante, que a gente percebe no trabalho com medidas socioeducativas, é que essa facilitação, esse grupo, deve ter um caráter pedagógico, não punitivo. A gente fala muito, também, da comunicação não violenta, da importância da comunicação não violenta nas discussões desses grupos e, da necessidade da mudança do termo “agressor” para “homem autor de violência”. Pois, o termo agressor não possibilita uma mudança para além desse conceito, desse grupo de comportamento. Já, quando eu concebo o termo “homem autor de violência” eu posso lidar com a transformação, com a mudança de padrões de comportamento.

Por último, não menos importante, a facilitação de um grupo deve ter a responsabilização como meta, mas não como objetivo único. Digo isso porque, houve um encontro, muito simbólico, em que nós tivemos, sobre masculinidades e armas. O tema já é muito genérico, porque a ideia é que a gente trabalhe toda a discussão ali, durante o encontro. Mas, nesse encontro, especificamente, teve a participação de um policial, que era a favor de armas, e, por outro lado, tínhamos homens com um perfil mais progressista. Então, para vocês terem uma ideia da importância da facilitação nesse momento. Esse encontro, especificamente, ele teve como resolução, como condutor, a questão do uso progressivo da força, foi o limite que nós conseguimos chegar. Então, a responsabilização estava ali como meta, assim como a pacificação, enfim, a quebra desse comportamento agressivo. Mas, o limite que nós conseguimos chegar foi no uso progressivo da força, isso nos diz muito sobre a quantidade de encontros. Se a gente tem dois encontros somente para a vinculação com os homens, eu não vou conseguir trabalhar a questão da agressividade e das masculinidades vinculadas às armas em um encontro, eu preciso de mais encontros, porque isso nos traz muitos grupos de comportamentos diferentes. Então, para uma questão, às vezes, eu preciso de mais de um encontro.

Principalmente, o encontro inicial, de vinculação, vai percorrer toda a duração do grupo em si.

Como esse grupo era um grupo aberto, outros homens poderiam entrar durante o percurso. A gente trabalha muito essa questão do vínculo no decorrer dos encontros, também. Algo que a gente acordou, desde o princípio, pensando na facilitação da participação e da vinculação de outros homens, foi tirar fotos de todos os encontros, e isso foi um consenso entre os participantes. Quem não queria não tirou, mas é uma forma de mostrar: “olha, estou aqui, estou participando” e de outros homens verem isso e falarem: “Ah, eu vou participar, também, porque tenho um amigo meu que está participando!”. Então, é uma forma de chamar outros homens para esse diálogo. E, ao mesmo tempo, isso mostra um compromisso, de assumir aquele comportamento de combate e de desconstrução da masculinidade e do patriarcado. Uma vez que o homem que comete uma violência está participando de um grupo reflexivo, a própria comunidade pode responsabilizá-lo, algo que a gente fala em todos os encontros: “todo comportamento tem uma consequência!”. Essas questões são muito importantes o tempo todo e a gente reforça a necessidade de participar dos encontros, além de psicoterapia, de estar em diálogos profundos com outros homens.

Falando um pouco sobre as dificuldades, é algo que os materiais já nos trazem e, também, a partir do curso do NOOS, é da dificuldade que a gente encontra quando se tem somente um facilitador ou facilitadora no grupo. Então, o curso até apresenta a importância de ter mais de um(a) facilitador(a). Inclusive, falando sobre a diferença de gênero, sendo um facilitador homem e facilitadora mulher ou pessoa não binária, enfim. Mas, de trazer a diversidade para dentro dos grupos, dentro dessas discussões, e da importância de trabalhar pautas diferentes nas mesmas questões: a desconstrução do patriarcado. Uma outra dificuldade foi em relação à participação online, sobre a necessidade de certa tecnologia de acesso à internet, a gente tem intercorrências. Foi uma das dificuldades encontradas, além da escolha de aplicativos, uma série de questões que poderiam afetar na duração dos encontros e

na própria participação. Por último, outra dificuldade foi em relação aos limites da mediação, como eu apresentei, agora há pouco, sobre o encontro, o exemplo das masculinidades e armas, de estarmos cientes dos limites, de qual é o meu limite na mediação e até que ponto a gente pode chegar.

Durante outros encontros, com esses homens, considerando as suas particularidades, as suas diferenças, é muito importante estabelecermos os limites da mediação, até para a continuação dos encontros. E, sobre as conquistas, acho que a principal conquista é, de fato, a mudança de comportamento dos homens e, principalmente - vou antecipar aqui, falando sobre agentes de mudança - até existe um conceito da psicologia comportamental, "Green" que é utilizado para descrever situações em que não somente a pessoa mudou seu comportamento, em decorrência da psicoterapia, ou de um movimento, enfim. Mas, a pessoa se tornou, através dessa mudança, um agente de mudança na comunidade. Ou seja, ela passou a mudar o comportamento de outras pessoas. Então, isso é muito importante, quando a gente fala de grupos reflexivos com homens, a gente fomenta a necessidade por rompermos com o pacto da branquitude e com o pacto da masculinidade, pois entendemos que essas são demandas da atualidade.

Outra conquista foi o encontro como um espaço, também, de diálogos profundos. Algo que eu percebi, pelo relato de alguns homens que começaram a participar dos encontros, justamente, porque não encontravam diálogos profundos. Geralmente, a gente percebe somente - e principalmente - em grupos de WhatsApp, somente aquele diálogo raso, superficial, com vasto teor machista e de questões relacionadas ao patriarcado. Então, o grupo como espaço de diálogo profundo também tem a sua importância, e não somente pensando nas questões de masculinidade, de violências, mas, também, em outras questões. Por exemplo, de saúde, do homem em relação ao seu próprio corpo, e de suas relações, como um todo.

Outra conquista muito importante foi do grupo enquanto porta de entrada para outras políticas públicas. Como é um grupo que tem o seu perfil nas redes sociais, eu recebi mensagens de

peessoas que enviaram dúvidas. Não somente isso, mas relatos também. Eu fazia uma triagem desses relatos, alguns casos eram encaminhados para as políticas públicas. Em caso de violação de direitos e violências, às vezes, até envolvendo algum participante dos encontros, nesses casos fazíamos esse acompanhamento mais individual, que acontecia de forma paralela. Esse acompanhamento individual, que parte de perguntas, tais como: “E aí, como é que você está, mano?”, “E na sua casa?”, “Como é que está o seu dia a dia?”. É central realizar esse acompanhamento mais individual, durante os encontros. E, aconteciam episódios mais pesados, conteúdos mais pesados, e é muito importante que o facilitador ou facilitadora esteja atento(a) a essas demandas, para trazer para o particular e, em último caso, encaminhar para a saúde, enfim, para outras políticas públicas.

Uma outra conquista importante, é o livro sobre o projeto, sobre os encontros, inclusive, contou com a participação de homens que participaram desse processo. O objetivo foi deixar um livro muito didático, lúdico, então tem imagens ilustrativas, textos curtos e não acadêmicos, a projeção é democratizar a discussão.

A ideia é que a gente consiga homens de idades variadas, em contextos variados. A gente tem vivenciado um momento muito triste, muito pesado, de ataques às escolas e, algo que a gente percebe por trás, como isso está relacionado à construção da masculinidade conectada a um desejo, uso e apreciação por armas de fogo. Algo que a gente percebeu durante os últimos anos, isso foi muito valorizado. Então, a importância de a gente chegar e entrar nas escolas com este livro, com a temática de gênero, com a desconstrução dessa masculinidade tóxica e do patriarcado.

Trouxe o perfil do Instagram, para quem quiser acompanhar, é: @o.homem.da.casa, no qual há todos conteúdos, enfim, fico disponível para palestras e parcerias. Depois do livro, a gente espera retomar os encontros, analisando a possibilidade de participação presencial, como foi no início. Retornaremos para os encontros abertos, com à participação de homens que estão dispostos a ouvir e a desconstruir a masculinidade e o patriarcado.

Deixo o convite, estaremos divulgando, então, as próximas ações do O homem da casa. Grande privilégio estar aqui e compartilhar com vocês. Hoje, como eu disse, a gente vivencia um contexto muito pesado e, a necessidade, então, da gente tratar sobre a desconstrução do patriarcado e da masculinidade.

Desafios e contribuições de um grupo com homens: refletindo sobre uma iniciativa em rede⁶

Estudos históricos e dados atuais sobre violência doméstica e familiar contra a mulher mostram a perpetuação desse problema, que é prejudicial para toda a sociedade, vítimas, familiares, inclusive aos próprios sujeitos que praticam as agressões e a violência de gênero, fato que interfere diretamente na qualidade de vida e saúde de toda a sociedade. Baseados na problemática acima apresentada, tratamos a seguir de uma experiência com um grupo de sensibilização e responsabilização aos autores desse tipo de violência, que pode contribuir para a redução da recorrência dos casos de violência de gênero (Beiras, 2021, 2022; Craveiro; Martins, 2023).

A partir desse problema gritante da sociedade brasileira, que é a violência de gênero, umas das alternativas apresentadas por meio da lei Maria da Penha são os espaços de atendimento aos autores de violência doméstica e familiar para que se possa realizar um trabalho que promova reflexões e atendimento a estes sujeitos, pois essa é uma demanda. A Lei Maria da Penha não determina a organização dos grupos, mas prevê “educação, reabilitação, recuperação, reeducação”, e orienta que sejam criados “programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar e centros de educação e de reabilitação” para os autores (Brasil, 2006, online). Craveiro e Martins (2023) explicam que embora tais grupos

⁶ Esse relato foi publicado e apresentado no VIII SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL, realizado na UEM em 2023. A versão publicada neste livro é uma adaptação.

já existissem por volta das décadas de 1980/90, a Lei Maria da Penha desempenhou um papel importante na ampliação e propagação de grupos com essa finalidade.

Em relação ao grupo desenvolvido em Cianorte-PR, num primeiro momento, buscamos apresentar como o machismo, o patriarcado e modelos de masculinidade violenta se articulam. Adiante, apresentamos uma resposta contra hegemônica a essas matrizes da violência de gênero, a experiência de um grupo que se organiza de modo intersetorial e multiprofissional na cidade de Cianorte, no interior do Paraná. O grupo de profissionais que desenvolvem os encontros é interdisciplinar, pois conta com advogados(as), psicólogos(as), assistentes sociais, pedagogos(as), que são vinculados a diferentes instituições, entre as quais Ministério Público (MP-PR), Defensoria Pública (DPE-PR), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Nesse sentido, a execução dos grupos não demanda muitos recursos, já que o mesmo utiliza profissionais que já são lotados(as) em instituições públicas que precisam atuar no enfrentamento à violência de gênero. Obviamente, que a liberação dos profissionais para atuarem no grupo é uma demanda aos gestores(as) e responsáveis. Esse grupo de profissionais da rede estuda, planeja e dialoga entre si a fim de qualificar as quatro palestras/encontros que ofertam. O público-alvo é indicado por meio da homologação da medida de proteção no âmbito judicial, portanto, com base no registro de Boletim de Ocorrência (BO), tendo sido notificada violência de gênero, há, posteriormente, a obrigatoriedade do autor em participar dos encontros.

No entendimento de Craveiro e Martins (2023) a atuação com homens e mulheres é uma frente indispensável aos que se propõem erradicar a violência de gênero. Nas palavras dos autores:

Através dos grupos reflexivos, por exemplo, é possível contribuir com a desconstrução histórica da desigualdade de gênero e com a

diminuição dos índices de reincidência dos casos da violência doméstica e familiar por meio da intervenção na subjetividade do homem. É necessário incluir homens e mulheres nos processos de reflexão para barrar os ciclos de violência (Craveiro; Martins, 2023, p. 555-556).

Portanto, fortalecer e qualificar o atendimento já prestado por iniciativas dessa natureza é um caminho legítimo juridicamente e analiticamente, ao passo que os resultados apresentados juntos aos atendidos nos grupos são significativamente positivos.

Os quatro encontros possuem focos diferentes, mas são articulados entre si. No primeiro encontro, aborda-se a genealogia da violência contra a mulher e se explica sobre a pertinência e contribuições da Lei Maria da Penha. Ademais, explica-se sobre o funcionamento dos encontros e das medidas protetivas às mulheres. No segundo encontro, apresenta-se sobre como o uso de substâncias psicoativas (SPAs) podem potencializar a violência doméstica e de gênero, sendo que após a exposição, é ofertado possibilidades de encaminhamento aos interessados. No terceiro encontro é abordado sobre os papéis sociais e de gênero, resolução de conflitos que não tomem a violência como parâmetro e reconstruções de vínculos. No quarto encontro trata-se das inúmeras consequências emocionais, econômicas, psíquicas e sociais que são trazidas pela violência doméstica aos familiares e à sociedade (Vieira; Souza, 2022; Craveiro; Martins, 2023).

A partir dessa organização é possível pensar que o trabalho em grupo com os autores traz contribuições para que práticas violentas, hierarquizadas sejam refletidas, repensadas e alteradas. Aos(às) mediadores(as) das discussões é relatado por parte dos participantes a compreensão da responsabilização, a respeito do que é a violência de gênero e seus prejuízos para as mulheres, para eles e para a sociedade e sobre a pertinência da Lei Maria da Penha. Ademais, por meio dos mais de 30 encontros e atendimento de mais de 700 sujeitos, desde 2016 até 2022, foi possível identificar diminuição significativa de reincidência (Craveiro; Martins, 2023).

Por fim, é preciso mencionar que outra frente do grupo é que todos(as) os(as) profissionais participam de todos os encontros, mesmo quando não são os(as) mediadores(as), pois ao final da exposição podem contribuir com orientações e atendimento aos autores, os encaminhando à rede (CAPS, CREAS, DPE, etc.), ou mesmo, para outros membros da família, ao passo que dessa forma se contempla demandas da família em situação de violência, ofertando um atendimento mais completo e integral.

Considerações finais

A discussão aqui apresentada permitiu entender como GRHAVs funcionam na prática e que apesar de possuírem muitos pontos em comum entre si, há uma variedade de particularidades, por exemplo, em relação às formas de intervenção com os homens, visto que embora comumente usa-se o termo grupo reflexivo para generalizar todas as iniciativas, elas podem ocorrer de várias maneiras, sendo por acompanhamento telefônico, palestras informativas, entre outros. Outro ponto a ser citado, é o fato de nem sempre a literatura estar alinhada ao que acontece na prática, visto que o recomendado pelos grandes pesquisadores do tema ou manuais e guias desenvolvidos por Tribunais de Justiça Estaduais, não são seguidos na íntegra e por vezes, desconsiderados.

Sobre o grupo “O Homem da casa” é necessário considerar que a experiência com o grupo mostra resultados positivos, um desses é a própria horizontalidade e democracia com as quais é possível tocar esse grupo, que possui uma abertura para todos os homens falarem, contribuírem e refletirem sobre as consequências de suas ações, o que no nosso entendimento tem levado a reflexões pertinentes acerca das masculinidades e da própria violência como um processo que implica em prejuízos para todos aqueles que se envolvem com essas situações. Ainda, o grupo caminha no sentido do próprio título do livro lançado que sintetizou a experiência ao projetar: “errar menos e viver mais, sem a violência como um fato que permeia nossas vidas.

Por fim, pensamos que os grupos encabeçados pelo judiciário são uma alternativa, pois podem contribuir na erradicação da violência de gênero. Entende-se que o enfoque e os acúmulos do grupo podem servir de modelos para outras experiências e projetos dedicados ao enfrentamento à violência de gênero e mudança de um padrão de masculinidade que têm vitimado tantas mulheres. Afinal, outro modelo de masculinidade é sim possível!

Referências

BEIRAS, A. et al. **Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: mapeamento, análise e recomendações**. Florianópolis: CEJUR, 2021.

BEIRAS, A. [et al.]. **Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: experiências e práticas**. Florianópolis: Academia Judicial, 2022.

BEIRAS, A. et al. **Mapeamento nacional dos grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres 2023**. Florianópolis, 2024.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei n. 11.340, de agosto de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: jun. 2024.

CRAVEIRO; A. V; MARTINS, D. F. W. O atendimento multiprofissional e intersetorial em grupos para homens autores de violência contra mulheres: a experiência de Cianorte (PR). In: CRAVEIRO; A. V; PRIOTTO, E. T. P (Orgs.). **Violências na atualidade: olhares e perspectivas**. 1 ed. Porto Alegre, RS: Nova Práxis Editorial, 2023.

Conselho Nacional de Justiça. **Recomendação n. 124, de 7 de janeiro de 2022**. Brasília: CNJ, 2022. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original1535112022011161dda3afb39db.pdf>. Acesso em: abr. 2024.

FONAVID. **Enunciado Fonavid n. 69**, 2023. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original1535112022011161dda3afb39db.pdf>. Acesso em: abr.2024.

VIEIRA, L. H; SOUZA, L. C. de. Refletindo sobre masculinidades: contribuições de grupos com autores de violência contra a mulher. In: AMARO, Sarita; ARRUDA, Erica Maia (Orgs.). **Questão social, políticas sociais e direitos já: reflexões para mudar o Brasil**. 1 ed. Nova Práxis Editorial: Porto Alegre-RS, 2022, p. 215-246.

SILVA, R. T. **O homem da casa: pequeno guia para errar menos e viver mais**. 1 ed. São Paulo: Selin Trovoar, 2023.

SOUZA, L. C. de; JACOVOZZI, M. G. A; MARQUES, M. I. B. Grupos reflexivos com autores de violência contra mulheres: avanços e desafios. **Peer Review**, [S. l.], v. 5, n. 23, p. 234–246, 2023. DOI: 10.53660/1322.prw2837. Disponível em: <https://peerw.org/index.php/journals/article/view/1322>. Acesso em: mai. 2024.

GRUPO REFLEXIVO COM AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA ATUAÇÃO COM GHAV EM MARINGÁ/PR

Brena Pantoja Guimarães
Maria Inez Barboza Marques
Thaina Marieli Silva Andrade

Introdução

Muitos dos estudos sobre a violência doméstica, familiar e de gênero apontam que esta realidade é resultado de uma construção sócio-histórica, uma vez que, para sua existência há condicionantes sociais e culturais atrelados às manifestações econômicas e políticas, além de determinações sociais relacionadas às contradições do modelo societário vigente. Apesar de a violência contra as mulheres ser uma realidade, demorou a ser reconhecida como violação dos direitos humanos em muitos países. Logo, é de suma importância compreender essas violências como uma das expressões da questão social, visto que elas se constituem no ato de controle e dominação masculina e se expressam por meio das relações desiguais entre homens e mulheres.

Nesse sentido, no cerne das relações desiguais entre homens e mulheres encontra-se a construção social do gênero como categoria de análise (Scott, 2017), em virtude disso, essas relações são permeadas pelas desigualdades de gênero e contribuem na compreensão que a sociedade, historicamente, colocou as mulheres na posição de subalternidade, enquanto valorizou a masculinidade. Desse modo, existe um sistema de poder e domínio que antecede a discussão de gênero: o sistema patriarcal, enraizado nas relações sociais que contribui para a perpetuação da violência

contra as mulheres no modo de produção capitalista. Além disso, a divisão sexual do trabalho priorizou os homens na esfera produtiva e as mulheres na esfera reprodutiva, conseqüentemente reforçou as desigualdades a partir dos papéis sociais construídos.

A partir dessas desigualdades, podemos analisar as características atribuídas a cada gênero, ao passo que moldam as dinâmicas sociais e contribuem para a violência de gênero nas estruturas de poder. Diante disso, consideramos que a violência contra as mulheres tem múltiplas expressões, e essas podem ser evidenciadas de vários aspectos. Por isso, seu enfrentamento exige políticas sociais públicas para intervir de forma efetiva e serem capazes de desnaturalizar esses processos estabelecidos.

De acordo com a Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal, 2022) o Brasil ocupa o 5º lugar em um ranking mundial de países que mais matam as mulheres, o Atlas da Violência (2023), aponta que a taxa de feminicídio passou de 0,2 para 1,2 por 100 mil habitantes, a partir de 2019. Essas estatísticas demonstram que milhares de mães de família, jovens, idosas, crianças e adolescentes encontram-se submetidas às relações desiguais de poder e de subordinação do gênero feminino ao masculino.

Nesse contexto, os grupos reflexivos com autores de violência doméstica surgem como uma abordagem de enfrentamento a esse problema. Com direcionamento de, não apenas responsabilizar os autores de violência doméstica, mas também promover uma tentativa de mudança nas relações estabelecidas socialmente. Uma vez que, “a luta das mulheres não diz respeito apenas a elas, mas também aos homens”, considerando que, “a supremacia masculina impede, ou, pelo menos, dificulta o avanço das lutas das classes trabalhadoras” (Saffioti, 1987, p. 22).

Diante das constatações apresentadas, torna-se evidente a urgência de ações concretas e abrangentes para lidar com a problemática da violência doméstica e de gênero. Sobretudo, os dados apresentam um aumento alarmante de violência contra as mulheres no Brasil e as estruturas sociais perpetuam e destacam, ainda mais, a necessidade de uma abordagem multifacetada e

interdisciplinar para enfrentar esse desafio. Nesta esteira de pensamento, ao reconhecer a complexidade do tema proposto, buscamos, nas seções a seguir, propor a análise de soluções eficazes e inclusivas, que nos permitam avançar em direção a uma sociedade igualitária.

Dessa maneira, este estudo aborda a problemática da violência doméstica e de gênero, bem como trata dos desafios e das possibilidades da atuação profissional a partir da intervenção com grupos reflexivos com autores de violência (GHAV). Portanto, este trabalho é desenvolvido pelo Programa Conexão, através do Conselho da Comunidade de Execuções Penais de Maringá-PR em Parceria com o Complexo Social de Maringá, do DEPPEN/MGA-PR. Considerando que, os estudos sobre as violências doméstica, familiar e de gênero são importantes para subsidiar ações no âmbito das políticas públicas, ademais, contribuem a pensar caminhos para a erradicação da violência contra mulheres, que se constitui em violação de direitos humanos.

Fundamentos para compreensão da violência contra mulheres

A violência contra mulheres foi considerada como uma violação sistemática dos direitos humanos na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos em Viena (1993). Conforme Cisne e Santos (2018), a violência contra as mulheres é a apropriação da vida e dos corpos destas, compreendida como um fenômeno resultante de uma estrutura de relações patriarcais da sociedade ocorre porque as mulheres não são respeitadas e valorizadas socialmente. O sistema patriarcal, na construção social do gênero, associou a mulher (feminino) ao frágil, ao desvalorizado, ao subalterno e ao subserviente, enquanto o homem (masculino) é representado pela força, virilidade, poder e dominação, resultando em um regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens.

Nesse contexto, “o patriarcado transformou as mulheres em objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras” (Saffioti,

2015, p. 105). Ademais, a ideologia patriarcal e a divisão sexual do trabalho determinaram valores e funções aceitáveis para homens e mulheres, estabeleceram normas sociais que naturalizaram atributos específicos a cada gênero. Essas regras culturais definiram o que é considerado feminino e masculino. Para tal, Cisne (2015) aponta que:

[...] desde a infância, meninos e meninas recebem uma educação sexista, ou seja, aquela que não apenas diferencia os sexos, mas educa homens e mulheres de forma desigual. Para isso, o sistema patriarcal conta com algumas instituições na difusão da sua ideologia, das quais destacamos a família, a igreja e a escola (Cisne, 2015, p. 76).

A partir disso, ocorre a reprodução pelos sujeitos na sociedade dos papéis estabelecidos entre os homens e mulheres, independente do gênero, a construção histórica coloca a centralidade no homem enquanto regulador das relações sociais e determina, de forma inconsciente, a percepção e avaliação dos indivíduos sobre a estrutura. Nesse modelo, os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo e as mulheres pelo trabalho reprodutivo. Desde crianças começam a reproduzir papéis socialmente estabelecidos assim: “meninas são educadas para lavar, cozinhar, passar, cuidar dos(as) filhos(as) e do marido e serem submissas, passivas e tímidas. Meninos são educados para serem fortes, valentes, decididos e provedores” (Cisne, 2015, p. 76).

Posto isso, a estrutura patriarcal, faz com que os próprios indivíduos compreendam a ordem social a partir de tal organização. Tudo isso, reflete em toda a sociedade na formação de seus valores, reiterados de forma constante e transferidos socialmente. Bandeira (2017) acrescenta que, para compreender e analisar os aspectos da violência é necessário compreender que ela se constitui como um fato social. E, a partir das características atribuídas a cada gênero, direcionam a compreensão da construção

e da simbologia da violência presente nas relações sociais entre homens e mulheres. Stevens *et al.* (2019) complementa:

[...] essa compreensão analítica ancora a reflexão sobre a violência contra a mulher e de gênero, pois se trata de ‘uma força social’ que estrutura as relações de [poder] entre os gêneros, que modela as dinâmicas sociais. (Stevens *et al.*, 2019, p. 19).

Em que pese, o machismo possui, como finalidade histórica, a desvalorização social da mulher, naturalizando sua posição subalternizada. Desse modo, a violência contra as mulheres se torna uma das formas mais agressivas que se expressa pelo machismo. Saffioti (2015) aponta que não acredita em uma mudança radical de uma relação com violência, quando se trabalha somente com a mulher em situação de violência doméstica e que poucos veem a necessidade de intervenções com o autor da violência, bem como defende que as duas partes precisam de auxílio para promover uma verdadeira transformação da relação violenta.

Nesse sentido, implica a urgência do trabalho com GHAV, sendo por meio desse processo dialético de transformação do masculino, possível contribuir com a transformação e reconstrução das masculinidades, visando a diminuição da violência contra as mulheres. Assim, reitera-se a necessidade da intervenção por meio de atuação com políticas públicas estruturadas, tais como saúde, trabalho, igualdade de gênero, racial, entre outras, como direito legítimo, especialmente após a Constituição Federal de 1988. Além do mais, a importância da educação da população é muito relevante, pois é, justamente, a partir de intervenções sistemáticas que podem transformar os comportamentos misóginos, de preconceito e ódio contra as mulheres.

Além da importância da educação como transformação de sujeitos sociais, temos um cenário preocupante, pois o panorama das violências contra as mulheres no Brasil é pandêmico. No período de 2022, houveram 1.437 casos de feminicídio o que representa um aumento de 6,1% em comparação ao ano anterior, além dos crimes

contra a vida. Também, demonstraram que as agressões em contextos de violência doméstica aumentaram 2,9%, as ameaças cresceram 7,2% e os registros de assédio sexual tiveram um aumento significativo de 49,7%. Acrescentando-se a importunação sexual que também cresceu registrando um aumento de 37%, tanto quanto, o número de chamadas para o serviço de emergência (190) que atingiu uma média de 102 ligações por hora, totalizando 899.485 ligações ao longo do ano (Bueno et al., 2023).

De acordo com o Laboratório de Estudos de Femicídio (LESFEM) (2023), o Brasil registrou o número de 2301 casos novos, notificados, de mortes violentas, consumadas e tentadas com indícios de feminicídio de janeiro de 2023 até a data de 30 de novembro do ano de 2023, destes, 159 correspondem ao Estado do Paraná. Esses números alarmantes demonstram a necessidade de enfrentamento da violação sistemática de direitos humanos e de violência contra mulheres.

Mesmo que os estudos sobre o homem autores de violência contra mulheres sejam muito recentes em relação ao que se tem de material de registros que denunciam as diversas formas de opressão e violências contra mulheres. Portanto, devemos fomentar a discussão da importância da intervenção sobre essas questões.

Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência (GHAV)

Os primeiros grupos com homens surgiram entre as décadas de 1980 e 1990, período em que os movimentos feministas estavam em efervescência em alguns países. Essas iniciativas voltadas ao trabalho com homens problematizaram e objetivaram a diminuição dos números da violência contra mulheres, assim como das demais consequências da violência de gênero. A partir dos estudos de gênero, surgiu o estudo das masculinidades, sendo crucial estudar a masculinidade, pois ela é uma “configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero” (Connell 1995, p. 188 apud Pê et al., 2022, p. 90).

Neste contexto de interseção entre violência e masculinidades, e considerando os avanços dos movimentos feministas pelos direitos das mulheres, surgem grupos dedicados a redefinir, repensar e valorizar outras formas de expressão masculina. Paralelamente, intervenções com homens autores de violência contra mulheres têm sido implementadas, seja por iniciativas governamentais ou não governamentais, com o objetivo de reduzir os índices de violência. Beiras et al. (2021) destaca que os grupos reflexivos para autores de violência (GHAV) não se confundem com os grupos de masculinidades em geral. O GHAV é destinado, em geral, a homens que não iniciaram voluntariamente um processo de reflexão sobre sua masculinidade, enquanto diferentes grupos de masculinidades são frequentados por indivíduos já conscientes desses processos.

Os primeiros grupos no modelo responsabilizante aconteceram nos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, no final da década de 70 e 80, sendo os: O Duluth Curriculum, o Amend Model, o Emerge em Cambridge. No Brasil os grupos pioneiros foram os, Instituto Noos (RJ/SP), Coletivo Feminista (SP), Instituto Albam (MG) e, em Santa Catarina, o grupo realizado no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), em Blumenau Beiras et al. (2021, p. 23). Somente, a partir da Lei Maria da Penha (Nº 11.340/2006) o trabalho com os grupos responsabilizantes começaram a se difundir, mas ainda é uma atuação fragilizada, pouco consolidada, ficando ao critério de iniciativas não ordinárias.

Há nesse sentido, a necessidade de, cada vez mais, estudar esse trabalho de intervenção, uma vez que, essas “iniciativas começam e terminam em pouco tempo por dificuldades diversas” conforme (Beiras, 2014 apud Beiras et al., 2021, p. 25). Torna-se urgente a consolidação dessa prática como política pública no enfrentamento da violência de gênero, para que possa existir de forma permanente. Assim, o que se tem de parâmetro de atuação contra as diversas violências de gênero são ações que ocorrem

quando já se concretizou a violência, e os grupos reflexivos são as tentativas de trabalho na prevenção de tais violências.

A Lei Maria da Penha (Nº 11.340/2006) é o principal mecanismo legal que tipifica a violência doméstica contra as mulheres e estabelece práticas de prevenção e assistência para enfrentamento dessa violência. Ela não apenas introduziu as Medidas Protetivas de Urgência (MPU), como a proibição de contato, afastamento do lar e restrição ou suspensão de visitas dos filhos, para proteger as vítimas, mas também determina que o agressor deve participar de centros de reabilitação, reeducação ou acompanhamento psicossocial, individualmente ou em grupos.

A partir dessa prerrogativa de “reeducação”, o trabalho com grupos é uma das iniciativas do enfrentamento e a intervenção ocorre a partir do embasamento teórico, discussão e análise, partindo do questionamento sobre como se “(re) produzem” os papéis de gênero, dessa maneira:

[...] Para entender como se (re)produz gênero, Judith Butler (2006) firmará, então, o conceito de performatividade, a ideia de que cada um toma elementos do mundo e “monta” sua identidade (de maneira não totalmente livre, tendo em vista os diversos constrangimentos sociais existentes), reiterando esse personagem cotidianamente. Butler denomina tal movimento de “paródia” (Butler, 2006, p. 190) uma imitação que, entretanto, não tem um original. Cada um aprende a “fazer” seu gênero vendo pessoas que aprenderam a “fazer” seu gênero [...] (Beiras, 2021, p. 28).

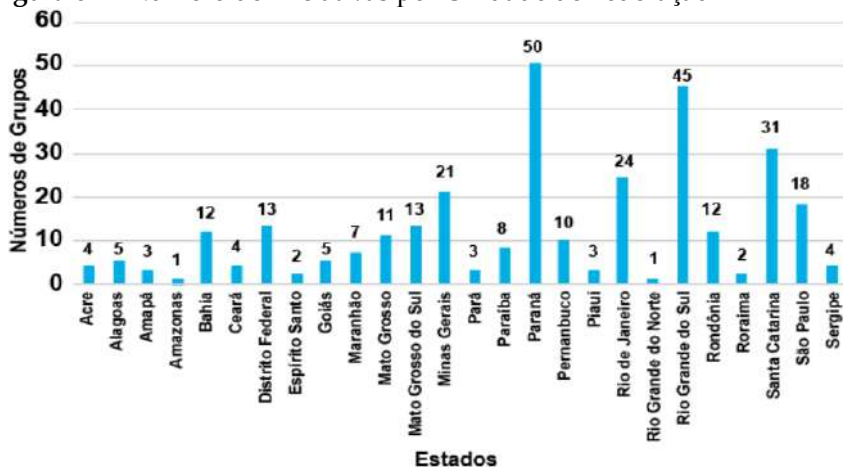
Ou seja, a partir dos papéis sociais os atores sociais, cotidianamente, reproduzem uma imagem estável e fixa do que viria a ser um homem e uma mulher.

A partir dos estudos dos comportamentos sociais os profissionais que atuam nos Grupos Responsabilizantes (GHAV) têm como objetivo mediar encontros aos homens que foram atuados pela Lei Maria da Penha, direcionados a refletirem sobre o que aconteceu, repensando os valores sociais, as práticas machistas com intuito de reduzir a reincidência de violência, incentivando

um processo de transformação e responsabilização. A participação nos grupos ocorre por meio de encaminhamento judicial e os facilitadores precisam ter uma especialização no tema.

Dessa maneira, os GHAV são uma estratégia para transformação individual e social, focada em interromper o ciclo de violência por meio de responsabilização e reflexão. Segundo o Instituto PDH (2024), encaminhar autores de violência contra mulheres para grupos reflexivos pode interromper efetivamente esse ciclo, reduzindo significativamente situações graves como o feminicídio. O estudo indica que, estatisticamente, a reincidência em novas agressões é de 65% quando não há participação nos grupos. Por outro lado, entre os autores que frequentam os grupos, a reincidência cai para apenas 2%.

Figura 01 – Número de iniciativas por Unidade de Federação



Fonte: BEIRAS, A.; MARTINS, D. F. W.; SOMMARIVA, S. S.; HUGILL, M. de S. G. (2021).

Sobre a existência de GHAV, o mapeamento realizado no período de junho a outubro de 2020, identificou 312 iniciativas de intervenção com autores de violência doméstica no Brasil. O Estado do Paraná foi o que apresentou o maior número de iniciativas (50), enquanto o Amazonas e o Rio Grande do Norte registraram apenas

um grupo cada, conforme ilustrado na imagem a seguir, que demonstra a distribuição dos grupos por território no país.

Na divulgação do Mapeamento Nacional dos GHAV, Beiras et al., (2024) aponta o aumento de 60,26% dos grupos reflexivos comparados ao mapeamento de 2020, constatando o número de 498 iniciativas no Brasil. O Paraná foi o Estado que indicou o maior número de iniciativas (113), havendo um aumento de 166% comparado ao mapeamento de 2020, como mostra a imagem a seguir:

Figura 02 – Comparativa de 2020 e 2023 da quantidade de GHAV por região do Brasil

Região	2020	2023	Percentual
Centro-Oeste	42	107	>154,76%
Nordeste	54	53	<1,85%
Norte	25	30	>24%
Sudeste	65	98	> 50,77%
Sul	126	210	> 66,67%
Total Geral	312	498	> 59,61%

Fonte: BEIRAS, A.; MARTINS, D. F. W.; SOMMARIVA, S. S.; HUGILL, M. De S. G. (2021).

O fato de o Paraná ser o Estado com maior número de iniciativas é resultado do acordo feito pela Federação dos Conselhos da Comunidade do Estado do Paraná (FECCOMPAR), no ano de 2022, no qual assinou o Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Paraná por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID), visando atuar nessa esfera, capacitando os Conselhos da Comunidade para formarem e gerirem os Grupos Reflexivos nas Comarcas do Estado.

O grupo de homens autores de violência no município de Maringá

O Conselho da Comunidade de Execuções Penais da Comarca de Maringá (CCEPMA) órgão instituído na Lei de Execução Penal (LEP) que atua na execução penal dentro da Política Penal que foi

incumbido a partir da Instrução Normativa Conjunta 01/2014, no seu Art. 4^a cap. XVII a: “contribuir para o desenvolvimento de programas e projetos temáticos, em especial aqueles voltados à prevenção da criminalidade, ao enfrentamento às drogas, à violência doméstica e familiar e à violência de trânsito”. Conseqüentemente, assumiu a responsabilidade de atuar com o GHAV a partir do “Programa Conexão”.

A demanda para criação dos grupos ocorre a partir de encaminhamento dos autores de violência por meio do 5^o Juizado de Violência Doméstica de Maringá-PR. Os assistidos passam por triagens com profissionais das áreas de Psicologia e de Serviço Social do CCEPMA e do Complexo Social de Maringá do DEPPEN/MGA-PR.

A metodologia adotada está em consonância com os materiais que norteiam a prática profissional, se dá pelo atendimento aos assistidos, por meio de entrevistas individuais, nesse momento é verificado sobre o histórico de vida, escolaridade, emprego, habitação, saúde e os motivos que o levaram ao processo criminal. Também são levantadas as múltiplas determinações que o levaram à violência contra mulher, além do risco pessoal e social desse assistido. Nas intervenções:

[...] as bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o assistente social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumo à ação, ao mesmo tempo em que a moldam (Iamamoto, 2000, p. 62-63).

Desse modo, ao ser realizado a intervenção é definida em conjunto as estratégias para superação das demandas apresentadas. Quando surgem outras, são realizados encaminhamentos para a rede de serviços públicos do município. Por fim, são realizadas as orientações sobre a participação e a inclusão no grupo de reflexão.

No que se refere ao número de encontros, Beiras et al. (2021) explicam que "as recomendações que se encontram nos materiais

consultados variam entre oito encontros até um ano como tempo mínimo para realização do grupo" (2021, p. 156), com o objetivo de assegurar a qualidade reflexiva com os autores de violência doméstica contra as mulheres. Essa orientação também consta na Recomendação nº 124, de 7 de janeiro de 2022, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no Art. 2º: "II – definição e padronização do número de sessões e período de duração dos programas, não devendo ser inferior a 8 (oito) sessões ou 3 (três) meses, respectivamente". Não podendo ser inferiores a 08 (oito) encontros entre 15 e 20 participantes.

No Programa Conexão, o número de grupos reflexivos realizados pelo CCEPMA/MGA até o presente momento ocorreu da seguinte forma: dois (02) ciclos no ano de 2022, cinco (05) em 2023, e está prevista a realização de cinco (05) ciclos, com 08 encontros, para o ano de 2024. Em cada encontro do grupo, são trabalhadas temáticas definidas previamente e que estão relacionadas com as demais, seguindo uma perspectiva interdisciplinar para contemplar a complexidade que o assunto requer.

Dessa maneira, os encontros são definidos da seguinte forma: no 1º encontro, é realizado o acolhimento; no 2º, é discutido o silêncio dos homens; no 3º, famílias e paternidade; no 4º, saúde dos homens e o uso e abuso de álcool e outras drogas; no 5º, a construção social do masculino e do feminino e a relação com a violência contra as mulheres; no 6º, é apresentado o que é a violência doméstica; no 7º encontro, são discutidos os aspectos legais da Lei Maria da Penha e, por fim, no 8º, é feito o encerramento e a avaliação de todo o processo vivenciado no grupo durante o período dos encontros. Após a participação nos 08 encontros os profissionais encaminham ao juízo o relatório sobre a conclusão da participação.

Sobre os desafios percebidos no "Programa Conexão", identifica-se a vitimização dos autores de violência doméstica e uma resistência inicial ao grupo, além da visão punitivista sobre o GHAV e a visão negativa sobre a Lei Maria da Penha. Com isso, Beiras et al. (2021) afirmam que tais dificuldades podem auxiliar no

planejamento dos encontros e na reavaliação. Ainda citam que não há grupo perfeito, mas sim uma organização bem embasada com abertura de espaços para reinventar e reavaliar constantemente.

Carvalho (2018) relata que a implementação dos grupos ainda se mostra com ações isoladas, sem interligação efetiva com as redes de atendimento e enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil. Nesse contexto, Greggio et al. (2020) explicam sobre os desafios metodológicos dessa iniciativa, pois, como não há uma padronização, não se sabe qual órgão ficará responsável por realizar os trabalhos. Salienta-se ainda que, a ausência de diretrizes metodológicas é igualmente desafiadora. Sendo assim, os resultados dessas iniciativas dependem da criatividade e da boa vontade de atores dos e dos setores envolvidos.

Diante do exposto e considerando o trabalho com a violência doméstica, cabe questionar a ausência do Estado no cumprimento da função de investir em políticas públicas para esta demanda. Até o momento, essas iniciativas são irrisórias perto dos dados alarmantes de violência contra mulheres. As medidas pontuais, que, na maioria das vezes, são executadas por organizações da sociedade civil, com escassez de recursos humanos e financeiros não suprem as necessidades postas.

O Paraná, também atravessa esse cenário, sendo este trabalho desenvolvido pelos Conselhos da Comunidade apresentam como desafio, a implantação de políticas específicas relacionadas aos serviços prestados aos grupos reflexivos. Além disso, a falta de diretrizes justifica a necessidade de mais pesquisas e estudos nesse campo. Torna-se evidente a importância do investimento público na prevenção da violência doméstica e familiar no território Brasileiro, a partir da conjuntura econômica, política-social e cultural em que está condicionado.

Considerações finais

A partir da presente pesquisa, foi possível evidenciar que a violência doméstica e familiar faz parte da construção sócio-

histórica, na qual a violação dos direitos das mulheres está alicerçada na estrutura patriarcal de poder. Essa violência se manifesta na esfera das determinações capitalistas e nos papéis de gênero estabelecidos. Embora tenha havido o processo histórico de avanço das lutas feministas, a atualização da Lei Maria da Penha e a responsabilização de homens autores de violência, ainda assim, não houve um aumento significativo no enfrentamento das violências, considerando os números alarmantes. Tal lógica enraizada, se perpetua nas relações sociais e nos papéis de gênero moldado no sistema capitalismo, que em suas facetas vem contribuindo para perpetuar a lógica de dominação, exploração e poder.

Para tanto, ainda muito se precisa avançar na discussão do enfrentamento de violência a partir da construção e efetivação de parâmetros de atuação e políticas estruturadas na tentativa de atenuar os números elevados de vitimização de mulheres. Nesse sentido, consideramos importante destacar a relevância do trabalho desenvolvido nos grupos reflexivos, por representarem um passo importante na prevenção da violência, na discussão e na reflexão de masculinidades mais saudáveis.

Nesse sentido, consideramos importante destacar que é de suma relevância o trabalho desenvolvido nos grupos reflexivos, pois representam um passo importante na prevenção da violência, na discussão e na reflexão de masculinidades mais saudáveis.

Embora os grupos reflexivos propostos com os autores de violência doméstica e familiar enfrentem desafios de permanência e consolidação. Tais como: a ausência de diretrizes, não saber qual órgão ficará responsável em coordenar o grupo, a falta de recursos financeiros e ausência de formações aos profissionais, etc. Ainda, sim, considera-se importante que essas iniciativas sejam mais amplamente consolidadas como políticas públicas permanentes e sistêmicas.

No mais, os desafios nos mostram a importância de debates sobre a temática e a construção de políticas efetivas nos três âmbitos do governo (Federal, Estadual e Municipal) para ampliação e fortalecimento de tais demandas. Os grupos reflexivos

têm a potencialidade de reflexão como possibilidade de transformação social dos autores de violência doméstica. Além disso, esses grupos se constituem como potencial de proteção às mulheres para enfrentamento da violência doméstica, sendo esse um objetivo alcançável, desde que haja um compromisso contínuo com políticas públicas eficazes e a conscientização da sociedade como um todo.

Referências

BEIRAS, A. MARTINS, D. F. W; HUGILL, M. de S. G. **Mapeamento Nacional dos Grupos Reflexivos e Responsabilizantes para Homens Autores de Violência contra as Mulheres 2023**. Florianópolis: Margens (UFSC) /COCEVID, 2024.

BEIRAS, A.; MARTINS, D. F. W.; SOMMARIVA, S. S.; HUGILL, M. de S. G.. **Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: mapeamento, análise e recomendações**. Florianópolis: CEJUR, 2021.

BEIRAS, A.; NASCIMENTO, M.; INCROCCI, C. **Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: Um panorama das intervenções no Brasil, 2019**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170995>. Acesso em: out. de 2023.

BRASIL. Lei Maria da Penha: **LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: mar. de 2024.

BUENO, S; MARTINS, J; LAGRECA, A; SOBRAL, I; BARROS, B; BRANDÃO, J. **O crescimento de todas as formas de violência contra a mulher em 2022**. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 136-145, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: mar. de 2024.

CARVALHO, G. B. V. de. **Grupos reflexivos para os autores de violência doméstica: responsabilização e restauração**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. 120 p. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original1535112022011161dda3afb39db.pdf>. Acesso em: out. 2023.

CEPAL. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Violencia Femicida en Cifras: América Latina y el Caribe**. Nº 1. 2022. Disponível em <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/5176486b-d060-4255-ac74-d1dc8eec9bf3/content>. Acesso em: jul. de 2024.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

GREGGIO, B., MARTINS, D., F., W., SABBAG, D., SCHNEIDER, M., B., MUNIZ, M, R., D. **Guia teórico sobre grupos para autores de violência doméstica**. Curitiba. CEVID, 2020.

Instituto PDH. **Como conversar com homens sobre violência contra meninas e mulheres**. 2023. Disponível em: <https://institutopdh.com.br/wp-content/uploads/2023/11/Como-conversar-com-homens-3010-compress.pdf>. Acesso em: jul. 2024.

LESFEM. **Laboratório de Estudos de Femicídios 2023**. Disponível em: <https://sites.uel.br/lesfem/monitor-brasil/> Acesso em 10 de set de 2023. Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Conferência das Nações Unidas Sobre Direitos Humanos**. Viena, 1993. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20adoptado%20pela%20Confer%C3%Aancia%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf>. Acesso em: mar. 2024.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Acordo de Cooperação Técnica Nº 7923275: DP-DA – TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 018/2022 DPDA**. Curitiba: 2022.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Instruções Normativas Conjuntas CGJ/PR E MP/PR no 01 e 02/2014**. Curitiba: 2014.

PÊ, F. Z.; ALVES, R. S. F.; GUEDES, C. P.; SILVA, M. de A.; BASTOS, M. B. Violência contra a mulher: experiência de profissionais facilitadores de um grupo reflexivo de homens. **Revista da SPAGESP**, v. 23, n. 1, p. 87-102, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.32467/is.sn.2175-3628v23n1a8>. Acesso em: mar. 2024.

SAFFIOTI, H. I.B. **Gênero Patriarcado Violência**. 2. Ed. São Paulo, 2015.

SAFFIOTI, H. I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. In: SCOTT, J. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: out. 2023.

CAPÍTULO 4

OLHARES DE PROFESSORAS: AÇÕES CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO DESENVOLVIDAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO NA CIDADE DE PARANAÍ – PR

Nayara Augusto Felizardo
Camila Clozato Lara

Para combater a violência de gênero, é fundamental um esforço conjunto tanto a nível individual quanto institucional. A conscientização é o primeiro passo. É essencial disseminar informações sobre o tema, educar as pessoas sobre seus direitos e promover uma cultura de respeito e igualdade.
(Brasil Escola)

Subverter requer colocar corpo e mente em ação, e isto provoca deslocamento. Portanto, não há alternativa senão a de começar e fazer. Mas como começar? É preciso começar fazendo por algum lugar, e a única pista que eu daria nesse sentido é: aprenda a se descalçar dos sapatos usados para percorrer caminhos e acessar conhecimentos teóricos produzidos no centro. Deixe os pés tocarem o chão no território. (...) Se não existe caminho aberto, comece fazendo uma picada; se já existe a picada, abra um carreiro; se já existe carreiro, alargue-o, torne-o uma estrada.
(Célia Xakriabá)

Introdução

A Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional do ano de 2016 - realizada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,

Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT, 2016) apontou que 73% dos jovens LGBTI+ entre 13 e 21 anos foram agredidos verbalmente na escola por sua orientação sexual, sendo esse um dos motivos para a evasão escolar e desigualdade educacional. Para mudança dos números, o investimento em educação para o respeito à diversidade é garantido pelo Plano Nacional de Educação (PNE), que não apresenta culpados pelos resultados da pesquisa, mas incentiva a qualidade de ensino diante da diversidade e do acesso à informação, por meio de políticas e propostas curriculares para o combate à histórica homogeneização cultural.

E como se criam políticas e propostas curriculares tendo a diversidade e equidade de gêneros em seu cerne? Uma das primeiras necessidades consiste em desenvolver a perspectiva feminista entre as pessoas que fazem a escola e seus propósitos. De pronto, é urgente promover uma educação feminista. E como podemos exercer uma educação feminista? Esta pergunta norteia as considerações e o desenvolvimento de ações realizadas ao longo de alguns anos na rede estadual de ensino de Paranavaí e no Instituto Federal do Paraná, campus Paranavaí, relatadas e discutidas nesse capítulo.

Para desenvolver uma educação feminista, é preciso se entender como uma pessoa feminista, e, em consonância com isto, desenvolver uma perspectiva epistemológica feminista. Um olhar do mundo consciente do seu método de fabricação. Nesse caso, olhar pelas lentes da representação de gênero. Na sociedade em que vivemos, o método de fabricação dessas lentes tem se dado, em grande medida, pelo patriarcado. O patriarcado, que impõe hierarquias sociais. De acordo com Joan Scott, historiadora e catedrática do Instituto de Estudos Avançados de Princeton, o patriarcado é “uma forma de organização social onde suas relações são regidas por dois princípios basilares: as mulheres são hierarquicamente subordinadas aos homens, e os jovens estão subordinados hierarquicamente aos homens mais velhos, patriarcas da comunidade” (Scott, 1989).

Assim, (re)construir a lente de mundo pelo pensamento feminista é, de saída, recusar-se à construção hierárquica estabelecida entre gêneros. Donna Haraway, bióloga e filósofa do Departamento de História da Consciência e do Departamento de Estudos Feministas na Universidade da Califórnia (Estados Unidos) desenvolve o conceito de “saberes localizados” e “corporificados”, na direção de compreender a ciência e o espaço como uma construção contingente e parcial, em oposição aos saberes universais e totalizantes (Haraway, 1995).

Uma vez que reconhecemos que a realidade pode ser compreendida por diferentes construções lógicas e sociais, torna-se possível traçar estratégias de agenciamento para transformá-las. Ao separar sujeito e objeto, como escreve Haraway, “[...] podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver” (Haraway, 1995, p. 21). Deriva-se aí a importância de usar uma epistemologia feminista na prática da educação em instituições de ensino. Anderson (2019) dispõe o conceito de epistemologia feminista como sendo o estudo que busca identificar os modos pelos quais as concepções dominantes e a prática de atribuição, aquisição e justificativa sistemática do conhecimento coloca em desvantagem as mulheres e outros grupos subordinados ao sistema patriarcal excluindo-os do inquérito, negando-os autoridade epistemológica e produzindo teorias que representam mulheres como inferiores e invisíveis.

Portanto, a prática educacional que gera conhecimentos, estabelece opiniões, constrói conceitos e aos poucos, circunda diversos aspectos e vivências da vida dos jovens, precisa ser inundada da epistemologia feminista desde o seu início. Esse relato baseia-se fortemente no entendimento de que o combate às violências de gênero se dá nos âmbitos mais básicos da formação das pessoas, tais como a educação nas escolas, e se estabelece por exposição contínua e socialização, uma vez que gênero é uma construção social, e vivemos em uma sociedade em contínua transformação.

Este capítulo mostrará algumas das propostas feitas nas escolas estaduais de Paranavaí, e no Instituto Federal do Paraná, campus da mesma cidade. Além de uma pesquisa quantitativa e

bibliográfica por meio de sites oficiais do Governo do Paraná e outros, o estudo se ancorou em diálogos com profissionais da comunidade para buscar olhares de fora para dentro do espaço escolar, com o intuito de reforçar o respeito aos diversos gêneros presentes nesse espaço, entendendo que o estudante reverbera os ensinamentos aprendidos para além dos portões da escola e vice-versa, da família e sociedade para dentro das mediações escolares.

Após sua parte introdutória, este trabalho conta em sua primeira seção algumas ações contra as diversas faces da violência de gênero desenvolvidas nas escolas estaduais. A segunda seção apresenta relatos de ações feitas no Instituto Federal do Paraná, campus Paranavaí, seguido pelas considerações finais.

No chão da escola – combate e sensibilização contra a violência de gênero na rede estadual de ensino

Um trabalho conjunto em busca de respeito e igualdade de gênero vem sendo desenvolvido nas escolas Estaduais de Paranavaí para que o ordenamento do artigo quinto⁷ da Constituição Brasileira seja garantido. Ao lidar diariamente com vários estudantes que representam uma diversidade gêneros, de famílias, raças e classes sociais, as instituições se preparam cada vez mais por meio de documentos, projetos de sensibilização - como palestras, distribuição de panfletos, atividades anuais de prevenção ao bullying, rodas de conversas - em parcerias com outras instituições como universidades, promotoria pública e a Ordem dos Advogados de Paranavaí, subseção Paranavaí.

Tais ações precisam estar previstas no regimento escolar, pois é o documento que norteia o dia a dia na escola e apresenta o principal ordenamento do cotidiano da instituição. Ele é construído

⁷ Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (Art. 5º, Constituição Federal Brasileira)

pelos gestores, equipe pedagógica, professores, grêmio estudantil, pais e comunidade escolar, constando os direitos e deveres não somente dos estudantes, mas de todos que fazem parte do espaço educacional e por esse motivo cada escola possui o seu próprio regimento contemplando peculiaridades de cada realidade escolar.

O site oficial da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED-PR) oferta o modelo desse documento, nele a palavra gênero é repetida trinta e sete vezes e em todas elas, está associada a exigência de respeito a identidade de todos da comunidade escolar ou em forma do incentivo a denúncia caso aconteça situações de discriminações:

Figura 1 – Modelo de regimento escolar.

XXII. respeitar toda identidade de gênero e a orientação sexual de qualquer membro da comunidade escolar;

XXIII. denunciar situações de discriminação e preconceito étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de identidade de gênero, de religião, de território, sofrido ou presenciado na comunidade escolar;

XXIV. respeitar toda identidade de gênero e a orientação sexual de qualquer membro da comunidade escolar;

XXV. assegurar o sigilo do nome de registro civil de estudantes, respeitando sua identidade de gênero;

XXVI. utilizar o nome social de estudantes nos registros escolares internos conforme legislação vigente;

XXVII. comunicar à autoridade policial quando verificado ato infracional cometido por criança ou adolescente, tal como contra criança ou adolescente;

XXVIII. denunciar situações de discriminação e preconceito étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de identidade de gênero, de religião, de território, sofrido ou presenciado na comunidade escolar;

Fonte: Referencial para elaboração do Regimento Escolar da Educação Básica Curitiba, Secretaria de Estado da Educação e do Esporte.

Além da exigência do respeito à diversidade, o Regimento Escolar traz a garantia do sigilo do nome de registro civil e do uso do nome social por qualquer integrante do espaço escolar. Uma estudante do segundo ano de Direito da Universidade Estadual do Paraná, campus de Paranavaí e antiga aluna da rede estadual de ensino – afirmou em um diálogo que em anos passados em que estudava na rede estadual de ensino, já presenciou situações associadas a persistência verbal do nome civil em relação a uma pessoa que alterou seu nome, o que gerou incômodo e necessidade

de resolução de conflitos com estudantes, familiares, equipe pedagógica e diretiva. Ela acredita que para lidar com a diversidade dentro da escola, a preparação e atualização dos profissionais diante das leis e da mediação de conflito é essencial, até porque, o cotidiano da escola é formado também por pessoas da comunidade, significando variedades de pensamentos e culturas.

Especificamente referente a violência contra a mulher, campanhas de sensibilização vêm sendo desenvolvidas nas escolas pela promotoria da cidade e por membros da Ordem dos Advogados do Brasil, subseção Paranaíba. Uma das advogadas e palestrantes em projetos sobre direito e cidadania nas escolas por meio da OAB, afirmou que a educação é essencial para combater as desigualdades tanto na advocacia como em outras profissões.

No ano de 2015, foi aprovada na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), a Lei n. 18.447 que institui a Semana Estadual da Maria da Penha nas Escolas, com ela as bibliotecas escolares receberam cartilhas constando a Lei Maria da Penha feita com uma linguagem simples e adequada para os estudantes (Fig. 2).

Figura 2 – Capa da Cartilha Escola Livre de Violência Contra as Mulheres



Fonte: Portal Dia a Dia. Secretaria de Estado da Educação. Escola livre de violência contra a mulher, 2015.

O cotidiano da escola também é marcado pela presença e parceria do Sindicato dos Professores e Funcionários de Escola do Paraná (APP Sindicato). Nos dias 29 e 30 de setembro do ano de 2023, mais de 200 educadores se reuniram na sede do sindicato na cidade de Curitiba no “Seminário Estadual por uma Escola sem Machismo, sem LGBTQIA+Fobia e Antirracista”, para formação pedagógica de professores e funcionários das escolas, em favor da interseccionalidade e contra as várias discriminações para “debater, refletir coletivamente e construir propostas por uma escola sem machismo, sem LGBTQIA+Fobia e antirracista” (APP Sindicato, 2023, online).

O Seminário aconteceu em parceria com a Universidade Estadual do Paraná (Unespar), representada pelas palestrantes e membras do Grupo de Pesquisa “Gênero, Trabalho e Políticas Públicas (GTPP)”, Sirlene de França de Souza e Maria Inez Barboza Marques que apontaram a necessidade do fim do termo ideologia de gênero, pois “não é uma ideologia e tem sido apontado como algo muito ruim, pois acaba com as famílias, com o objetivo de propagar pânico social e reação a quem estuda o tema. É necessário desmistificar isso” (APP Sindicato, 2023, online).

Figura 3 – Momento do Seminário Estadual por uma Escola sem Machismo, sem LGBTQIA+Fobia e Antirracista.



Fonte: APP SINDICATO. Seminário na APP debate interseccionalidades por uma escola livre de todas as formas de discriminação.

A secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos do sindicato, Jussara Aparecida Ribeiro, afirma:

O desrespeito aos direitos humanos, o machismo, a LGBTQI+Fobia e o racismo matam. E a escola é o espaço onde essas práticas são reproduzidas cotidianamente. É preciso saber reconhecer essas várias manifestações de violações e agressões para fazer a desconstrução e o enfrentamento necessários (RIBEIRO, J.A. Seminário na APP debate interseccionalidades por uma escola livre de todas as formas de discriminação (APP Sindicato, 2023, online).

Além de Jussara, o Secretário Executivo da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBTI+, Clau Lopes do sindicato comenta sobre a violência de gênero no espaço escolar, afirmando que:

Nos últimos cinco anos enfrentamos diversos projetos de lei para minimizar o conhecimento de nossos estudantes e vieram atrocidades como a escola sem partido, a lei da mordaza, a tal da ideologia de gênero, uma mentira do fundamentalismo religioso, os ataques à população LGBT dentro das escolas (LOPES, C. Seminário na APP debate interseccionalidades por uma escola livre de todas as formas de discriminação (APP Sindicato, 2023, online).

A noção etnocêntrica do que é correto e melhor, pensada pelo antropólogo francês Claude Lévi-Stauss (2008), é refletida no chão da escola, sendo essa uma instituição de extensão e reflexo da sociedade. Sendo assim, projetos e campanhas a favor da diversidade cultural e de gênero são uma necessidade de constante manutenção dentro do ambiente escolar, conforme as experiências apresentadas.

Desenvolvimento de uma educação feminista no instituto federal do paraná – incentivos e persistência

  imprescindível contextualizar o local das experiências aqui expostas, o Instituto Federal do Paraná (IFPR), Campus Paranav i.

Os Institutos Federais são instituições públicas focadas em promover a educação gratuita de qualidade, sócio-referenciada, comprometidas com o desenvolvimento social, a diversidade humana e cultural. Embora a maior parte seja composta de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, a instituição oferece também graduação e pós-graduação *stricto e lato sensu*. O IFPR conta com 26 *campi* espalhados pelo estado do Paraná, e está em processo de expansão. Por ser uma instituição sócio-referenciada, 80% dos/as estudantes do IFPR são cotistas, entre cotas para escolas públicas, baixa renda, população preta, parda e indígena. Como consequência, parte do público discente vem de famílias em situação de vulnerabilidade, e condições familiares adversas. Outra parte do público chega à instituição a partir de escolas particulares, e optam pelo IFPR pela qualidade de ensino e oportunidades. Nesse universo único convivem todas essas esferas sociais, etárias e geracionais, com suas concepções prévias de mundo e pensamentos diversos, no qual se inscrevem as experiências relatadas.

Educar-mo-nos antes, para educar em seguida - ações com servidoras/es

As ações aqui descritas foram realizadas e apoiadas por um grupo de servidoras e servidores do IFPR Campus Paranavaí. Em 2019, iniciamos no Campus Paranavaí ações voltadas para servidoras/es a fim de conscientizar sobre as questões que envolvem gênero e afetam mulheres e pessoas não-binárias cotidianamente. Inicialmente, voltamos nosso olhar em especial para servidoras/es, pois percebemos que o entendimento sobre o feminismo e a importância de sua luta era baixo, e alvo de preconceito e desinformação. Ao mesmo tempo, somos nós, servidoras/es e técnicas/os que estamos em contato direto com as/os estudantes, e para além de exercer a função de professoras/es, também exercemos influência sobre suas vidas.

A cultura que trazemos para o ambiente escolar faz parte do arcabouço de mundo que as/os estudantes constroem. Era

necessário, portanto, iniciar a cultura de educação feminista no local entre as/os servidoras/es, um caminho lento. Para tanto, identificamos os pares para fazer o movimento. Juntamos mulheres e homens que tinham consonância no discurso da luta feminista, e iniciamos com pequenas ações. Tomamos o 8 de março, Dia Internacional da Mulher, para promover uma mesa redonda sobre Educação Feminista e Violência de Gênero. Em três falas, apresentamos o conceito e breve histórico do feminismo enquanto movimento social, e discutimos dados de violência contra a mulher obtidos a partir do Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) do município. Na ocasião, junto aos presentes, fizemos uma leitura de trechos do livro icônico de Chimamanda Ngozi Adichie, "Para educar crianças feministas". Dentre as/os servidoras/os que compareceram, uma maioria de mulheres e alguns homens, a discussão fluiu com boa aceitação e suscitou comentários e dúvidas. Para esse momento preparamos também um vídeo em homenagem às servidoras, as quais foram filmadas no seu ambiente de trabalho, realizando suas ações cotidianas. Professoras, técnicas, prestadoras de serviço terceirizadas, todas foram representadas no vídeo. Dessa forma, nos propusemos a alcançar as pessoas e criar empatia pela causa.

A partir do êxito dessa primeira tentativa, os anos seguintes passaram a instituir comissões para realizar ações do(s) evento(s) alusivos ao Dia Internacional da Mulheres. Por si só, já consideramos isso um avanço. No ano seguinte, 2020, apostamos em seguir com mais ações para servidoras/es, e tivemos um público maior e mais diversificado, com melhor balanço entre mulheres e homens. No 8 de Março daquele ano elegemos o tema focal, Masculinidades. O evento foi dividido entre uma fala contendo dados sobre violência contra às mulheres, focado nas origens dessa violência, quem as provoca - em grande parte dos casos, o próprio companheiro ou familiares da vítima. Nesse sentido, construímos, em conjunto, por meio de aplicação digital interativa, uma nuvem de palavras sobre a noção do que seria "masculinidade". A palavra "força" foi a mais lembrada.

Em seguida, uma mesa foi formada para discutir essa percepção. Os debatedores expuseram suas interpretações a partir de suas vivências: uma professora, mulher, e suas relações com o companheiro e pai, e um professor, homem, a partir de sua experiência como pessoa homossexual. Diferentes opressões em diálogo.

Por fim, exibimos um vídeo especialmente elaborado para a ocasião. Entrevistamos os homens servidores do instituto levando a eles perguntas que geralmente se fazem às mulheres, e que são parte intrínseca da experiência de ser mulher: "você tem medo de voltar para a casa sozinho?", "teria medo de viajar sozinho?", "se passar por um grupo de mulheres na rua, se sentiria ameaçado?", entre outras. Algumas, inclusive, abordando a carreira acadêmica e paternidade: "ter um filho diminuiu sua produtividade?", "te perguntam quando você terá filhos?". Para essas e outras perguntas, a resposta dos entrevistados foi "Não", o que intitulou o vídeo. As respostas foram tão díspares em relação à realidade das mulheres, que impactou os presentes de modo a gerar um silêncio, e depois uma boa discussão sobre o tema. A produção audiovisual foi elogiada e teve bom alcance. Nos anos seguintes, mesmo durante a pandemia de COVID-19 (até início de 2022), os eventos continuam a ser realizados (ainda que por vias remotas). Ao longo desse tempo, outras iniciativas com temáticas feministas, lideradas por outras/os servidoras/es, começaram a surgir. Grupos de estudo, atividades voltadas a estudantes, palestras, projetos de pesquisa e extensão, entre outras agendas, somaram ao esforço. Dessa forma, consideramos que uma cultura de educação feminista tenha ensaiado os primeiros passos, e tem aumentado, de forma a perdurar na instituição.

As pequenas (grandes) ações com estudantes

Concomitantemente às ações voltadas para servidoras/es, oferecemos atividades voltadas às/aos estudantes. Nesse âmbito, o cinema foi um grande aliado. O cinema, por ser uma experiência de

imersão sensorial múltipla, tem grande impacto transformador em prol da empatia. A professora, pesquisadora e ativista bell hooks enfatiza esse poder no seu livro "Cinema vivido: raça, classe e sexo nas telas". Por proporcionar a interconexão de narrativas complexas, o cinema, seja na forma de filmes documentário ou ficção, encontra meios primorosos de tratar atravessamentos sociais de forma interseccional, tornando-se uma ferramenta pedagógica de extrema relevância no trabalho acerca de direitos humanos.

A autora expõe a razão de analisar filmes:

Foi esse uso do cinema como ferramenta pedagógica que me levou, como crítica cultural e teórica feminista, a escrever sobre filmes. Eu estava interessada principalmente na forma como eles criam discursos públicos populares sobre raça, sexo e classe, e queria falar sobre o que esses discursos estavam dizendo, e para quem. Em especial, minha intenção era questionar certos filmes vendidos e aclamados pela crítica como textos progressistas, para ver se as mensagens contidas nesses trabalhos realmente encorajaram e promoviam uma narrativa contra-hegemônica, em desafio às estruturas convencionais de dominação que alicerçam e mantêm o patriarcado supremacista branco capitalista (hooks, 2023, n.p).

Assim, o cinema é entendido não apenas como reflexo, mas também como gerador de cultura, e sua mensagem e intenção devem estar alinhados ao apelo sócio-cultural que se deseja construir. No âmbito educacional, buscamos exibir e debater filmes cujas temáticas carregam as questões de gênero no centro, sempre por uma perspectiva interseccional. Buscamos também, ao longo dos anos, abranger diferentes grupos sociais e, em algum nível, suas questões específicas de opressão. Não menos importante, procuramos, na medida do possível, trazer produções nacionais dirigidas e roteirizadas por mulheres e/ou pessoas representantes dos grupos socialmente vulnerabilizados. Parte das exibições foram ações conjuntas com o projeto de ensino e extensão "Cinema do Real", que instrumentaliza o cinema como dispositivo pedagógico ao mesmo tempo que constrói e fortalece a cultura

cineclubista no campus. O Quadro 1 apresenta alguns filmes que usamos para debate, e que podem servir para demais educadores.

Quadro 1 – Exemplos de filmes exibidos e questões abordadas.

Obra Cinematográfica	Questões centrais abordadas
Chega de Fiu Fiu (Amanda Kamanchek e Fernanda Frazão, 2018, documentário, Brasil, 73")	importunação sexual, assédio, orientação sexual, diversidade de gênero, interseccionalidade
À espera (Nivaldo Vasconcelos e Sónia André, 2016, documentário, Moçambique, 22")	casamento forçado infantil, gravidez precoce, violência de gênero, papéis de gênero
Estrelas Além do Tempo (Theodore Melfi, 2017, drama, Estados Unidos, 127")	mulheres na ciência, preconceitos e papéis de gênero, discriminação por classe social, racismo
Meu nome é Bagdá (Caru Alves de Souza, 2020, drama, Brasil, 99")	preconceito e papéis de gênero, classe social
Hoje eu quero voltar sozinho (Daniel Ribeiro, 2014, drama, Brasil, 96")	<i>bullying</i> escolar, orientação sexual, conscientização sobre pessoas com deficiências, anticapacitismo
Hipermulheres (Carlos Fausto, Leonardo Sette, Takumã Kuikuro, 2011, documentário, Brasil, 80")	papéis de gênero, diferenças culturais, questão indígena
A felicidade das coisas (Thaís Fujinaka, 2021, drama, Brasil, 87")	papéis de gênero, maternidade e ausência parental

Fonte: elaborado pelas autoras, 2024.

As rodas de conversa foram e seguem sendo peças fundamentais para a participação das/os estudantes na imersão do debate de gênero (Fig. 5). As rodas acontecem há anos no IFPR, em

diversos momentos importantes do calendário escolar, tais como o mês de março, pelo advento do Dia Internacional da Mulher, mas também em outros momentos, como o Dia da Consciência Negra, em novembro. Durante a pandemia (2020-2022), as rodas de conversa virtuais alcançaram sobremaneira nossas/os alunas/os, e proporcionaram momentos de conexão com essas/es interlocutoras/es, que estavam isolados e absortos em uma realidade de ansiedade e incerteza.

Figura 4 – Alguns dos materiais de divulgação para convite aos eventos e rodas de conversa.



Fonte: elaborado pelas autoras, 2024

Nesse momento, nossa equipagem virtual teve um papel fundamental. As telas, na forma de aplicativos e videoconferências, tomaram um espaço descomunal na vida em isolamento social. Os canais já existentes de interação e comunicação virtuais tornaram-se protagonistas, e possibilitaram mediar muitas conversas frutíferas. O canal do Laboratório Multi e Interdisciplinar de Ensino - LABIEN, hospedado no YouTube, passou de poucas dezenas de inscritos a mais de 800. Por meio desse canal ocorreram rodas de conversas que abordaram temas sensíveis à raça e gênero. A primeira delas, intitulada "Mulheres em Movimento na Pandemia: violências, desafios e resistência", trouxe à tona dados que, na época, ainda eram incipientes, do aumento de casos de agressão às mulheres no confinamento do núcleo familiar durante a pandemia.

Discutimos também feminismos, incluindo o feminismo negro, e intolerância religiosa, com as participações valiosas da professora Maria Inez Barboza Marques e da historiadora e ativista maringense Laís Fialho. Outras seguiram, buscando abordar uma diversidade de temas interseccionais: mulheres e esportes, práticas antirracistas, mulheres indígenas, mulheres na ciência, mulheres negras no Rap, entre outras. O canal do LABIEN se tornou um mecanismo forte de difusão de discussão, e hoje conta com quase uma centena de vídeos, entre produções e gravações de *lives*. O vídeo "Não", mencionado anteriormente, encontra-se hospedado no canal, com centenas de visualizações, bem como outros produtos de projetos que serão citados. Tal qual o canal do YouTube, o perfil do campus Paranavaí no Instagram também se tornou veículo de propagação de materiais educativos. De 2021 adiante, procuramos fazer publicações de materiais de conscientização em datas comemorativas e emblemáticas, garantindo a visualização de conteúdo pensado e elaborado para estimular a empatia e ampliar a formação humana.

Interseccionalidade na pesquisa e extensão: oportunizar e dar protagonismo às estudantes

Desde sua fundação, o IFPR atua sob o tripé ensino-pesquisa-extensão, o que faz com que seu grande diferencial no contexto do Ensino Médio seja a oferta e participação de estudantes nos projetos de pesquisa e extensão realizados por docentes e técnicos. Esse forte envolvimento dos/as estudantes com projetos é benéfico em diversos aspectos: proporciona o desenvolvimento de habilidades de pesquisa teórica e prática, aperfeiçoa o senso de colaboração e contribuição à comunidade, e aprimora o currículo pessoal. Dentro dessa perspectiva, aproveitamos o espaço desse tripé para ocupá-lo com projetos voltados para educação feminista e em direitos humanos. Elaborar, aprovar, conseguir financiamento e bolsa para estudantes, desenvolvê-los e seguir ampliando a proposta.

É sabido que as mulheres têm, historicamente, um acesso restrito às carreiras científicas/acadêmicas, e que foram largamente silenciadas no decorrer dos anos. Esse precário reconhecimento da mulher advém da construção histórica das identidades sociais baseadas em gênero, que segregam as mulheres nas esferas social e política e as tornaram invisibilizadas, inclusive, na ciência (Louro, 1997). Ainda hoje, há significativamente menos mulheres em posições de destaque na academia, chefiando grupos de pesquisa e departamentos, assumindo o posto de investigadoras principais e recebendo bolsas de produtividade acadêmica. Apenas 26% das bolsas de produtividade são concedidas às pesquisadoras. Dentro de algumas áreas do conhecimento, esse número relativo é ainda menor (Olinto, 2011).

Assim, inserir essas pessoas nesse espaço desde o momento de sua formação básica, envolvendo-as com pesquisa e extensão em prol da diversidade e representatividade, pode alçar ganhos para a sociedade no futuro, além dos ganhos pessoais das/os estudantes implicados. Alguns projetos já foram desenvolvidos nesse sentido. Todos eles contaram com bolsistas, sendo a seleção direcionada para mulheres/meninas e/ou pessoas LGBTQIAP+. Dessa forma,

enredando os agentes diretamente afetados pela sociedade patriarcal em projetos feministas focados em direitos humanos, é possível permitir a visibilidade e fala de grupos historicamente silenciados. Citando a pesquisadora Gayatri C. Spivak, dessa forma, damos o direito ao "subalterno" de falar: "O subalterno não pode falar. [...] A representação não definiu. A mulher intelectual como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio." (Spivak, 2010, p. 126). Assim, cito alguns projetos que desenvolvemos no IFPR. Todos são desenvolvidos com estudantes, e todos já tiveram publicações em periódicos científicos, nas quais a autoria é compartilhada entre docente e estudante.

No campo da pesquisa, realizamos uma busca bastante abrangente pela expressão de mulheres nos livros didáticos utilizados em redes públicas no ensino médio. No projeto, intitulado "Representação das mulheres nos livros didáticos", dezenas de livros foram analisados acerca da presença e forma/simbolismo/discurso acerca da representação das mulheres. O projeto está ativo desde 2020, já contou com 4 bolsistas, teve sete participações de resumo ou trabalho expandido em eventos científicos, e duas publicações em periódicos. Toda essa produção foi realizada com as/os alunas/os do ensino médio. Suscitou a discussão sobre apagamento e silenciamento de mulheres no meio acadêmico como violências simbólicas e coerção patriarcal, e possibilitou geração de conhecimento para a comunidade dentro e fora do instituto.

No campo da extensão, um importante projeto desenvolvido foi o podcast "Quero Ser Cientista". O objetivo foi criar um podcast para promover a socialização em ciências das alunas do ensino médio, e, inspirá-las às carreiras científicas, partindo do princípio da importância intrínseca da representatividade como espelho para construção de preferências. Além disso, despertar os interesses sobre assuntos, saberes, e, em última instância, escolhas profissionais. O podcast contou com a participação de um arranjo diverso de cientistas mulheres com carreiras de alta visibilidade,

nas áreas da Biologia, Química, Física, Paleontologia, Matemática, Informática e Artes.

Alunas já envolvidas com projetos científicos também tiveram a chance de relatar suas experiências. O programa possui, atualmente, duas temporadas completas, e está disponível no canal do LABIEN no YouTube, e no Spotify, gratuitamente. Finalmente, vale mencionar o projeto OLHE, o Observatório das Liberdades Humanas em Educação. O projeto como um grupo interdisciplinar e autônomo, formado de pessoas, entre docentes e estudantes, que investigue assuntos concernentes a gênero e diversidade, a fim de fomentar a educação feminista e inclusiva por meio da sistematização de dados, viabilização de ações extensionistas e acolhimento dos sujeitos múltiplos. Até o momento, o OLHE vem realizando e apoiando atividades de extensão para a comunidade, como ações de esclarecimento, formação, capacitação e divulgação a respeito das questões de gênero e diversidade sexual.

Considerações finais

As ações no âmbito da educação relatadas neste capítulo, realizadas nas redes públicas estadual e federal de ensino na cidade de Paranaíba, fazem parte da construção de uma cultura de prevenção da violência de gênero e promoção da cultura dos direitos humanos. Vale ressaltar que as vivências se fazem no ambiente escolar, no tempo presente e contínuo, a partir da observação das necessidades intrínsecas do convívio, de conversas e entrevistas com agentes escolares, de órgãos públicos, de estudantes e de toda a comunidade.

O conjunto nos permite perceber e revelar, pelo prisma patriarcal, como a categoria gênero opera socialmente durante o desenvolvimento das/os estudantes na juventude. E esse entendimento nos permite e nos solicita - a nós: educadoras/es, professoras/es, agentes educacionais - a atuar como agentes de mudança. Uma mudança que opere na provocação de senso crítico, e no questionamento de assunções genderizadas pré-concebidas,

que atuam como perpetuadoras da violência de gênero. Como agentes feministas de mudança na esfera da educação, assumimos um compromisso com aquelas/es mais afetados pela marginalização e pelas estruturas de poder patriarcal, e nos esforçamos a colocar nosso trabalho a serviço desse propósito.

Referências

ABGLT, Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. acessado em: 26 de abril de 2024.

ANDERSON, Elisabeth. Feminist Epistemology and Philosophy of Science. *In: The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2019 Edition), Edward N. Zalta (ed.), Dordrecht: Springer, 2019.

APP SINDICATO. **Seminário na APP debate interseccionalidades por uma escola livre de todas as formas de discriminação**. Curitiba, 2023. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/seminario-na-app-debate-interseccionalidades-por-uma-escola-livre-de-todas-as-formas-de-discriminacao/> acessado em 26 de abril de 2023).

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v.5, p. 07-41, 1995.

HOOKS, bell. **Cinema vivido: raça, classe e sexo nas telas**. 1 ed. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

LEVÍ-STRAUSS C. **Raça e História**. Portugal: Editora Presença, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

OLINTO, G. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inc. Soc.**, v.5, n.1, p.68-77, 2011. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>. Acesso em 05 mar. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. **Referencial para elaboração do Regimento Escolar da Educação Básica Curitiba**. Curitiba, s.d. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-05/referencial_regimento_escolar_052021b.pdf. Acessado em 23 de abril de 2024.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Escola livre de violência contra a mulher**. Curitiba, 2017. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/campanha_violencia_mulher/livro_infantil_escola_livre_violencia.pdf acessado em 24 de abril de 2024.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. *In: Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1989.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Parte II

**Violências e diversidades:
entre ações, representações e estéticas**

**A CULTURA DO MACHISMO RETRATADA EM MÚSICAS
BRASILEIRAS: ARTE, ALIENAÇÃO E POSSIBILIDADES
EMANCIPATÓRIAS**

Adrielle de Souza da Silva
Keila Pinna Valensuela
Nathalia de Almeida dos Santos

Introdução

O machismo é estrutural, culturalmente aceito e manifesta-se institucionalmente de diversas maneiras, nuances e âmbitos sociais, como na economia, na política, na família, na religião, na mídia, e também na arte, considerando suas múltiplas manifestações, complexidade e contradições.

Com base na teoria marxista e marxiana, partimos do pressuposto que a arte é ontológica, isto é, inerente ao ser humano, intrínseca ao processo de humanização, portanto, ao lado da ciência e da filosofia, produz conhecimento que dialeticamente é hegemônico, fetichizado e alienante ou crítico, emancipatório e revolucionário. A história da arte nos mostra isso, pois remonta aos períodos pré-históricos, atravessa a antiguidade, a sociedade medieval, moderna e contemporânea, sua produção se relaciona com a natureza, cosmos, mitos, religiões, civilizações, tradições, costumes, lutas e resistências.

Para exemplificar um episódio recente da história, na pandemia do Covid-19, perante a adoção de medidas sanitárias pela Organização Mundial de Saúde (OMS), com fins de controle do coronavírus, mais uma vez, a arte esteve em voga. Não somente pelos/as artistas e indústria cultural que neste período precisaram ressignificar suas atividades e práticas, mas porque a arte se

apresentou como atividade fundamental para sobrevivência humana, sobretudo diante da iminência da morte. Gerou conhecimento, conteúdo e entretenimento para aqueles que permaneceram em isolamento social, adaptavam-se ao uso da tecnologia e com as mudanças drásticas e repentinas de rotina e comportamentos.

Embora mundial, os impactos sociais da pandemia não alcançaram todos e todas da mesma forma, uma vez que intensificou e aprofundou desigualdades já existentes. Mulheres pobres, pretas e periféricas somavam-se aos grupos mais vulneráveis no contexto do “capital pandêmico” (Antunes, 2020). A partir disso, nos últimos anos, dados crescentes expressam a violência doméstica contra mulheres.

Objetiva-se, nesta discussão, problematizar a cultura do machismo e como ela se apresenta de forma sistemática na sociedade, inclusive nas mais diversas expressões artísticas, como na música. Nossa proposta é trazer contribuições para examinar a arte e a cultura não em si mesmo, mas a partir das suas conexões com a realidade social, estabelecendo as devidas mediações com a totalidade, a luta de classes, o trabalho e o processo (re)produção do capital.

A arte se dá, a priori, pelos sentidos, experiências e reflexões de si mesmo, do outro e/ou da sociedade como um todo. É compreendida como singular, sobretudo relativa à subjetividade. Todavia, ao relacionarmos a arte com a realidade, reconhecemos a arte como uma categoria de análise, historicamente determinada pela estrutura social e conjuntura econômica, política, social e cultural.

Na sociedade capitalista, a arte se distancia da dimensão da vida humana e é transformada em coisa, objeto, mercadoria. Parece algo externo, estranho, não palpável e inacessível a massa populacional. Os elementos artísticos e seus recursos materiais e simbólicos são forjados pelo sistema de produção, circulação e consumo, determinados pela lei de acumulação geral e transformados em valor de troca. Constitui-se em um mercado lucrativo e elitizado, sob o controle de determinada classe social (Marx; Engels, 1986; Lukács, 2010, 2018; Oldrini, 2019; Scherer,

2013, 2016). No caso da música, podemos citar as plataformas digitais, conhecidas como *streamings* musicais, como o Spotify⁸.

Diante do exposto, nossas reflexões se amparam na discussão da arte e da crítica estética explicitada principalmente pelo lukasciano Guido Oldrini, em seu livro “Os marxistas e as artes: princípios de metodologia crítica marxista”, publicado em 2019 pelo Coletivo Veredas. Esta leitura possibilitou compreender, ideológico e concretamente, como a sociedade patriarcal, racista e capitalista instrumentaliza a arte para fins de reprodução social, oferecendo uma cultura de massas que favorece uma arte acrítica, a-histórica, elitista e mercadorizada. Diante deste dilema ético, questiona-se: como a arte pode contribuir para libertar ou alienar?

Nesta perspectiva, apresentamos um ensaio crítico, uma análise das letras de cinco músicas brasileiras, escolhidas aleatoriamente a partir de diferentes gêneros musicais e acessíveis em plataformas digitais, sendo elas: música popular brasileira (MPB), samba e pagode, sertanejo universitário, funk, pop e rock. Buscou-se, nesta amostragem, considerar a diversidade cultural brasileira.

A princípio, foram feitas considerações acerca da cultura do machismo, a partir de referências bibliográficas sobre questões de gênero e da sociedade patriarcal, racista e capitalista. Na sequência, apresentamos nossa interpretação crítica das músicas.

A música é uma forma de expressão artística, porém não é a única, temos: a literatura, a dança, o teatro, o cinema, a fotografia, a escultura e a pintura. Nesta análise, nossos esforços se direcionaram à música, especialmente aquelas cujas letras são atravessadas por conteúdos machistas.

Considerações acerca da cultura do machismo

O Brasil é um país marcado pela cultura senhorial, estrutura hierárquica e fortemente verticalizada em todos os aspectos, com

⁸ Disponível em: <https://www.metropoles.com/entretenimento/incentivo-ou-manipulacao-app-paga-para-ouvir-musicas-no-spotify>. Acesso em: abr. 2024.

bases conservadoras e autoritárias que reforçam as relações de mando-obediência, favor, clientela, tutela e cooptação (Chauí, 2000). O Brasil é um país machista, que remonta o período colonial e atravessa nossos tempos.

O machismo é considerado um comportamento que se revela por meio de opiniões e atitudes. “Não se comporte assim”; “não grite”; “mulher fala demais”; “não ria alto”; “deve estar de TPM”; “cabelo curto é coisa de homem”; “mulher tem que casar e ter filhos”; “atrás de um grande homem, sempre existe uma grande mulher”; “esta profissão é para homens”; “a culpa é sua, você que me provocou com esta roupa curta”, “é só uma brincadeira”, etc., são apenas algumas frases que provavelmente toda mulher já ouviu em algum momento da vida.

O machismo revela a opressão sofrida pela mulher, a posição de superioridade masculina, da garantia de privilégios e a objetivação da mulher em uma sociedade que perpetua o “poder do macho” (Saffioti, 1987).

Vivemos em uma sociedade considerada machista que naturaliza e reproduz a desigualdade entre homens e mulheres, a partir da ideia de hierarquias sociais. A diferença salarial, os altos índices de violência de gênero, feminicídio, assédio, importunação sexual e estupro, são alguns exemplos.

[...] as agressões em contexto de violência doméstica tiveram aumento de 2,9%, totalizando 245.713 casos; as ameaças cresceram 7,2%, resultando em 613.529 casos; e os acionamentos ao 190, número de emergência da Polícia Militar, chegaram a 899.485 ligações, o que significa uma média de 102 acionamentos por hora. [...] o maior número de registros de estupro e estupro de vulnerável da história, com 74.930 vítimas”. [...] “os feminicídios cresceram 6,1% em 2022, resultando em 1.437 mulheres mortas simplesmente por serem mulheres”. [...]. Entre as vítimas de feminicídio, têm-se que 61,1% eram negras e 38,4% brancas. [...]. Além disso, registros de assédio sexual cresceram 49,7% e totalizaram 6.114 casos em 2022 e importunação sexual teve crescimento de 37%, chegando ao patamar de 27.530 casos no último ano. Ou seja, estamos falando de um

crescimento muito significativo e que perpassa todas as modalidades criminais, desde o assédio, até o estupro e os feminicídios (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 136-142).

Nos últimos anos a violência contra a mulher se intensificou, inclusive no ambiente digital, com a propagação de discursos sexistas e misóginos. Ademais, no governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), vivenciamos o desfinanciamento das políticas públicas de proteção às mulheres e enfrentamento à violência de gênero que apresentou “a menor alocação orçamentária em uma década [...]”, segundo informações divulgadas pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023, p. 137).

A questão de gênero na sociedade patriarcal, racista e capitalista

Segundo Perrot (2009) o termo *gender* (gênero) é uma noção norte-americana, que surgiu no fim dos anos 1960 na estudos da antropologia, e dezena de anos mais tarde difundiu-se na história. A partir de então, o termo passou a ser agregado, de modo relativamente frequente, nos meios científicos. Em contraposição aos pressupostos do sexo biológico, o gênero tem por intuito compreender e desmistificar as relações dos sexos construídas pela cultura e pela história.

O relato histórico das mulheres tem íntima ligação com quem a escreveu, nesse sentido a autora afirma que o esquecimento de que as mulheres estiveram representadas na história enquanto objetos, não é simplesmente uma ausência de memória acidental e aleatório, mas a consequência “de uma exclusão consecutiva à própria definição de História, gesto público dos poderes, dos eventos e das guerras” (Perrot, 2009, p. 112).

A respeito dos estudos das ciências e da categoria gênero, por exemplo, implica numa relação que precisa ser contextualizada e analisada. Löwy (2009) descreve que a evolução do conhecimento científico foi moldada pela existência da dicotomia fundamental entre o masculino e o feminino presente na sociedade. Durante a

maior parte da história, a pesquisa científica foi construída por e para os homens.

Com essa base para a efetivação da dominação, as relações patriarcais vão tomando formas cada vez mais complexas, a partir das relações ideológicas e desiguais. Para efeito teórico é necessário contextualizar sobre a origem da palavra patriarcado, que enfatiza a figura masculina em todos os aspectos:

[...] a origem do termo patriarcado, antes da invenção histórica da nação, como algo político ou Estado-nação, os termos políticos empregados eram — “povo” (a que nos referimos) e — “pátria”. Esta palavra também deriva de um vocábulo latino, *pater*, pai. Não se trata, porém, do pai como genitor de seus filhos – neste caso, usava-se genitor –, mas, de uma figura jurídica, definida pelo antigo direito romano. *Pater* é o senhor, o chefe, que tem a propriedade privada absoluta e incondicional da terra e de tudo o que nela existe, isto é, plantações, gado, edifícios (— “pai” é o dono do *patrimonium* –), e o senhor cuja a vontade pessoal é lei, tendo o poder de vida e morte sobre todos os que formam seu domínio (casa, em latim, se diz *domus*, e o poder sobre a casa é o *dominium*), e os que estão sob seu domínio formam a família (mulher, filhos, parentes, clientes e escravos). Pai se refere, portanto, ao poder patriarcal, e pátria é o que pertence ao pai e está sob seu poder. É nesse sentido jurídico preciso que, no latim da Igreja, Deus é Pai, isto é, senhor do universo e dos exercícios celestes. É também essa a origem da expressão jurídica — pátrio poder, para referir-se ao poder legal do pai sobre filhos, esposa e dependentes (escravos, servos, parentes pobres) (Chauí, 2010, p. 15).

Ainda sobre o surgimento da organização social patriarcal, segundo Saffioti (2004) existem dois fatores históricos que demonstram as bases da constituição do patriarcado. Primeiro a produção de excedente econômico, a fonte do desenvolvimento da propriedade privada, possibilitando o domínio e a exploração do homem sobre outro homem e sobre a mulher, sendo que, se torna ainda mais forte sobre a mulher. Segundo a descoberta da participação dos homens na procriação dos(as) filhos(as), que

anteriormente isso era compreendido como um poder divino das mulheres. Por essas razões a autora afirma que a dominação patriarcal e a exploração capitalista caminham juntas.

Essas relações patriarcais tomam forma para sua sustentação, principalmente, por intermédio da família, calcada na divisão sexual do trabalho, que concede as bases para a preservação da reprodução social da força de trabalho e exploração do “trabalho desvalorizado” das mulheres, indispensáveis à lógica de acumulação capitalista” (Cisne, 2014, p. 80). A formação da família patriarcal com destaque para a figura do pai, faz com que as ideias, os valores e as culturas sejam condizentes a esta figura central. As ideias originadas no patriarcado são compatíveis com a dinâmica existente na sociedade em diferentes contextos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Kergoat (2009) argumenta que as condições em que homens e mulheres vivem são construções sociais, e não resultados de um destino biológico. Ambos formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social muito particular: as relações sociais de sexo. Essa relação, como as demais relações sociais, está sob uma base material, no caso o trabalho, e se caracterizam por meio da divisão social do trabalho entre os dois sexos, materializada na divisão sexual do trabalho.

A autora esclarece que essa organização do trabalho está historicamente adaptada a cada sociedade, e tem por características “a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.)” (Kergoat, 2009, p. 67). A organização da divisão social do trabalho tem dois princípios: o de separação, ou seja, existem trabalhos de homens e outros de mulheres; e a hierarquização, significa que o trabalho do homem “vale” mais do que da mulher.

Para Marx: “As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Ao adquirir novas forças produtivas, os homens mudam o seu modo de produção e ao mudar o seu modo de

produção, a maneira de ganhar a vida, alteram todas as suas relações sociais" (Marx, 2009, p. 250).

É pertinente ressaltar que a opressão feminina não se constitui objeto de estudo do materialismo histórico-dialético, no entanto, as obras dão possibilidades de analisar a condição feminina em relação ao modo de produção capitalista, e esse processo permite fugir da moralidade "naturalizada" da sociedade diante das complexidades femininas, que cada vez mais são genuinamente patriarcais. "Em O Manifesto do Partido Comunista de 1848, as condições concretas de vida da mulher são analisadas como subalternizadas, por meio de indícios que constataam a exploração de sua força de trabalho e a coerção que sofrem" (Ferreira; Rosario, 2016, p. 93).

Nessa perspectiva de compreender a base material e suas transformações nas expressões sociais, Cisne (2014) faz as seguintes indagações: De onde vem a cultura? Como ela é determinada e reproduzida? Quem a produz? Segundo a tradição marxista, a cultura possui determinações materiais em que as relações sociais estabelecidas são as bases para sua construção, em um espaço marcado pela luta de classes antagônicas.

No que se refere as "relações sociais de sexo", conforme descreve Delphy (2009a, p. 253-254 apud Cisne, 2014, p. 94), "a construção social dos valores, o masculino e o feminino são as criações culturais de uma sociedade fundada, entre outras hierarquias, sobre uma hierarquia de gênero". As hierarquias e os interesses advindos desse processo devem ser criticamente desvelados para a compreensão dos valores do que idealiza como feminino e masculino.

Cisne (2014, p. 23) descreve que a cultura que vivemos promove modelos conservadores de conduta consideradas "femininas" ou "masculinas" que, em grande proporção, reproduzem a desigualdade histórica entre homens e mulheres. "Isso ocorre porque é por meio da cultura que os valores, costumes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar são reproduzidos".

A cultura penetrada pela ideologia que tem por objetivo atender os interesses da classe dominante, não pode ser percebida

como uma abstração do real, separada das relações estruturais da sociedade que, conseqüentemente, consistiu-se com base nessa produção ideológica. Nesse sentido, para se compreender a cultura é fundamental entender as relações materiais que produzem a ideologia. Dessa maneira, evita-se de considerar a cultura como algo inalterável, ao naturalizá-la ou relativizá-la.

A autora enfatiza que nenhum ser humano consciente de sua condição social gosta de ser vítima de violência, de ser explorado e submisso. É por esse motivo que é necessário desvendar o sistema de dominação e exploração que condiciona as mulheres, ou seja, “o patriarcado, para entender as bases materiais da ideologia que naturaliza e reproduz a condição de inferioridade feminina” (Cisne, 2014, p. 98).

De acordo com Cisne (2014, p. 79), o patriarcado está associado à estrutura e superestrutura das relações sociais. O poder hegemônico do patriarcado torna-se efetivo nas relações sociais vigentes, tal situação ocorre “[...] devido ao fato do patriarcado funcionar como um sistema regido pelo medo e embebido de ideologia, concretizado em uma sociedade permeada por relações de alienação”.

A ideologia dominante, patriarcal-racista-capitalista, penetra na consciência dos indivíduos devido a naturalização das relações de dominação e exploração que a alienação produz. Essa naturalização dificulta a possibilidade de se pensar e agir de forma transformadora. Com isso, muitos indivíduos não percebem essas relações como tais [de dominação e exploração] ou, quando percebem, não acham possível alterá-las. É essa alienação que faz com que as mulheres naturalizem e reproduzam sua condição de subalternidade e subserviência como algo inato ou mesmo biológico (Cisne, 2014, p. 95).

Cisne (2014) esclarece que ao considerar que a ideologia é determinada por uma estrutura material, é possível considerar que “no caso da ideologia de opressão e de subordinação da mulher, pousam sobre a exploração e a apropriação femininas, as suas bases materiais estruturais. [...]” (Cisne, 2014, p. 95). O

patriarcado é, portanto, um forte mecanismo de controle com estratégias e táticas próprias. O sistema patriarcal não é uma ideia abstrata, ele é a expressão material e simbólica⁹ da dominação masculina sobre as mulheres.

O conteúdo machista presente nas músicas brasileiras: uma análise crítica

Considerando que a música, como ferramenta de expressão cultural, está presente na vida de muitas pessoas de diferentes culturas e classes sociais, este trabalho baseia-se na análise crítica dialógica de alguns trechos lírico-musicais que potencializam a reprodução do machismo na sociedade. Acredita-se que é um termo recorrente e enraizado na nossa cultura que reforça as desigualdades nas relações sociais entre homens e mulheres e perpetua a figura masculina como superior socialmente à mulher.

Para objeto de análise, selecionaram-se cinco músicas tendo por base os seguintes critérios: a representação social da mulher na sociedade, o conteúdo predominantemente machista, a objetificação e controle do corpo feminino, assim como diferentes estilos musicais, a fim de contemplar diversas realidades sociais. As músicas escolhidas foram as que seguem: "Triste, louca ou má", música MPB, da banda Francisco, El Hombre; "Se eu largar o freio", pagode interpretado pelo cantor Péricles; "Desconstruindo Amélia", rock, da artista brasileira Pitty; "Vidinha de balada", sertanejo universitário da dupla Henrique e Juliano; e, "Adestrador

⁹ Por intermédio da simbologia não é preciso uma violência física ou qualquer outro tipo de coerção direta. Na concepção de Bourdieu (2017), a coerção simbólica – violência simbólica – é suficientemente responsável pela estruturação social, é em função desse conceito que o autor sustenta sua tese a respeito da dominação do sexo masculino sobre o feminino. A dominação se constitui em uma violência "suave" e "invisível", que se realiza por ações simbólicas, através do conhecimento dos dominados. Por se caracterizar na "ordem das coisas" e da normalidade, existe a concepção de que tal violência não precisa ser justificada. As distinções biológicas entre mulheres e homens respaldam o entendimento natural e evidente desta relação, ignorando a dominação histórica.

de cadela", funk ostentação, interpretado pelo MC MM. São músicas acessíveis nas plataformas digitais.

Assim sendo, a música "Triste, louca ou má", da banda Francisco, El Hombre, primeira a ser analisada, trata-se de uma crítica social em relação aos estereótipos impostos sob a condição da mulher em sociedade e a normatização de certos comportamentos sociais, bem como observado em um dos trechos:

Triste, louca ou má
Será qualificada ela
Quem recusar
Seguir receita tal
A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina (Kozyreff, 2016, online).

Nesse viés, cabe notar que os papéis sociais estão culturalmente enraizados e baseados no patriarcado, no qual as mulheres têm que cuidar da casa, do marido e da família. E em contrapartida a "receita cultural" de não querer casar ou ter filhos, torna-se uma determinação implícita para que a mulher seja vista como errada e fora do "enquadramento" social.

Assim, torna-se pertinente mencionar Saffioti (1987), ao afirmar que a "identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através de distintos papéis que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias do sexo [...]" (Saffioti, 1987, p. 8). Ou seja, a sociedade educa a mulher para cumprir o papel que lhe fora designado, às moldando para ser um veículo de dominação. Examinamos a letra desta música como uma crítica ao papel socialmente dominante, bem como uma reflexão a partir da arte sobre as atividades do cuidado destinado a figura feminina e quando a mulher busca romper com este "destino", é rotulada como "triste, louca ou má".

A música "Se eu largar o freio", interpretada pelo cantor Péricles, assim como a música anterior, remete a um discurso

machista, patriarcal e opressor associado ao papel da mulher como "recatada e do lar", porém, ao nosso ver, tem uma conotação mais voltada a reprodução deste papel social. Como pondera Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de gênero ao qual reservaram às mulheres a esfera reprodutiva e aos homens a esfera produtiva, como o trecho a seguir:

Mas eu tenho
Reclamações a fazer
Mas eu tenho
Que conversar com você

A pia tá cheia de louça
O banheiro parece que é de botequim
A roupa toda amarrotada
E você nem parece que gosta de mim
(Caetano; Claudemir; Índio, 2013, online).

Notavelmente, ao afirmar sua insatisfação em relação aos cuidados da casa, a letra da canção retrata o verdadeiro cenário da mulher domesticada que é privada de viver ativamente em sociedade, reforçando a doutrinação sexista associada a ideia do cuidado da família, decorrente do paradigma social de que as mulheres devem ser submissas aos seus cônjuges e envolvidas com os afazeres domésticos. Segundo a lógica patriarcal, os papéis das mulheres nas mais diversas esferas sociais são desfavorecidos, aparecendo apenas como objetos sexuais e reprodutivos inerentes à dominação e opressão masculina.

No que diz respeito aos papéis que são determinados nas relações sociais, a música "Desconstruindo Amélia", da cantora Pitty, é uma crítica social em contraponto a música "Ai, Que Saudades da Amélia", composição de Mário Lago e Ataulfo Alves, que generaliza o termo Amélia como um símbolo de mulher submissa ao homem. Pitty, por sua vez, procura romper e desconstruir essa ideia conservadora associada a imagem da mulher tradicional. Assim

como nas letras anteriores, é nítido que o machismo se faz presente na base estrutural da sociedade, buscando moldar o corpo e a vida das mulheres, conforme o trecho a seguir:

O ensejo a fez tão prendada
Ela foi educada pra cuidar e servir
De costume, esquecia-se dela
Sempre a última a sair (Pitty, 2009, online)

Nessa direção, é possível observar que as necessidades dos filhos, do lar e do marido estão, conseqüentemente, sempre à frente de suas próprias vontades. Explícito por meio da letra da música o desequilíbrio na divisão das tarefas entre homens e mulheres, no qual coloca a figura feminina como "sexo frágil" e contribui, conseqüentemente, para a exploração do trabalho doméstico exercido por elas, trabalho invisibilizado e não remunerado¹⁰.

No entanto, o que chama atenção para a canção é o processo de reconstrução de Amélia, que ao se ver sobrecarregada das determinações postas a ela, resolve então deixar o conformismo de ser limitada aos papéis atribuídos pela sociedade, como aponta os versos a seguir:

Disfarça e segue em frente
Todo dia até cansar
E eis que de repente ela resolve então
mudar
Vira a mesa, assume o jogo
Faz questão de se cuidar

Nem serva, nem objeto
Já não quer ser o Outro
Hoje ela é o também (Pitty, 2009, online)

¹⁰ Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2023-11/tema-da-redacao-do-enem-traz-luz-questao-estrutural-da-sociedade>. Acesso em: 08 abr. 2024.

A letra da música descrita acima não apenas desconstrói a imagem da mulher tradicional, como quebra um padrão misógeno de opressão e dominação na construção sociocultural.

Já no que se refere ao controle e dominação do corpo feminino, a música "Vidinha de balada", da dupla Henrique e Juliano, exterioriza a colocação da mulher como subserviente ao homem, o que pode ser evidenciado nos versos:

Desculpe a visita, eu só vim te falar
'Tô a fim de você e se não tiver 'cê vai ter que ficar [...]

Vai namorar comigo sim [...]
Se reclamar 'cê vai casar também, com comunhão de bens (Silveira, 2017, online).

A situação apresentada no trecho supramencionado, de imposição de qualquer decisão tomada pela mulher sobre o seu relacionamento afetivo, confirma a construção da figura feminina como objeto designado para posse forjada. Numa perspectiva patriarcal, torna-se evidente o domínio discursivo da perspectiva masculina que é encoberto pelo romantismo nas letras, apontando para a naturalização de relacionamentos abusivos e padrões dominantes nas relações sociais, perpetuando um ciclo de violência contra a mulher.

Outro gênero musical influenciado por batidas e ritmos contagiantes é o funk, que há muito deixou de ser um movimento exclusivamente periférico, como podemos ver pelas suas letras sexistas e misóginas. Assim sendo, a música "Adestrador de Cadela", interpretada por MC MM utiliza linguagem metafórica para se referir às relações sexuais com mulheres e a descreve de forma depreciativa como "cachorra, piranha, sapeca", bem como pontua os versos:

Sabe aquelas minas cachorra, piranha,
sapeca

Então pode trazer elas que R7 dá um trato
Põem no pelo e goza nela

[...] Que eu sou adestrador de cadela
Nós pega, bota na tcheca, depois solta na
Banguela (MC MM, 2016, online).

Percebe-se que além da linguagem pejorativa dirigida às mulheres e o desejo de posse vinda do homem, chama-se a atenção para o discurso misógino atrelado à banalização da imagem feminina vista como um objeto de prazer sexual e submissa aos desejos dos homens ao citar “depois solta na banguela”, levando-nos a entender que mesmo após ser depreciada para saciar as necessidades físicas, as mesmas, referidas como “cachorra, piranha e sapeca” são descartadas, evidenciando a objetificação feminina por meio da sexualização do corpo da mulher.

Dessa forma, conforme fica evidente por meio da análise dos trechos das músicas apresentadas nesta discussão, a soberania dos homens sobre as mulheres incide na construção sócio histórico a que ambos foram condicionados no meio social, em que a mulher tem como característica a subalternidade e, aos homens, a supremacia de poder e controle, historicamente construída. Assim, a partir da percepção do machismo presente nas músicas brasileiras, convém explicitar que a desigualdade de gênero atinge todo o âmbito político, social e cultural entre homens e mulheres.

Considerações finais

Ao tecer as considerações finais, é possível concluir que os objetivos estipulados foram alcançados, no contexto da construção sociocultural do que é ser homem e do que é ser mulher, o corpo feminino e a vida das mulheres torna-se alvo das ações provenientes do sujeito central, isto é, do sujeito homem, conforme apresentado nas músicas.

A exploração capitalista e a dominação patriarcal historicamente deixam as mulheres em desvantagens em diferentes âmbitos e condicionam a organização social baseada em preceitos que tornam as mulheres subservientes à lógica dominante. Historicamente (e culturalmente) o gênero feminino não é considerado de fato, não tem o poder de decisão sobre suas vidas e são retratadas ao poder de outrem.

Embora com avanços políticos e sociais sobre a questão, não se tem identificado a superação da dominação patriarcal e exploração capitalista. Mesmo com incansável luta dos movimentos feministas e de mulheres, como apresentado nas músicas de Pitty e da banda Francisco, El Hombre, entende-se que a disputa ideológica dominante, que é patriarcal e capitalista, não possibilita a materialização efetiva de mudanças concretas que levem à emancipação das mulheres.

A objetificação das mulheres retratadas nas músicas tem característica de ser um fato natural, pois na sociedade patriarcal é normal pensar que os homens tem o poder sobre as mulheres, e a eles é legitimado o poder de decisão sobre toda a sociedade, principalmente no que se refere a ideia de que as mulheres são propriedade desses homens. Essa lógica tornou as mulheres objetos de satisfação sexual de homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e novas reprodutoras.

A aparência das relações sociais dissimula de tal modo que o observador compreende o que é positivo como negativo e vice-versa, tal fato foi evidenciado na maioria das representações artísticas analisadas neste trabalho, nas quais, as mesmas corroboram e reproduzem lógica alienante da dominação-exploração e a compreensão dessa estrutura social e histórica que tem a ver com organização capitalista.

Nesse sentido, numa perspectiva materialista, somente seria possível a emancipação das mulheres se o modo de produção capitalista que aliena as(os) trabalhadoras(es) fosse extinto. Sendo assim, haveria que ter a superação da alienação do papel das

mulheres na sociedade de produção capitalista com intuito de obter autonomia em relação a toda essa lógica patriarcal.

Referências

ANTUNES, R. **Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: abr. 2024.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. 4 ed. – Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

CAETANO, C.; CLAUDEMIR; ÍNDIO, Marquinho. *In*: PÉRICLES. **Se eu Largar o Freio**. 2013. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/pericles/se-eu-largar-o-freio/>. Acesso em: 14 mar. 2024.

CHAUÍ, M. de S. **Brasil: Mito fundador e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro. Editora Fundação Perseu Abramo. 8ª reimpressão. Janeiro de 2010.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. – São Paulo: Cortez, 2014.

FERREIRA, G. G.; ROSARIO, G. O. A representação da mulher na obra marxiana: interseções entre gênero, opressão, classe e capitalismo. *In*: LIPPO, H; FERNANDES, I. **Diversidade e estética em Marx e Engels**. Campinas: Papel Social, 2016. p. 89-103.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP: São Paulo, 2009, p. 67–75. Medium, 28 mai. 2018. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/divis%C3%A3o-sexual-do-trabalho-e-rela%C3%A7%C3%B5es-sociais-de-sexo-5a9b1eb0d696>. Acesso em: 16 mar. 2024.

KOZYREFF, A. M; *et al.* In: HOMBRE, Francisco el. **Triste, Louca ou Má.** 2016. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/pericles/se-eu-largar-o-freio/>. Acesso em: 14 mar. 2024.

LÖWY, I. Ciência e gênero. In: HIRATA, H. [et. al.] (org.). **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 40-43.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética Marxista:** Sobre a Particularidade como Categoria da Estética. 1 ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

LUKÁCS, G. Introdução aos Escritos Estéticos de Marx e Engels. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cultura, arte e literatura.** Expressão Popular. São Paulo, 2010.

MACHISMO. In: Infopédia, Dicionários Porto Editora. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/Machismo>. Acesso em: 13 mar. 2024.

MARX, K. ENGELS, F. **Sobre a Arte e Literatura.** 3 ed. Global. São Paulo, 1986.

MARX, K. **Miséria da filosofia:** resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MM, MC. **Adestrador de Cadela.** 2016. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/mc-mm/adestrador-de-cadela/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

OLDRINI, G. **Os marxistas e as artes:** princípios de metodologia crítica marxista. Tradução de Mariana Andrade. Maceió: Coletivo Veredas, 2019.

PERROT, M. História (sexuação da). In: HIRATA, Helena [et. al.] (org.). **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 111-115.

PITTY. **Desconstruindo Amélia.** 2009. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/pitty/1524312/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCHERER, G. A. Entre cores, tons, sons e cenários: o papel da arte como uma dimensão da vida humana no enfrentamento ao pensamento fetichizado. In: FERNANDES, I.; PRATES, J. (Org.). **Diversidade e Estética em Marx e Engels**. Campinas: Papel Social, 2016, p. 51-69.

SCHERER, G. A. **Serviço Social e Arte**: juventudes e direitos humanos em cena. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVEIRA, D; *et al.* In: JULIANO, H e. **Vidinha de Balada**. 2017. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/henrique-e-juliano/vidinha-de-balada>. Acesso em: 14 mar. 2024.

**A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E SUAS REPRESENTAÇÕES NO
ROMANCE *A VIDA INVISÍVEL DE EURÍDICE GUSMÃO*: A
AUTORIA FEMININA**

Adrielly Sontag
Maria Izabel Rodrigues Tognato
Wilma dos Santos Coqueiro

**Considerações iniciais: a temática da violência na ficção de
autoria feminina contemporânea**

Tomando a temática da violência simbólica como um aspecto relevante em relação ao papel da autoria feminina, este trabalho tem por objetivo discutir tais questões a partir do romance *A vida invisível de Eurídice Gusmão*, publicado em 2016, por Martha Batalha. Para tanto, pautamos nosso trabalho nos estudos de Zolin (2009), segundo a qual, até o século XIX, as obras literárias de autoria feminina eram ignoradas pela história da literatura. Foi a partir dos movimentos feministas em 1970 que as produções criadas por mulheres passaram a ganhar força. Assim, em decorrência da crítica feminista dessa época, a literatura feminina adquiriu destaque na tentativa de promover visibilidade e representatividade em uma cultura patriarcal. A nosso ver, há que se considerar que, independentemente da classe social, cultura ou sistema econômico, as mulheres fazem parte de um grupo de minorias que sofre opressão masculina e luta pela sua libertação.

Historicamente, as produções literárias sempre estiveram ligadas aos homens, principalmente brancos, ocidentais de classe média/alta (Zolin, 2009). No entanto, o que nos interessa é a violência simbólica e como ela é retratada nas obras literárias

atuais, especialmente aquelas escritas por mulheres, o grupo de minorias focalizado neste trabalho. Além disso, segundo a pesquisadora Muzi (2021), a temática da violência, de forma geral, tem sido apresentada com frequência nas obras de ficção contemporâneas. Nesse sentido, ao tratarmos de obras literárias escritas por mulheres, percebemos que, em sua maioria, retratam sua busca pela superação de costumes e tradições patriarcais, os quais são baseados em opressão e padrões de comportamento limitados e impostos às mulheres, como notamos em *Ponciá Vivência* (2003), *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011) e *Olhos d'Água* (2011) de Conceição Evaristo; *O Quinze* (1930) de Rachel de Queiroz; *Laços de Família* (1960), de Clarice Lispector, entre outras.

Nessa perspectiva, compreendemos que, já há algum tempo, os escritos literários criados por mulheres apresentam os desafios vivenciados pela luta de gênero. As obras aqui mencionadas, a título de exemplo, mostram-nos autoras e personagens envolvidas pelos valores dominantes e patriarcais de uma sociedade que, ao longo de toda a história da humanidade, foi e continua sendo regida por esses valores. Para Zolin (2009), fazer parte do cânone literário no século XIX não significava apenas que o texto era bom, mas sim que o autor fosse homem. Dessa forma, observamos que até mesmo as poucas mulheres que conseguiram se destacar e fazer parte do grupo seletivo de críticas literárias da época pouco citavam as demais mulheres escritoras, pois subentendia-se que estas, por não fazerem parte do cânone, não contribuía para a construção da identidade literária nacional. Tal caso pode ser constatado com Lúcia Miguel Pereira, que publicou em 1950 uma obra intitulada *A História da Literatura Brasileira*, na qual citou apenas Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), como se não houvessem outras mulheres escritoras e críticas na época.

A inferiorização da mulher não é a-histórica e, na literatura, até pouco tempo, essa desvalorização era frequente. Conforme sabemos, foram necessárias muitas lutas, enfrentadas pelas mulheres, para poderem obter seus direitos. No entanto, mesmo depois de anos de confrontos e movimentos feministas, nós, mulheres, ainda lutamos

por um espaço na sociedade machista e patriarcal em que vivemos. Essas lutas têm sido representadas por meio dos movimentos feministas, nas obras literárias e nas produções audiovisuais. Assim como a história revela, os movimentos sociais têm sido de extrema importância para que as mulheres possam ter mais autonomia e protagonismo frente às suas produções, sem medo de rejeições ou estranhamento (Zolin, 2009).

Diante disso, buscando resgatar as obras de autoria feminina, no século XX, surge o feminismo crítico, que consistia em criticar o comportamento subalterno das mulheres naquela época. Esse movimento abriu oportunidades para muitas mulheres emergirem no campo da literatura, de modo que muitas discussões acerca da violência doméstica e do papel da mulher na sociedade foram trazidas à tona, levando-se em consideração o contexto da época. Algumas das escritoras mais influentes desse movimento foi Clarice Lispector, Raquel de Queiroz e Cecília Meireles (Zolin, 2009).

Zolin (2009) explica que a literatura das mulheres passou por três fases, como se fosse uma espécie de *autoconstrução e autorreconhecimento*, em que a primeira fase foi a de *imitação e internalização de padrões* patriarcais, *dominantes*. Depois, quando se autorreconheceram, as mulheres vivenciaram as fases de *protesto* contra as tradições masculinas e, por fim, a *autodescoberta*, por meio das quais buscavam a construção de sua identidade. Com isso, a literatura contemporânea produzida por mulheres reflete todos os desafios vividos na luta pelos direitos deste grupo. Além disso, a literatura feminina apresenta, a partir de seus personagens, os diversos tipos de violência que essa minoria sexual viveu e ainda vive. Muito mais que violências físicas, as mulheres têm sido submetidas à violência simbólica, sustentada pela cultura e tradição patriarcais.

Nesse sentido, o romance *A vida invisível de Eurídice Gusmão*, de autoria da escritora brasileira Martha Batalha, foco deste estudo, trata exatamente desse tipo de violência, a simbólica, representada por silenciamentos sofridos pela protagonista Eurídice Gusmão. A obra foi publicada em 2016, quando passou a ser considerada um

clássico da literatura. Esta obra, antes de chegar aos leitores brasileiros, foi compartilhada internacionalmente, com os seus direitos vendidos para as mais diversas editoras estrangeiras. Recentemente, lançado em 2019, inspirou a criação da produção do filme *A vida invisível*, com direção de Karim Ainouz e protagonizado por Fernanda Montenegro, cuja qualidade promoveu ainda mais a obra.

Considerando, todavia, as atitudes submissas da protagonista Eurídice Gusmão, esta produção literária direciona uma crítica a uma sociedade machista e patriarcal do início do século XX no Rio de Janeiro. Assim, pautamos este estudo em uma abordagem qualitativa por meio de uma revisão bibliográfica, com o objetivo de refletir acerca dos diversos tipos de violência simbólica sofrida por Eurídice em decorrência de um dogma patriarcal, a partir da apresentação de fragmentos do livro supracitado.

Para isso, analisamos como uma obra literária proporciona uma compreensão da lógica de inferiorização da mulher ao longo da história, ao refratar situações reais de opressão e silenciamento. Assim, quanto à metodologia, analisamos a obra estudada de modo a investigar indícios referentes à violência simbólica e suas representações, a partir das contribuições de Pierre Bourdieu, na obra *A Dominação Masculina: a condição feminina e a violência simbólica*, e de Jacilene Silva, em *O feminismo da atualidade: a formação da quarta onda*. Além disso, pautamo-nos nas discussões de Silva (2019) para tratarmos da construção histórica dos movimentos feministas ao longo do desenvolvimento da sociedade.

A violência contra a mulher no romance *A vida invisível de Eurídice Gusmão*

O livro narra a história da protagonista Eurídice Gusmão; entretanto, no decorrer do romance, várias outras mulheres, que fazem parte da vida de Eurídice, são apresentadas com suas histórias e vivências. Uma das personagens que ganha destaque é Guida, irmã mais velha de Eurídice. O livro de Martha Batalha ambienta-se

na década de 1940, no Rio de Janeiro, em um contexto carregado de estereótipos machistas e patriarcais. As duas personagens principais da obra analisada foram criadas juntas por uma família simples, composta pelo senhor Manoel, o pai, e Dona Ana, a mãe, ambos com uma cultura tradicional e patriarcal bem enraizada. As irmãs têm laços afetivos muito fortes uma com a outra, especialmente porque Guida, sendo irmã mais velha, é referência para Eurídice em todos os sentidos, tanto em relação as suas roupas, maquiagem e atitudes, quanto a sua fortaleza, fonte de uma profunda admiração. Esse laço rompe-se quando Guida passa a tratar Eurídice com uma certa frieza, afastando-se da irmã mais nova, evitando conversas ou diálogos. Conforme Batalha (2016, p. 68) destaca, este tratamento é percebido e sentido por Eurídice:

Eurídice: - Guida, você quer saber o que aconteceu hoje na escola?

Guida: - Hum

Eurídice: - Guida, você vai me ensinar a fazer essa máscara de limão para o rosto?

Guida: - Hum

Eurídice: - Guida, posso ler essa sua revista?

Guida: - Hum

Eurídice: - Guida, vamos brincar de fazer penteados? (Batalha, 2016, p. 68).

Com isso, percebemos que a situação de comunicação mencionada na citação anterior não é desenvolvida ou evitada por Guida quando ela responde à irmã com “hum”; por isso mesmo, entendemos que essa forma de tratamento revela um silenciamento, uma ruptura de algo que sempre as uniu: a comunicação afetiva. Nessa perspectiva, Pierre Bourdieu trata profundamente da construção do pensamento androcêntrico na nossa sociedade, ao definir este termo como um padrão estabelecido historicamente, pelo qual colocamos o masculino como medida para todas as coisas (Bourdieu, 2019). Seu trabalho foi realizado em uma sociedade denominada Cabila, localizada na Argélia, que conservava seus costumes mais primitivos e

tradicionais. Os resultados e interpretações deste seu estudo foram apresentados em seu livro *A Dominação Masculina*. Nele, o autor expressa a capacidade de identificar emoções e prever uma manifestação de desaprovação do outro que nós, mulheres, parte do grupo dos *dominados*, assim como negras(os), comunidade LGBTQIA+ e outros, adquirimos ao longo da história. Nesse sentido, Bourdieu (2019, p. 58), explicita que:

As mulheres sabem identificar melhor uma emoção não representada verbalmente (a isso chamam de intuição), mas nada mais é do que, o nosso universo mesmo, dos dominados. Os dominados, hoje sabem prever desacordos ou desejos. Muitas pesquisas puseram em evidência a perspicácia dos dominados. Sobretudo das mulheres (e muito especial das mulheres dupla ou triplamente dominadas, como donas de casa, negras). As mulheres sabem identificar o que está implícito em um diálogo. Segundo uma pesquisa holandesa, elas são capazes de falar de seus maridos dando uma série de detalhes, ao passo que os homens não conseguem descrever suas mulheres senão com estereótipos muito vagos, válidos para as mulheres em geral (Bourdieu, 2019, p. 58).

Diante do exposto, a frieza de Guida representa um tipo de violência simbólica tratada por Bourdieu: a violência psicológica e emocional, a qual, aos olhos do autor, não pode ser ignorada ou tratada como irreal (Bourdieu, 2019). A violência simbólica, neste caso, é representada pelo tratamento de silêncio sofrido por Eurídice, provocando um sentimento de abandono na irmã, que se intensifica no momento em que Guida resolve fugir de casa com seu futuro marido, Marcos Godoy. Isso abala o estado emocional de Eurídice, de acordo com Batalha (2016, p. 71), que se sentia culpada pela irmã ter deixado a família, o que faz com que passe a buscar, incansavelmente, uma explicação para a atitude de Guida ao dizer: *“será que Guida foi embora por causa da nossa briga?”*. Para a protagonista, *“precisava encontrar alguma lógica naquilo tudo, precisava de uma única resposta, e por isso achou que sim, que*

Guida tinha ido embora, um pouco por causa da briga, e que a culpa da fuga da irmã era muito por causa dela” (Batalha, 2016, p. 71).

Como o trecho evidencia, a violência simbólica, provocada pelo silêncio ou afastamento da pessoa pela qual se é objeto de admiração, pode causar um sentimento de culpa e a necessidade de se buscar uma explicação ou pedidos de “perdão” constantes, para que, assim, de alguma forma, se possa ter a pessoa admirada de volta. Segundo Miller (2002, p. 15), as consequências desse tipo de violência são:

[...] ansiedade, que pode desencadear sintomas físicos, como dores de cabeça, úlceras, erupções cutâneas ou ainda problemas de audição e fala; dificuldades de aprendizagem; preocupação excessiva; dificuldades de concentração; medo de acidentes; sentimento de culpa por não ter como cessar a violência e por sentir afeto (amor e ódio) pelo agressor (Miller, 2002, p. 15).

Nesse sentido, Bourdieu (2019, p. 70) compartilha das mesmas ideias ao ressaltar que “Os atos de conhecimento e reconhecimento práticos na relação de um dominado, forma diversas emoções corporais – vergonha, humilhação, timidez, ansiedade, culpa – ou de paixões e de sentimentos de amor, admiração, culpa [...]”. Para uma mulher, os atos de violência emocional e/ou moral causam mais prejuízos para a saúde do que uma violência física.

A busca constante por explicações, ansiedade e o sentimento de culpa sofridos por Eurídice devido ao afastamento da irmã Guida representam a relação de um dominado e seu dominador, por meio do conceito que Bourdieu (2019) denominou *violência simbólica*. A violência simbólica consiste em uma “violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconscientes de a exercer ou a sofrer” (Bourdieu, 1996, p. 16). Na obra *Sur l’État*, o autor define os termos *violência simbólica* ou *dominação simbólica* como sendo “formas de coerção que se

baseiam em acordos não conscientes entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais” (Bourdieu, 2012, p. 239).

Com isso, o rigor científico dos estudos de Bourdieu, na sociedade Cabila, proporcionaram-nos a capacidade de compreender com detalhes a realidade social em que vivemos e à qual fomos submetidas como mulheres. Esta realidade social, para o autor, é estruturada de forma simbólica, ou seja, a forma como enxergamos as relações e por mimetismos, o que ele denomina de *habitus*, é reproduzida inconscientemente por gerações (Bourdieu, 2019).

A fuga de Guida gerou em Eurídice, além dos prejuízos emocionais supracitados, a necessidade de ser a filha exemplar para seus pais, aquela que jamais se exilaria da família. Eurídice queria proteger os pais de “desgostos”, como podemos notar neste excerto: “Ela ia ser a melhor filha de todas, a menina exemplar, mesmo se essa menina exemplar estivesse em profunda sintonia com A Parte de Eurídice Que Não Queria Que Eurídice Fosse Eurídice” (Batalha, 2016, p. 72). Em outras palavras, Eurídice é uma mulher extraordinária, com muitos sonhos e expectativas na vida, que queria muito mais do que cozinhar, lavar, passar, cuidar dos filhos e do marido. Isso tudo ela já fazia muito bem e com muita agilidade. Porém, suas vontades e desejos eram “invisíveis” aos olhos das pessoas que a cercavam, como sua irmã, primeiramente, depois seu pai e, seguindo tal ordem, seu marido Antenor. Esta invisibilidade é retratada durante toda a obra e, inclusive, na capa da primeira edição do livro, conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1 - Capa da 1ª edição da obra *A vida invisível de Eurídice*



Fonte: Disponível em: www.skoob.com.br. Acesso em: 02 jul. 2022, às 14h.

Assim, destacamos uma análise de Eurídice desenvolvida por Batalha (2016, p. 12), ao nos apresentar o seguinte pensamento:

Porque Eurídice, vejam vocês, era uma mulher brilhante. Se lhe dessem cálculos elaborados ela projetaria pontes. Se lhe dessem um laboratório ela inventaria vacinas. Se lhe dessem páginas brancas ela escreveria clássicos. Mas o que lhe deram foram cuecas sujas, que Eurídice lavou muito rápido e muito bem, sentando-se em seguida no sofá, olhando as unhas e pensando no que deveria pensar (Batalha, 2016, p. 12).

Em outras palavras, em um primeiro momento, a autora valoriza as qualidades e a capacidade de Eurídice; porém, esta legitima a sua própria inferioridade, desvalorizando o potencial de seus pensamentos. Nesse contexto, mesmo seguindo dois caminhos totalmente diferentes, as irmãs Gusmão fazem parte de uma sociedade machista e androcêntrica, em que o aspecto “masculino” passa a ser “medida” para todas as coisas (Garcia, 2015). Esta divisão entre os sexos sempre esteve presente ao longo da história. As mulheres passaram a ter alguns dos mesmos direitos que os homens tinham somente a partir dos movimentos

sociais feministas que tiveram início em meados do século XX. As primeiras reivindicações foram o direito ao voto, à vida pública e o poder de administrar seus bens materiais, que somente era concedido aos homens da família (Silva, 2019).

Eurídice casou-se jovem, assim como muitas moças de sua época. Para sua família e, perante a sociedade, tinha feito um “*bom*” (grifo nosso) casamento, pois seu marido Antenor era funcionário do Banco do Brasil e não deixava faltar nada em casa. Já Eurídice, uma moça jovem, que sabe cuidar muito bem de uma casa, atende todas as vontades de seu marido e é muito dedicada com os filhos. Ela seguia tudo como lhe foi ensinado desde criança, ser uma “*boa esposa*” (grifo nosso) e “sabia desaparecer com os pedaços de cebola, lavava e passava muito bem, falava pouco e tinha um traseiro bonito” (Batalha, 2016, p. 11). Isso nos remete ao fato de que, desde muito cedo, nós, mulheres, aprendemos, com nossas mães e com nossas avós, os afazeres domésticos. Isso acontece porque também foram ensinadas assim, que mulher deve aprender a se “*comportar*” (grifo nosso), lavar a louça após as refeições, cuidar do almoço e do jantar e dos seus irmãos mais novos.

Nesse sentido, Bourdieu também constatou tal comportamento de submissão das meninas e mulheres, transmitido de geração a geração em um modelo de reprodução/mimetização. Na sociedade Cabila, em que as crianças meninas eram treinadas desde muito pequenas para realizar funções domiciliares, a única expectativa de profissão era a de se tornar esposa e dona de casa. Havia, também, uma limitação em seus comportamentos, como serem virgens antes do casamento, ou seja, deveriam ter filhos após se casarem e reproduzirem a submissão aos homens, assim como suas mães faziam (Bourdieu, 2019, p. 51).

Em uma outra passagem da mesma obra, é possível perceber a diferença na ambientação masculina e feminina, quando, em uma noite, após o jantar, Antenor se junta ao filho na sala, ao lado do aparelho de rádio para ouvir a Rádio Nacional. Essa tecnologia era novidade naquela época, poucas famílias poderiam adquirir o aparelho. Enquanto os homens ouviam ao rádio, Eurídice e sua

filha Cecília juntavam os pratos para lavar a louça, pois as atribuições já estavam bem definidas naquele ambiente. As mulheres eram responsabilizadas pelo serviço doméstico.

Bourdieu (2019) cita a feminista Myra Marx Ferre e lembra que: “o principal obstáculo à divisão do trabalho doméstico reside no fato de que as tarefas domésticas são vistas como algo que não cabe a ‘homens de verdade’ (grifo do autor) e ressalta que as mulheres escondem a ajuda que recebem do marido por medo de diminuí-lo” (Bourdieu, 2019, p. 65). Para algumas mulheres, principalmente no século passado, ter um marido que tivesse um rendimento financeiro suficiente para lhe oferecer conforto e não precisar de que a esposa trabalhasse fora de casa era/é sinônimo de realização pessoal.

Como sabemos, as mulheres buscaram igualdade de condições de trabalho, oportunidades e salários. Esses valores foram claramente criticados na Segunda Onda do Feminismo, na década de 1950, com a publicação de *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir. Neste momento, as mulheres buscavam discutir as diferenças entre sexo e gênero, fundamentadas na ideia de que a categorização de feminino e masculino não passava de uma construção histórica, estabelecida e impregnada na sociedade (Beauvoir, 1967). No que concerne à construção histórica das diferenças e categorização do feminino e masculino, Bourdieu (2019, p. 24) explica que:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la. A ordem social funciona como uma máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada as mulheres (Bourdieu, 2019, p. 24).

Esta divisão sexual de trabalho está explicitada na vida da protagonista. Após ter comprado uma máquina de costura e algumas revistas de moda, Eurídice resolveu costurar, pois percebeu que aprendera muito rápido as técnicas da mais alta costura por meio das suas leituras. Em uma manhã em que Antenor não pôde trabalhar devido a um resfriado muito forte, ele se deparou com algumas mulheres na sala de sua casa, juntamente com Eurídice e Das Dores (a empregada). Aquela situação deixou Antenor muito indignado, pois pensava que a sua mulher deveria desprender de todo seu tempo para cuidar dos afazeres da casa e cuidados com o marido e filhos. A indignação de Antenor é apresentada no trecho que se segue, no qual ele explica:

Então eu me mato de trabalhar naquele banco pra você ter do bom e do melhor e descubro essa feira livre aqui em casa? Mas Antenor, eu também gosto de trabalhar. [...] O seu trabalho é cuidar da casa e das crianças. Eu preciso de uma mulher dedicada ao lar. É sua responsabilidade me dar paz de espírito para eu sair e trazer o salário para casa. [...] uma boa esposa não arranja projetos paralelos. Uma boa esposa só tem olhos para o marido e para os filhos (Batalha, 2016, p. 53).

No entanto, Eurídice, mesmo com seus sonhos sendo silenciados com frequência pelo seu marido, considerava Antenor “bom esposo” (grifo nosso). Pelo menos, podemos levar em consideração o contexto da época para justificar este fato, conforme Batalha (2016, p. 33) explica ao afirmar que

Antenor não sumia na rua em orgias e em casa não levantava a mão. Ganhava bem, reclamava pouco e conversava com as crianças. Ele só não gostava de ser incomodado quando ouvia seu rádio ou quando lia seu jornal, quando dormia até tarde e quando descansava depois do almoço, e desde que seus chinelos permanecessem em paralelo ao pé da cama, que seu café fosse servido quase fervendo, que não houvesse natas no leite, que as crianças não corressem pela casa, que as almofadas permanecessem na diagonal, que as janelas fossem

fechadas nunca depois das quatro, que nenhum barulho fosse feito antes das sete, que o rádio nunca estivesse muito alto ou muito baixo, que nunca, de forma alguma, ele tivesse que repetir o mesmo prato em duas refeições, e que os banheiros cheirassem a eucalipto, ele não exigia demais (Batalha, 2016, p. 33).

Com isso, Eurídice, como muitas outras mulheres ainda hoje, abrem mão de seus projetos e sonhos. Nesse sentido, ela deixa a costura para, então, fazer as vontades do marido e não as suas. Ela não poderia quebrar a promessa que havia feito de ser uma “*boa filha*” (grifo nosso) e, conseqüentemente, uma “*boa esposa*” (grifo nosso), o que implicaria em não desobedecer ao seu marido. Além disso, na concepção da sociedade assumida pela personagem, Antenor cumpria muito bem o “*papel*” de marido (grifo nosso). No decorrer dos dias que se passaram a esse episódio, Eurídice permanecia horas sentada em uma poltrona, olhando vagamente para uma estante de livros, entediada, enquanto Das Dores cuidava dos afazeres domésticos. Assim, sem entender o significado das suas experiências vividas, Eurídice estava sendo vítima mais uma vez da violência simbólica, imposta pela dominação masculina, conforme Bourdieu (2019, p. 70) nos explica, ao ressaltar que,

A força simbólica funciona como uma magia, imposta invisivelmente, sem qualquer coação física. Existem muitas maneiras de se submeter um dominado. O tom de voz e as expressões corporais são as mais comuns: o enrubescer, o gaguejar, o desajeitamento, o tremor, a cólera ou raiva onipotente, e outras tantas maneiras de se submeter, mesmo de má vontade ou até contra vontade, ao juízo dominante, ou outras tantas maneiras de vivenciar, não raro com conflito interno e clivagem de ego (Bourdieu, 2019, p. 70).

Apesar de Antenor ser considerado por Eurídice e pela sociedade carioca como um “*bom marido*” (grifo nosso), toda semana ele selecionava um dia para tomar uísque, às quartas-feiras, dias denominados por ele de “*noites de gelo e uísque*”. Nestas noites, Eurídice ouvia calada os desabafos de seu marido

em relação à noite de núpcias, na qual não houve sangramento da mesma e isso significava, para ele, que a mulher não seria virgem como “*deveria ser*” (grifo nosso). Conforme Batalha (2016, p. 10) destaca, Eurídice acaba sendo silenciada, violentada emocionalmente e moralmente pelo cônjuge:

Foi uma cerimônia simples, seguida por uma festa simples, e por uma lua de mel complicada. O lençol não ficou sujo, e Antenor se indignou.

Por onde você andou?

Eu não andei por canto algum.

Ah, andou, mulher.

Não, não andei.

Não me venha com desculpas, você sabe muito bem o que deveríamos ter visto aqui.

Sim, eu sei, minha irmã me explicou.

Vagabunda. Eu me casei com uma vagabunda.

Não fale assim Antenor.

Pois Falo e repito. Vagabunda, vagabunda, vagabunda (Batalha, 2016, p. 10).

Na acepção de Bourdieu, o órgão genital feminino é um dos signos sagrados de fechamento do corpo feminino (Bourdieu, 2019, p. 33). Trata-se de uma concepção histórica e tradicional em que a mulher que mantém a virgindade intacta para seu marido é considerada virtuosa e casta, concepção esta que ainda se mantém na sociedade contemporânea.

Enfim, toda a discussão proposta neste texto, a partir do estudo realizado, revela-nos a importância de repensarmos o papel social da mulher na literatura de autoria feminina. Devemos lutar contra a violência simbólica que pode impedir a mulher de realizar seus objetivos, metas e sonhos, com respeito e dignidade, uma vez que possui os mesmos direitos e capacidades que o homem, conforme já discutido por muitos estudiosos na sociedade. Contudo, ainda há muito que se fazer em relação à temática tratada neste trabalho.

Considerações finais

Este trabalho teve por objetivo discutir a temática da violência simbólica contra a mulher na obra literária *A vida invisível de Eurídice Gusmão* de Martha Batalha, tomando por base as contribuições de Bourdieu (2019). Além disso, fundamentados em Silva (2019), procuramos estabelecer uma relação da temática com as obras de autoria feminina na contemporaneidade. Com isso, entendemos que o comportamento das mulheres ao longo de toda história foi/é baseado em medidas masculinas, levando sempre em consideração uma cultura patriarcal e machista dominante.

Em diversos trechos do romance, mencionados neste trabalho, observamos um retrato de como a mulher na década de 40 era representada: dona de casa, mãe e esposa. Vale ressaltar que a obra analisada para este estudo mostra a realidade vivenciada por uma mulher branca de classe média alta, que enfrentou diversas formas de opressão masculina em sua trajetória. Entretanto, conforme as contribuições de Silva (2019), a violência contra as mulheres pode ser apontada de acordo com o seu contexto e realidade. Enquanto algumas mulheres brancas de classe média lutavam, em um determinado período da história, por seus direitos civis e de vida pública, outras mulheres negras e pobres lutavam pelo simples fato de serem consideradas seres humanos.

Diante do exposto, este estudo permite-nos entender que os movimentos da violência simbólica são sutis e, muitas vezes, invisíveis, tanto para a vítima, quanto para o agressor. Criadas para se dedicarem exclusivamente aos lares, ao esposo e aos filhos, as mulheres, durante muito tempo, foram silenciadas, carregando em seus corpos as marcas dos abusos morais e psicológicos provocados pelos homens que delas se aproximavam ou com quem conviviam.

Ao compararmos o contexto de produção da obra analisada com a contemporaneidade, compreendemos que a dominação masculina é oriunda de um longo processo histórico da construção da sociedade, passada de geração a geração por um condicionamento de reprodução, a saber: as mães aprendem a

função do lar, esposa, maternidade e, assim, passam para suas filhas, as quais também passarão para seus descendentes posteriormente. Dessa forma, a sociedade foi se modelando em preconceitos machistas e patriarcais que se apresentam como resquícios de uma determinada época.

Estudar a obra de Martha Batalha, a partir das contribuições teóricas de Pierre Bourdieu e Jacilene Silva, é de fundamental importância para entendermos a luta histórica de muitas mulheres e os desafios que enfrentaram para que possamos ter os direitos que elas não tiveram. Ademais, este estudo possibilitou-nos desenvolver uma reflexão sobre a violência moral e emocional que muitas de nós enfrentamos no dia a dia pelo simples fato de sermos mulheres. Enfim, os resultados indicam que os valores patriarcais vêm sendo construídos de forma associada à evolução das sociedades humanas, bem como revelam que a violência simbólica praticada por homens é mais comum do que imaginamos.

Diante disso, concluímos que podemos e devemos perseverar na busca por equidade e continuar promovendo transformações para aprimorar nossa história como seres sociais que têm um papel na sociedade. Por fim, esperamos que outros estudos e pesquisas possam explorar estas questões, a fim de se instaurar um debate social que possa contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento da mulher na sociedade e, em especial, para o desenvolvimento da autoria feminina na literatura.

Referências

BATALHA, M. **A vida invisível de Eurídice Gusmão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BOURDIEU, P. **Dominação Masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. Tradução Maria Helena Kuhner. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BOURDIEU, P. **Sur l'État**: Cours au Collège de France (1989-1992). Paris: Raisons d'Agir/Seuil, 2012.

GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

MILLER, L. **Protegendo as mulheres da violência doméstica**. Tradução Osmar Mendes. 2. ed. Brasília: Tahirid Justice Center, 2002.

MUZI, J. L. C. Poderia ser só ficção: a violência contra as mulheres em "O caso Alice", de Sônia Coutinho, e "Às seis em ponto", de Elvira Vigna. In: SANTOS, Estela Pereira dos Santos; TOFANELO, Gabriela Fonseca; MUZI, Joyce Luciane. (Orgs.) **Faces da violência contra a mulher na literatura contemporânea de autoria feminina**. Catu: Bordô-Grená, 2021. Disponível em: https://www.editorabor dogrena.com/_files/ugd/d0c995_79534bf25ed14c979793ec44ffbf7777.pdf. Acesso em: ago. 2022.

SILVA, J. M. **Feminismo na atualidade**: a formação da quarta onda. Recife: Independently published, 2019.

ZOLIN, L. O. Crítica Feminista. In: BONICCI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (Orgs.) **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 2. ed. Maringá: Eduem, 2009.

**“ELEVADOR A SERVIÇO”, DE CRISTIANE SOBRAL:
UMA LEITURA DOS RESQUÍCIOS ESCRAVOCRATAS NO
BRASIL DO SÉCULO XXI**

Andressa Oliva de Souza
Carolina Rocha de Assumpção
Mayara Karoline Rogaleski
Wilma dos Santos Coqueiro

Considerações iniciais: os estudos culturais e a literatura de autoria negrofeminina brasileira

Os Estudos Culturais, surgidos no contexto pós-guerra na Grã-Bretanha, tinham como objetivo principal a reflexão acerca da divisão de classes que permeava a sociedade e perpetuava desigualdades nas condições de vida. Segundo Cevasco (2009), esses estudos, a partir de uma abordagem interdisciplinar, buscavam explorar as formas de produção e disseminação dos produtos culturais, questionando o monopólio do acesso à cultura mantido por uma minoria privilegiada.

Nesse contexto, ao focarem no estudo da literatura e demais formas de artes, a partir de um viés da cultura popular, os teóricos culturais também questionaram os critérios de exclusão do cânone literário e suas obras consagradas. Ao conceberem a literatura como “comunicação social”, evidenciou-se a necessidade de estudá-la inserida em contextos sociais e históricos, buscando elucidar as questões sociais, culturais e ideológicas que permeavam essas obras sancionadas pelo cânone. Desse modo, “o diferencial dos Estudos Culturais é que se propõem a ver produção cultural e o modo de vida social como diferentes manifestações de um mesmo impulso” (Cevasco, 2009, p. 322).

A partir dos anos 1970, com a emergência dos movimentos feministas em todo o mundo, os Estudos Culturais acabam por interseccionar com o movimento feminista, incorporando as demandas de gênero e, posteriormente, de raça em seu escopo de investigação teórica interdisciplinar. Assim, os(as) estudiosos(as) dos Estudos Culturais passam a conceber uma ampla gama de temas ligados à ideologia, autoria, etnia, gênero, classe social, representações identitárias, entre outros temas característicos do mundo contemporâneo.

Nesse contexto de expansão dos Estudos Culturais, o movimento feminista, de modo geral, constituiu-se como um movimento político, caracterizado por ondas feministas, ou seja, momentos cruciais de militância em que algumas pautas tiveram maior visibilidade. De acordo com Silva (2019, p. 6), “cada onda feminista tem suas particularidades – bem como mulheres que protagonistas de cada um desses momentos – tinham demandas principais distintas”. Ao reivindicar a libertação feminina dos padrões comportamentais sociais e lutar contra a discriminação baseada em gênero, o feminismo, com historicidade própria, “articula luta, militância e fundamentação teórica, tanto que, hoje, está consolidado como o discurso de caráter intelectual, filosófico e político que busca demolir os padrões que conferem base às opressões impostas às mulheres ao longo da história da humanidade (Silva, 2019, p. 5).

Por ser, a princípio, liderado por mulheres brancas, heterossexuais, com curso superior e de classe média alta, nas suas primeiras ondas, o feminismo trazia consigo um conceito de “mulher universal”, que, obviamente, não incluía as demandas das mulheres que não se encaixavam nesse padrão, como as negras, lésbicas e provenientes de países de terceiro mundo. Assim, a partir da década de 1990, em especial durante a terceira onda feminista, emergiu como um dos temas cruciais do movimento a pergunta sobre o que significa ser mulher em diferentes contextos. Com isso, as feministas da terceira onda tinham como uma de suas principais pautas “o reconhecimento das diversas identidades femininas,

entendendo que as opressões sociais, mesmo que baseadas em gênero, atingem de maneiras diferentes mulheres que se encontram em diferentes condições” (Silva, 2019, p. 17), fortalecendo, assim, de acordo com Silva (2019), o feminismo negro como uma vertente independente.

A respeito da incorporação das demandas feministas negras ao movimento feminista, a importante teórica e ativista feminista estadunidense bell hooks¹¹ (1952-2021), em *Teoria feminista: da margem ao centro*, publicado originalmente em 1984, critica a perspectiva unidimensional adotada pelo feminismo universal que não inclui no rol de reivindicações as experiências de mulheres menos privilegiadas. A autora clama por uma cultura de solidariedade entre mulheres multiétnicas, ao propor que a luta antirracista também seja empreendida pelas mulheres brancas que, devido aos privilégios de classe e raça, não raras vezes, agem como opressoras de mulheres negras. Nesse sentido, pela ótica de hooks, “a teoria feminista teria muito a oferecer se mostrasse às mulheres os caminhos pelos quais o racismo e o sexismo se interconectam, em vez de colocá-los um contra o outro ou simplesmente deixar o racismo de lado” (hooks, 2019, p. 92).

As considerações de hooks (2019) remetem ao conceito de interseccionalidade, cunhado pela ativista racial estadunidense Kimberlé Crenshaw, em 1989, como forma de compreensão do racismo enraizado na sociedade por meio de suas instituições. Brah e Phoenix (2017) entendem esse conceito como uma forma de repúdio ao silenciamento imposto às mulheres negras desde as convenções escravagistas estadunidenses no século XIX. Para as autoras, esse conceito chama a atenção para o fato de que as diferentes dimensões da vida social estão interligadas. Assim, elas concebem a interseccionalidade como um conceito “que denota os efeitos

¹¹ A autora e ativista social Gloria Jean Watkins prefere assinar seus escritos como bell hooks, com iniciais minúsculas, como uma forma de homenagear sua avó materna, assim como destacar o conteúdo dos seus textos e não sua pessoa. Em respeito à escolha da autora, adotamos a forma usada por ela.

complexos, irreduzíveis, variados e variáveis que advém quando eixos de diferenciação múltiplos – econômico, político, cultural, físico, subjetivo e experiencial – se interseccionam em contextos historicamente específicos” (Brah; Phoenix, 2017, p. 662-663).

A literatura de autoria feminina negra surge, então, nesse contexto histórico marcado pela opressão e pela luta por igualdade, como uma forma de resgate de experiências femininas negras de resistência, identidade e ancestralidade. Ademais, surge como uma forma de enfrentamento ao silenciamento e à invisibilidade que marcaram, por séculos, as representações culturais de afrodescendentes no Brasil. Santos e Wielewicki ressaltam que “é como se os negros, forçados a cruzar os mares como escravos, tivessem deixado na costa africana todos os seus sistemas, formas, elementos e práticas culturais e religiosas” (Santos; Wielewicki, 2009, p. 343).

Em relação à denominação dessa literatura de autoria negra, o escritor e crítico literário Cuti – pseudônimo de Luiz Silva – explica que a adoção do termo “Literatura negro-brasileira” – ao invés de “Literatura Afro-Brasileira”, utilizado por Eduardo Assis Duarte (2008) e outros críticos para enfatizar o reconhecimento da ancestralidade africana – é mais rentável, uma vez que situa a literatura de autoria negra como vertente da literatura brasileira e não da africana. Dessa forma, ao enfatizar o termo “negro”, isso se torna fundamental na luta antirracista brasileira. Cuti explica que “a literatura negro-brasileira nasce na e da população que se formou fora da África, e de sua expressão no Brasil. A singularidade é negra e, ao mesmo tempo, brasileira, pois a palavra “negro” aponta para um processo de luta participativa nos destinos da nação (Cuti, 2010, p. 44).

No que diz respeito à literatura negrofeminina¹², embora autoras como Maria Firmina dos Reis (1822-1917), Ruth Guimarães

¹² Embora os conceitos “literatura afro-brasileira” e “literatura negro-brasileira” e seus derivados como literatura afro-feminina e literatura negrofeminina sejam muitas vezes usados como sinônimos, pois englobam os requisitos associados à conceituação dessa literatura, como entre outros, autoria, tema, perspectiva, ponto

(1920-2014) e Carolina Maria de Jesus (1914-1977) tenham produzido obras de grande expressão literária e humana, o reconhecimento e os estudos na Academia, assim como a recepção do mercado editorial, têm sido mais recentes. Autoras hoje premiadas e aclamadas pelo público e a crítica universitária, como Conceição Evaristo (1946 -), tiveram que investir recursos próprios para publicação de obras, como o romance *Ponciá Vicêncio*, de Evaristo, publicado pela editora Mazza em 2003. Na avaliação de Machado, “essa situação revela o lugar de gueto que a literatura negra ainda ocupa dentro do campo editorial amplo, bem como a posição problemática da literatura negra em relação à literatura brasileira” (2014, p. 260).

Contudo, apesar dessa situação de desvantagem tanto em relação ao mercado editorial quanto às condições de raça e classe das autoras que têm sido publicadas por grandes editoras, conforme apontam os estudos de Zolin (2019), observamos, em especial nessas primeiras décadas do século XXI, um movimento de resistência das autoras negras que têm publicado diversas obras de poesias, contos e romances.

Tendo isso em vista, nesse estudo, propomos uma discussão do conto “Elevador a serviço”, que integra a coletânea *O tapete voador*, publicada em 2016, por Cristiane Sobral, pela editora afrodescendente Malê. O conto aborda uma situação de racismo ocorrida em um elevador de um prédio de luxo, onde a cantora Malena é interpelada por uma senhora branca e de meia idade. Além de fazer o comentário desagradável de que “agora os elevadores são para todos”, pergunta se Malena conhece alguém como ela para trabalhar em sua casa. O conto remete à situação típica de como, na sociedade brasileira, o trabalho doméstico – conforme discute Teixeira (2021) – historicamente carrega um estigma enraizado em estruturas de racismo e desigualdade social que remontam ao período escravocrata, quando mulheres negras

de vista e questões de linguagem, nesse trabalho optaremos pela denominação literatura negrofeminina, seguindo a conceituação de Cuti (2010).

eram forçadas a trabalhar em lares de pessoas brancas. Mesmo após a Abolição e ainda na atualidade, esse trabalho é visto como uma ocupação destinada a mulheres negras, o que faz com que continue sendo desvalorizado e precarizado – muitas vezes desenvolvido em condições análogas à escravidão¹³ –, perpetuando a marginalização dessas mulheres.

A partir do escopo teórico dos Estudos Culturais que tem como pressuposto “apreender o funcionamento real de uma determinada sociedade” (Cevasco, 2009, p. 322), e da crítica feminista negra, buscamos realizar uma abordagem interseccional do conto de Cristiane Sobral, pois essa permite examinar como diferentes formas de opressão, como racismo, sexismo e classicismo, se entrelaçam e influenciam nas trajetórias de mulheres negras como a personagem do conto. Ao considerarmos essas múltiplas dimensões de identidade, podemos refletir sobre como a autoria negra de Cristiane Sobral mobiliza a voz da mulher negra e propõe discussões fecundas acerca de temas como racismo, ancestralidade, identidade e empoderamento negro, propiciando a representação de experiências profundas e multifacetadas do que é ser uma mulher negra em uma sociedade marcada pelo racismo.

Considerações sobre o trabalho doméstico e as configurações racistas

Historicamente, a mulher foi vista como um ser inferior por uma sociedade enraizada em valores patriarcais e regida por comportamentos machistas. Desde sempre, foi imposto à mulher o

¹³ Acerca do trabalho nessas condições, é só lembrar o caso de Madalena Gordiano, que trabalhou desde os oito anos de idade, por quatro décadas, na casa de uma família abastada em Minas Gerais. Resgatada em 2021, ela vivia em situações desumanas, em mais um caso que expõe o pacto social racista que ainda perdura no Brasil em pleno século XXI, 133 anos após a abolição. Mais informações em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-14/madalena-escrava-desde-os-oito-anos-expoe-caso-extremo-de-racismo-no-brasil-do-seculo-xxi.html>. Acesso em: mai. 2024.

ambiente privado do seu lar, com a justificativa de que seu papel social se resumiria ao cuidado da casa, o zelo pelo matrimônio e o cuidado dos filhos. Ao homem, por sua vez, destinou-se os assuntos externos ao lar, o espaço público e político, onde centraliza-se o poder. Desta forma, conforme afirma Colling (2004, n.p.), “[...] as representações da mulher atravessaram os tempos e estabeleceram o pensamento simbólico da diferença entre os sexos, hierarquizando essa diferença e transformando-a em desigualdade”.

A reprodução dessas desigualdades e opressões se intensifica quando analisamos a condição imposta às mulheres negras. No Brasil, devido principalmente ao período de escravidão, elas sofreram as mais diversas formas de violência. Elas foram arrancadas de seus lares e retiradas de suas famílias. Foram brutalmente transportadas como mercadorias, violadas, desrespeitadas, vendidas, submetidas a trabalhos duros e castigadas. Com a abolição da escravatura, elas tornaram-se “livres” de seus senhores, mas isso não as tornou livres das inúmeras desigualdades sociais impostas pelo sistema (Rodrigues, 2012).

Devido às péssimas condições de vida e à falta de oportunidades resultantes de intensas opressões, essas mulheres precisaram se submeter a diversas atividades de trabalho precárias para garantir sua sobrevivência. Muitas continuaram a desempenhar o trabalho doméstico, agora remunerado, como a opção mais viável para seu sustento. Era muito comum que as circunstâncias levassem meninas ainda crianças a trabalhar como criadas em casas de família (Teixeira, 2021). Atualmente, o trabalho doméstico ainda é uma das principais fontes de renda para muitas mulheres. No Brasil, cerca de 6,08 milhões de pessoas são empregados domésticos. Destas, 91,1% são mulheres, sendo a grande maioria formada por mulheres negras. Os dados mostram ainda que apenas um terço possui carteira assinada, recebendo em média um salário mínimo (Brasil, 2024).

Muitas trabalhadoras domésticas enfrentaram dificuldades em seus relacionamentos com seus patrões. Por vezes, com seu trabalho confundido com a servidão característica do período escravocrata,

foram exploradas e submetidas às vontades de seus patrões, restando-lhes pouco tempo para se dedicar ao cuidado de si mesmas.

Infelizmente, o racismo estrutural presente em nossa sociedade continua a ser reproduzido e, portanto, uma boa parcela de indivíduos, seguindo estes preceitos racistas, inferioriza os negros, especialmente as mulheres negras, discriminando-as socialmente. Assim, faz-se necessário enfrentar esse cenário para alcançar a igualdade. Conforme aborda a personagem Malena, em determinado trecho do conto “Elevador a serviço”, não basta apenas ser contrário ao racismo para combatê-lo, visto que “Isso não era o suficiente, não mudaria o estado das coisas. Era uma questão de ação, de defender as *razões da cor com alegria*” (Sobral, 2016, p. 30). Almeida (2019) explica que existe uma dimensão estrutural no racismo brasileiro, o que leva à naturalização das práticas racistas. Desse modo, a conscientização das pessoas de que as condições entre negros(as) e brancos(as) são desiguais é tão relevante. Portanto, para o autor, “[...] a mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas” (Almeida, 2019, p. 34).

Não é incomum encontrar situações em que mulheres negras são alvos de críticas racistas, muitas vezes relacionadas aos padrões de beleza ou a sua ocupação no trabalho. Olhares e comentários preconceituosos sobre seus cabelos, pele e traços são frequentemente expostos, ainda que de forma velada. Geralmente, esses comentários acompanhados por ofensas mascaradas de “elogios”, procuram justificar que não há intencionalidade racista por trás de suas palavras. Por exemplo, o trecho: “[...] Uma mulher muito **valiosa**. O caso típico de **alma branca**, rara hoje em dia [...]” (Sobral, 2016, p. 28, grifo nosso), consegue retratar como se configura essa situação. Essa afirmação, ainda muito presente na sociedade brasileira do século XXI, retrata uma situação em que, conforme ressalta Almeida (2019, p. 56), “[...] o racismo já não ousa se apresentar sem disfarces”.

Em relação ao acesso ao mercado de trabalho, as desigualdades impostas aos negros pelo sistema capitalista hegemônico são muito visíveis. Comumente, pessoas negras têm seus cargos subalternados por brancos, que hierarquizam os negros como indivíduos naturalmente inferiores; sendo assim, são constantemente submetidos a uma divisão racial do trabalho. Segundo Muller (2022, p. 111), “o mercado de trabalho informal sempre esteve intimamente articulado à condição estrutural das desigualdades raciais, e para tanto, se constitui como principal local de inserção de negros e negras em suas fileiras de trabalhadores precários” (Muller, 2022, p. 111).

Nesse contexto, faz-se necessário elucidar que as mulheres negras estão submetidas a um patamar de desigualdade muito inferior. Além de sofrerem opressões devido ao gênero, também se encontram expostas à discriminação racial. Portanto, em virtude da interseccionalidade, essas mulheres enfrentam imensos desafios na inserção do mercado de trabalho, e, em vista disso, a fome, o desemprego e a pobreza são fatores predominantes na realidade dessas mulheres (Sorata, 2023), as quais ainda sofrem as feridas nunca cicatrizadas advindas dos resquícios escravocratas.

“Nossas relações de trabalho e convivência precisam ser revistas”: racismo e empoderamento negro no conto de Sobral

A coletânea de contos *O tapete voador*, de Cristiane Sobral, foi lançada em 2016 pela editora Malê. Assim como outros títulos da autora, a obra é composta por narrativas que tratam de temáticas como a negritude, a ancestralidade, o preconceito racial e a resistência. Nas histórias, as personagens – mulheres negras – lutam, de diferentes formas, para preservar suas identidades em uma sociedade racista que tenta excluí-las e desqualificá-las. Por meio de contos curtos e uma linguagem simples e assertiva, a ficção de Sobral aborda os diversos embates vivenciados por mulheres que, além da questão do gênero, enfrentam a opressão racial em um contexto social que privilegia o androcentrismo e a branquidão.

Essa relação de opressão, em *O tapete voador*, manifesta-se nas mais diferentes esferas da vida social, incluindo as relações de trabalho.

O primeiro conto da coletânea, homônimo à obra, já desnuda a problemática acerca das relações de trabalho e a mulher negra. Bárbara, a protagonista, ocupa um cargo importante em uma multinacional, do qual se orgulha: “Ela, filha de empregada doméstica e porteiro, criada para trabalhar, e trabalhar pesado, tinha orgulho de ter conquistado, naquela renomada empresa, um ofício importante [...]” (Sobral, 2016, p. 7). Convocada para uma reunião com o presidente da empresa, Bárbara fica surpresa ao encontrá-lo e descobrir que o seu superior, assim como ela, é negro. Porém, de maneira diferente do que a protagonista esperava, o presidente, ao aconselhá-la, tece comentários argumentando sobre a necessidade de que a funcionária oculte seus traços negros em nome do sucesso. Ele explica a ela que, para alcançar o alto posto que ocupava, teve que passar por um processo de “embranquecimento” e negado sua própria identidade, um caminho que Bárbara também deveria trilhar se quisesse ascender profissionalmente. A conversa entre os personagens estabelece, no ambiente de trabalho, além da questão da negritude, o binarismo homem/mulher, no qual o presidente, representando a figura masculina, impõe padrões brancos vigentes à aparência feminina. Isso evidencia, inclusive no âmbito profissional, seu domínio sobre o corpo feminino, perpetrando uma violência: “Não me leve a mal, mas já temos bons produtos para minimizar acidentes genéticos desagradáveis, como o cabelo do negro. É um dos seus defeitos. Seu cabelo é péssimo” (Sobral, 2016, p. 10). Nessa fala do presidente, é possível notar-se que o recorte de raça se sobrepõe ao de gênero. A mulher negra é duplamente oprimida e cerceada, sobretudo nas relações de trabalho.

Essa dupla opressão vivenciada pelas mulheres negras nas relações profissionais, conforme discutido anteriormente, também é identificada no conto “Elevador a serviço”, que nos propomos analisar. O próprio substantivo “serviço”, que tem sua raiz etimológica no latim *servitium*, significa “escravidão”, “servidão”,

relacionando-se diretamente à problemática das relações de trabalho ainda pautadas em moldes escravagistas. O conto traz a história de Malena, uma cantora que mora no 12º andar de um prédio de luxo. Devido à indisponibilidade do elevador social, Malena resolve descer pelo elevador de serviço. Alguns andares abaixo, uma senhora branca e de meia idade tenta uma aproximação com Malena por meio de falas problemáticas que obviamente revelam seu olhar discriminatório sobre a companheira de elevador.

É imprescindível observar que, ao compartilharem o mesmo espaço, instaura-se o conflito na narrativa. Isso ocorre porque o racismo institucional/estrutural sustenta a ideologia de que brancos e negros não podem, ou não devem, ocupar os mesmos espaços em um mesmo patamar de igualdade. Em relação a isso, Silvio Almeida elucida que “o racismo como ideologia molda o inconsciente” (2019, p. 41). Assim, um indivíduo, mesmo que consciente, terá seu comportamento formatado por uma “moldura de sociabilidade dotada de constituição historicamente inconsciente” (Almeida, 2019, p. 41). É por isso que, ao adentrar o elevador, a senhora branca se mostra desconfortável: “Não era muito simpática, nem parecia confortável naquele exíguo elevador de serviço” (Sobral, 2016, p. 27). Nota-se que o adjetivo “exíguo” caracteriza negativamente o elevador e, no imaginário social racista, construído historicamente e estruturalmente, espaços pequenos, apertados e precários são designados para pessoas negras; enquanto os casarões, salões e belos jardins são reservados aos brancos.

O primeiro contato verbal entre as personagens é compreendido pela senhora, em um discurso já muito problemático:

- Bom dia! Acho que estamos com problemas nos elevadores. De qualquer forma, ouvi dizer que agora os elevadores são para todos. A síndica me disse, inclusive, que o nosso condomínio vai seguir as normas e leis¹⁴, para evitar problemas. Acho justo (Sobral, 2016, p. 28).

¹⁴ A título de exemplo, a Lei n. 11.876/2023 proíbe a diferença entre elevadores sociais e de serviço no estado do Espírito Santo. Há também um projeto de lei que

Fica evidente no trecho citado que, para a senhora branca, era necessário explicar à Malena (e talvez a si mesma) o motivo de seu não pertencimento àquele local, justificar o porquê de ela, branca e não trabalhadora doméstica, havia tomado o mesmo elevador que Malena, negra e supostamente trabalhadora doméstica. O preconceito, revestido de democracia racial pela fala da senhora branca, coloca cada uma delas no seu devido espaço: Malena estava no elevador que lhe era destinado; a senhora branca é que era o corpo estranho no elevador de serviço, e este evento precisa ser investigado. Para arrematar seu pensamento discriminatório, ela menciona seguir as leis não para que se rompa essa espécie de *apartheid* em relação a certos espaços, mas para evitar problemas. Acerca dessa segregação de espaços em prédios residenciais, Teixeira (2021) explica que, mesmo após o início das relações assalariadas, no que se refere à ocupação dos espaços ainda permanecem restrições que remetem ao período escravocrata. Nesse contexto,

Em prédios residenciais, era e ainda é comum a separação no uso de elevadores. Em geral, são designados como elevadores de serviço e deviam ser usados pelas empregadas e demais trabalhadores domésticos, enquanto os sociais são de uso dos moradores e visitantes (Teixeira, 2021, p. 40).

Dentre outras falas racistas dirigidas à Malena, o clímax da narrativa destaca-se ao explicitar a interseccionalidade entre a problemática de gênero e as relações de trabalho: a mulher negra, na perspectiva da senhora branca, é diretamente associada ao trabalho doméstico. Isso evidencia que “a abolição representou o fim legal da escravização, mas não necessariamente da relação de servidão” (Teixeira, 2021, p. 31). No excerto abaixo, a senhora branca explicita uma das faces mais perversas do trabalho

atualmente está em tramitação na Câmara Municipal de Porto Alegre que também veda a distinção entre “elevador social”, “privativo”, “serviço” ou outras nomenclaturas que se fundamentam na segregação dos usuários de elevadores.

doméstico no Brasil: o discurso de que as empregadas domésticas, geralmente negras, eram consideradas como “se fossem da família”, o que mascara a realidade de horas intermináveis de trabalho e o confinamento aos famosos quatinhos insalubres nas dependências aos empregados:

- Desculpe o meu mau jeito, a intromissão... Mas sabe o que é? Será que você não poderia me indicar alguém assim como você para trabalhar em minha casa? Preciso tanto de uma empregada! Quero dizer... Sem preconceito algum. Na minha família nunca houve isso. Tive uma empregada que herdei dos meus pais; cuidou de todos lá em casa. Ela foi minha mãe de leite. Infelizmente faleceu recentemente. Mas cuidamos de tudo, já que não tinha família nem teve filhos. Uma mulher valiosa. O caso típico da alma branca, rara hoje em dia. Muitos primos meus brigavam para tê-la em casa. Não sei se encontraremos mais alguém tão dedicado. Está tão difícil contratar! Não entendo essa confusão toda. Aliás, somos todos empregados, não é verdade? Mas, hoje, encontrei você aqui por um motivo especial, sabe? Deus tem um propósito para tudo! Eu sou muito católica! (Sobral, 2016, p. 28).

É importante destacar o tom que a senhora utiliza para iniciar sua fala: de forma aparentemente educada e amigável, assim como finaliza amparando-se na religião. É importante destacar que, embora o racismo muitas vezes se manifeste de forma explicitamente violenta, outras tantas vezes aparecerá de forma disfarçada, legitimando-se por meio de escolhas discursivas, buscando não a destruição dos corpos e da cultura a eles relacionada, mas “a domesticação de culturas e corpos” (Almeida, 2019, p. 56).

Ao associar a figura de Malena a uma trabalhadora doméstica ocorre, para além do âmbito da raça, a relação de classe e, conseqüentemente, de poder. É essa malha complexa (raça - classe - poder) que possibilita àquela senhora sentir-se no direito de, com muita naturalidade, olhar para Malena já de forma subalternizada, como alguém que, ao seu ver, deve ocupar postos de trabalho

precarizados, de subserviência e dedicação total. Sob a ressalva de que nem ela nem sua família são preconceituosas, a senhora explica à Malena que teve uma empregada que herdou dos pais e que cuidou de todos da família. Aqui, o corpo da mulher negra é rebaixado ao máximo da objetificação, já que, ao utilizar-se o verbo “herdar”, espera-se tratar de fortunas, objetos de valor, imóveis e outras propriedades. A coisificação atribuída à empregada doméstica promove a equiparação desta a um mero objeto de valor, passado de pai para filho, perpetuando um legado de exploração e desigualdade nas relações de trabalho.

Nota-se que a dedicação total prestada pela empregada doméstica em questão custou-lhe um abnegar-se de própria vida e de própria família em prol do bem-estar de outras pessoas, cuidando do bom funcionamento da família do Outro¹⁵, inclusive amamentando filhos que não são seus. Seus corpos, nessa relação de trabalho doméstico moldado a partir do trabalho escravo, são consumidos das mais variadas formas pelos seus patrões. Suas existências são anuladas em nome da fiel obediência, e sua humanidade é reduzida ao utilitarismo. Essa empregada, nas palavras de sua patroa, é descrita como “uma mulher valiosa”, mas seu valor está fundamentado não em si mesma, mas em uma vida inteira de obediência e trabalho exaustivo. Para ela, o trabalho só cessa quando ela morre.

Durante um bom tempo no Brasil foi comum que as trabalhadoras domésticas residissem na casa dos patrões, repetindo o padrão das meninas que, desde cedo, iam morar nas casas em que trabalhavam, embora não fossem reconhecidas como trabalhadoras. Isso ampliava as dinâmicas de violência, pois ficavam disponíveis a todo o momento para satisfazer as necessidades dos patrões (Teixeira, 2021, p. 40).

¹⁵ Optamos pela grafia com letra maiúscula amparando-nos no binarismo Outro x outro, que apresenta uma relação hierárquica na qual o “Outro” é representado pelo homem, pela dominação do patriarcado, pela perspectiva androcêntrica, ao passo que o “outro” refere-se a quem está sujeito a essa dominação, ou seja, à situação da mulher no patriarcado.

A disputa entre os primos para ter essa empregada doméstica em casa reforça as condições de trabalho pautadas na obediência e servidão, que na visão do explorador são tidas como dedicação e empenho, o que lhe confere, no dizer da senhora, “alma branca, rara hoje em dia”. Esse último insulto conduz ao entendimento que essa suposta “raridade”, somada à informação de que “Está tão difícil contratar!”, indica que, para essa senhora, os avanços alcançados no que diz respeito à proteção ao trabalho doméstico remunerado não são empecilhos para a exploração anterior e normalizada. Apesar de ainda existirem mulheres em contextos sociais que são compelidas a se submeter a uma relação de trabalho doméstico abusivo, há progressos que possibilitam a uma parte dessa classe não viver em um regime de trabalho análogo à escravidão. Assim, elas podem desfrutar de algumas seguranças trabalhistas e terem o direito de existir para além do serviço prestado. No caso do conto, essa senhora, mesmo que inconscientemente, vê ameaçado seu lugar de privilégio e poder. O que ela chama de “confusão” e diz não entender é, na verdade, a impossibilidade de enxergar Malena, negra, como moradora do mesmo prédio de luxo que ela, branca. A fala “Aliás, somos todos empregados, não é verdade?” reforça a ideia da incompreensão das diferentes camadas e interseccionalidades que o trabalho pode ter no atravessamento entre raça, gênero e classe. Essa incapacidade (ou falta de interesse) de perceber esses imbricamentos perpetua e naturaliza o lugar de privilégio que ela ocupa.

Apesar do ataque discursivo sofrido, Malena consegue rebater o racismo e o classismo de que fora alvo ao questionar a senhora se ela por acaso tinha uma filha, sobrinha ou afilhada bem qualificada que pudesse atender Malena como assessora:

- [...] Não é todo dia que recebemos notícias de pessoas que oferecem empregos em elevadores, não é? Realmente, os tempos são outros. Mas veja a coincidência! Sabe, eu também estou procurando alguém que possa me atender profissionalmente, assessorar quero dizer. Será que a senhora não teria alguma indicação? Uma filha, uma

sobrinha ou afilhada? Se for bem qualificada, eu pago um salário justo, faço questão de estabelecer relações de trabalho coerentes com os novos tempos. O conhecimento deve ser valorizado, não é verdade? Nas relações trabalhistas, tudo deve ser feito de forma “clara”, para evitar equívocos, principalmente em um país como o Brasil, com séculos de herança escravocrata. Não é tempo de repetir antigos erros. Nossas relações de trabalho e convivência precisam ser revistas, hoje e sempre. Não é verdade? (Sobral, 2016, p. 29).

É de suma importância observar que a capacidade de Malena perceber a violência e reagir a ela por meio do discurso resulta de sua referencialidade e do conhecimento sobre sua própria cultura, além de entender como as relações sociais racistas persistentemente tentam diminuí-la e inferiorizá-la. Logo no primeiro parágrafo da narrativa, antes mesmo de o leitor se inteirar da violência que viria a ser sofrida por Malena, é evidente que a protagonista tinha suas referências negras: “Gostava mesmo da Jovelina, pois seu ouvido musical fora moldado em casa, desde a infância, quando sua mãe cantava e alimentava os filhos com palavras de exaltação à cultura negra” (Sobral, 2016, p. 27). Foi esse letramento racial e a representatividade aos quais teve acesso desde a tenra idade que viabilizaram à Malena reconhecer todas as violências que lhe foram impostas naquele elevador, resistir e defender-se delas.

Considerações finais

[...] agora é formar uma corrente com elos resistentes daqueles que levam um bom tempo para arrebentar [...] e dar condição a essa raça de terminar com essa farsa, deixar esse povo sofrido mostrar seu valor
(Sobral, 2016, p. 38).

Após a leitura crítica do conto “Elevador a serviço”, podemos inferir que literatura negrofeminina de autoria de Cristiane Sobral promove debates consistentes a respeito da realidade social marcada por estereótipos e preconceitos. Contudo, ao englobar uma ampla

gama de demandas específicas das mulheres negras, a obra não refrata as violências por elas sofridas de maneira naturalizada, mas sim em caráter de denúncia, ou seja, “[...] como uma manifestação de militância e resistência, que pode ser vinculada ao histórico e culturalmente diversificado movimento feminista, a requerer direitos e protagonismo aos negros, e, em especial, às mulheres negras” (Mendes-Polato; Coqueiro, 2023, p. 30).

Além disso, ao apresentar uma protagonista como Malena ocupando ambientes privilegiados, comumente expressos na literatura como exclusivos à branquitude, o conto introduz novas representações negrofemininas, concedendo voz e visibilidade a esse grupo e legitimando sua posição enquanto agentes sociais e culturais. Assim, a obra, ao adotar um tom de denúncia social, mobiliza a autoria e a representação como meios de participação em um movimento de resistência contra a opressão que continua a afetar de maneira interseccional as mulheres negras.

Malena demonstra uma grande compreensão das marcas de opressão e violência que atravessam sua identidade negra, mas as reconhece e as reafirma com um posicionamento empoderado, combativo e orgulhoso de sua ancestralidade. Esse movimento adotado pela protagonista oferece ferramentas para resistir à opressão imposta pela colonialidade e desafiar os estereótipos impostos às mulheres negras em toda estrutura social, inclusive nas relações de trabalho.

Referências

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

BRAH, A.; PHOENIX, A. “Não sou uma mulher? Revisitando a Interseccionalidade”. Trad. Cláudia Santos Mayer e Matias Corbett Garcez. In: BRANDÃO, I. et al. **Traduções da cultura**: perspectivas

críticas feministas (1970-2010). Florianópolis: Edufal; Editora da UFSC, 2017.

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego**. O emprego doméstico do Brasil é formado por mulheres. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/emprego-domestico-no-brasil-e-formado-por-um-lheres#:~:text=Segundo%20Paula%20Montagner%2C%20o%20emprego,o%20trabalho%20dom%20C3%A9stico%20de%20diarista>. Acesso em: 26 de maio de 2024.

CEVASCO, M. E. Literatura e Estudos Culturais. In: BONNICI, T; ZOLIN, L. O. (orgs.). **Teoria Literária**: Abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009. p. 319-325.

COLLING, A. M. As mulheres e a Ditadura Militar no Brasil. **História em Revista**. v.10, n.10, 2017.

CUTI. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.

DUARTE, E. de A. Literatura afro-brasileira: um conceito em construção. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, nº. 31. Brasília, janeiro-junho de 2008, p. 11-23.

HOOKS, B. **Teoria feminista**: da margem ao centro. Trad. Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MACHADO, B. A. Escre(vivência): a trajetória de Conceição Evaristo. **História Oral**, v. 17, n. 1, p. 243-265, jan./jun. 2014.

MENDES-POLATO, A. D.; COQUEIRO, W. dos S. Bárbara aprendeu a voar: Desconstrução do racismo estrutural e resistência ética na autoria contista de Cristiane Sobral. **Revista Letras**, v. 107, p. 28-50, 2023.

MULLER, H. da R. **O lugar do negro no mercado de trabalho brasileiro**: a informalidade, as desigualdades raciais e o racismo estrutural. 2022. 123f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

RODRIGUES, S. F. A. **Lutas em silêncio:** Mulheres negras e escravas foram reduzidas às condições de máquinas vivas. 2012. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/lutas-em-silencio-mulheres-negras-e-escravas-foram-reduzidas-condicao-de-maquinas-vivas>. Acesso em: 25 maio 2024.

SANTOS, C. R.; WIELEWICKI, V. H. G. Literatura de autoria de minorias étnicas e sexuais. In: BONNICI, T.; ZOLIN, L. O. (orgs.). **Teoria Literária:** Abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3 ed. Maringá: Eduem, 2009. p. 189-199.

SILVA, J. M. **Feminismo na atualidade:** a formação da quarta onda. Recife: Independently published, 2019.

SOBRAL, C. **O tapete voador.** Rio de Janeiro: Malê, 2016.

SORATA, E. C. B. **A mulher negra no mercado de trabalho:** realidade, desafios e políticas públicas. 2023. 37f. Monografia. Universidade Estadual do Goiás, Luiziânia, 2023.

TEIXEIRA, J. **Trabalho doméstico.** São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

ZOLIN, L. O. Literatura de autoria feminina. In: BONNICI, T.; ZOLIN, L. O. (orgs.). **Teoria literária:** Abordagens históricas e tendências contemporâneas. 4 ed. Maringá: Eduem, 2019. p. 319-330.

REFLEXÕES INTERSECCIONAIS SOBRE
DEFICIÊNCIA E DIVERSIDADES

Eduardo Alberto Megda
Ivan Ricardo de Melo
Joyce Odaisa dos Santos Ribeiro
Mayara Karoline Rogaleski
Telma Terezinha Lopes Costa

Introdução

A compreensão da deficiência vai além de uma simples condição médica ou física, ela é influenciada por uma variedade de fatores que incluem: identidade de gênero, raça, classe social, orientação sexual, entre outros elementos que compõem as experiências e a diversidade humana. A interseccionalidade, um conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, destaca a interação complexa e interdependente dessas diferentes formas de discriminação e desvantagens.

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela [Interseccionalidade] trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p. 177).

Quando aplicada ao contexto da deficiência, a interseccionalidade revela que as pessoas com deficiência (PcD), não são um grupo homogêneo, mas, sujeitos com múltiplas

identidades e experiências que moldam suas vidas de maneiras únicas. A PcD, por exemplo, pode enfrentar discriminação não apenas pela deficiência, mas, também pela raça, gênero ou orientação sexual.

Dessa forma, para retratar a diversidade na deficiência, ou seja, como a deficiência é atravessada pela condição de vida de sujeitos, trataremos deste assunto abordando os seguintes tópicos: Classe Social e Deficiência, Sexualidade na Deficiência, Deficiência Indígena, Mulheres com Deficiência e Deficiência no Envelhecimento.

Diversidade na deficiência

O controle sobre os corpos e a busca por um padrão de normalidade, faz com que aqueles(as) que possuem corpos ou comportamentos ditos desviantes, precisem ser enquadrados(as) a esse padrão. Para Cunha (2021), a busca pela socialização dos corpos gerou diversas compreensões para a deficiência: A tragédia pessoal, vista como castigo de Deus ou obra do azar; bem como, as práticas biomédicas de correção de desvios, que individualizava a deficiência e buscava meios de corrigir aquelas imperfeições, ao mesmo tempo que dificultava a participação da PcD na sociedade.

Desta forma, temos a compreensão dos contextos sociais responsáveis pela experiência da deficiência, fatores sócio-históricos colocam a deficiência como geradora de desigualdades sociais. Cunha (2021), parte da concepção de que a sociedade capitalista estabelece um padrão de normalidade dos corpos e de sua utilidade, e o que se desvia desse padrão recebe uma conotação de inferioridade, que desconsidera a diversidade humana.

Partindo dessa perspectiva, Diniz (2007) relata que a deficiência passou a ser compreendida como experiência de opressão. Para a autora, no modelo médico, considerava-se a deficiência decorrente de lesões. Já no modelo social, sistemas sociais opressivos levavam as pessoas com lesões a experimentarem a deficiência.

Para ela, o resultado analítico da construção da teoria da deficiência como opressão, se pauta na ênfase da origem da deficiência, na constatação das desvantagens sociais, econômicas, ambientais e psicológicas, isto é, na aceitação da origem social da deficiência e das desvantagens sofridas, que são produtos históricos e não resultantes da natureza, do reconhecimento da humanidade das PcD e da adoção de uma perspectiva política capaz de garantir direito a estes(as), dando-lhes condições para o enfrentamento das mais variadas barreiras. Diniz, complementa que o modelo social da deficiência tem como objetivo colocar que não é o impedimento físico, a lesão, que impossibilita a participação social, mas sim a estrutura social que é pouco sensível para a inserção da pessoa com deficiência em par de igualdade (Diniz, 2007)

Complementa Cunha (2021), que na década de 1970, na Inglaterra, o modelo biomédico foi alvo de críticas por um forte engajamento político dos movimentos sociais das PcD, contra o processo de institucionalização, o que contribuiu para que a deficiência fosse pautada a partir da ideia de construção social, vista por um viés político e cultural, com fundamentação na concepção de deficiência como opressão social. “Dessa forma, a compreensão da deficiência passa a ser produzida para além das questões corporais, abrangendo também as estruturas da sociedade, que são em grande medida barreiras à participação social” (Cunha, 2021, p. 309).

De acordo com Block, Mello e Nuernberg (2014), os precursores da construção do modelo social da deficiência, com base no materialismo histórico-dialético, foram responsáveis pela compreensão da deficiência a partir da interação dos corpos com as barreiras sociais. No entendimento dos autores, as PcD enfrentam estas desvantagens, discriminação e preconceito no decorrer de sua vida, em todas as fases do seu desenvolvimento, acarretando violações constantes de seus direitos humanos.

O capacitismo, termo criado no final do ano de 1970, nos Estados Unidos e ainda muito pouco estudado, significa o preconceito contra as PcD e suas práticas refletem diretamente no

pleno desenvolvimento dos indivíduos, principalmente no acesso aos direitos básicos, classificando as PcD como não iguais, não aptas e não capazes de gerir suas próprias vidas. De acordo com Lima (2022), as reflexões sobre os impactos do capacitismo são essenciais para entender os mecanismos de opressão aos quais são submetidos(as) no decorrer da vida e que prejudicam o acesso aos direitos.

Existe a normalização ao se falar de inferioridade na diversidade, colocando a deficiência com o fundo genético para normalizar a inferiorização, a opressão e a dominação do grupo. Nas mais diversas situações, o capacitismo se apresenta no decorrer da vida da PcD, na educação, na saúde, no trabalho, nas relações e nas atividades sociais, entre outras.

Cavalcanti (2010) acrescenta que a partir da Constituição Federal de 1988, uma nova proposta de uma sociedade para todos foi enfim pensada. Com o modelo social para a deficiência, tivemos a materialização de legislações referentes à inclusão social, entendida como direito de todos(as), da participação na sociedade e que esta deveria estar preparada para recebê-los(as), aceitar as diferenças e valorizar cada pessoa, convivendo e respeitando a diversidade humana.

Para falar sobre diversidade humana e sobre inclusão, o primeiro passo é pensar na representatividade e no lugar de fala deste grupo, bem como incentivar o respeito às diferenças e a empatia. A diversidade humana é composta por diferenças e semelhanças que definem cada sujeito, únicos(as) de acordo com sua etnia, seu gênero, sua orientação sexual, sua religião ou nacionalidade e sua deficiência ou não.

Classe social e deficiência

A interseccionalidade entre deficiência e classe social mostra uma complexa teia de desafios e desigualdades que moldam as experiências das pessoas, considerando essas duas variáveis. Enquanto a deficiência pode afetar indivíduos independentemente de sua posição socioeconômica, a classe social exerce uma

influência significativa na forma como a deficiência é vivenciada e enfrentada. A classe determina e estrutura as relações desiguais na sociedade capitalista, “inclusive a condição de vivência diferenciada das diversas opressões” (Santos *et al.*, 2023, p. 306).

Para muitos(as), a deficiência não é apenas uma questão de saúde, mas também uma questão de acesso a recursos e oportunidades. Indivíduos de classes sociais mais privilegiadas podem ter maior acesso a cuidados médicos de qualidade, terapia e tecnologia assistiva, o que pode mitigar as implicações da deficiência e permitir uma vida mais independente e produtiva. Por outro lado, aqueles(as) em situações socioeconômicas desfavorecidas podem enfrentar barreiras adicionais devido à falta de acesso a serviços de saúde adequados, educação inclusiva, transporte acessível e oportunidades de emprego. Portanto, a intersecção entre raça, classe, gênero, religião, questão geracional, identidade de gênero, orientação sexual, entre outras, revela maneiras particulares, tanto de opressão quanto de privilégios (Oliveira, 2006).

É importante reconhecer que a interseccionalidade não se limita apenas às dificuldades e desafios. As PcD de todas as classes sociais também demonstram resiliência, determinação e capacidade de superação. Para abordar efetivamente as questões de deficiência e classe social, é essencial adotar uma abordagem interseccional que leve em consideração as interações complexas das intersecções que atingem essa parcela da população.

A abordagem interseccional nos permite compreender o fenômeno discriminatório de forma mais abrangente e complexa, evitando distorções e invisibilidades no trato de casos de discriminação, manifestos como superinclusão e subinclusão de situações discriminatórias (Crenshaw, 2002, p. 174-176).

Isso requer políticas e programas que reconheçam e abordem as desigualdades estruturais subjacentes e garantam que todas as

pessoas, independentemente de sua deficiência ou classe social, tenham acesso igualitário a oportunidades, recursos e dignidade.

Sexualidade na deficiência

As expressões da sexualidade são múltiplas e variadas tanto para as PcD quanto para as sem deficiência. Em qualquer caso não é possível determinar se a vida sexual e afetiva será satisfatória ou não e é importante lembrar que em diferentes momentos da vida, dificuldades e facilidades vão ocorrer em maior ou menor grau para todas as pessoas.

Para Maia e Ribeiro (2010), não se pode generalizar, rotular e estigmatizar a PcD, seus potenciais e seus limites sem considerar o contexto social, econômico, educacional em que esta pessoa se desenvolveu e sem considerar as diversidades entre as PcD. O que muda é a forma que a sexualidade é vista e compreendida pelas pessoas sem deficiência. Os autores complementam que muitos mitos são abordados sobre a sexualidade de PcD, entre os quais:

1. *Pessoas com deficiência são assexuadas*: a crença de que elas não têm sentimentos, pensamentos e necessidades sexuais.

2. *Pessoas com deficiência são hiperssexuadas*: a ideia de que seus desejos são incontroláveis e exacerbados.

3. *Pessoas com deficiência são pouco atraentes*: indesejáveis e incapazes de manter um relacionamento amoroso e sexual.

4. *Pessoas com deficiência não conseguem usufruir do sexo normal* e têm disfunções sexuais relacionadas ao desejo, à excitação e ao orgasmo.

5. *A reprodução para pessoas com deficiência é sempre problemática*, pois são consideradas estéreis, geram filhos com deficiência ou não têm condições de cuidar deles.

As análises de Maia e Ribeiro (2010), explicam que esses mitos revelam um modo preconceituoso de compreender a sexualidade das PcD, dificultando sua vida afetiva e sexual plena e contribui para a discriminação social e sexual, o que prejudica a construção de uma sociedade inclusiva. A crença nos mitos sobre a

sexualidade das PcD pode impactar negativamente suas vidas afetivas e sexuais de diversas maneiras:

1. *Estigmatização e Discriminação*: A perpetuação desses mitos pode levar à estigmatização das PcD, tornando-as alvos de discriminação social e sexual.

2. *Autoestima e Autoimagem*: A internalização desses mitos pelas próprias PcD afetam sua autoestima e autoimagem, levando a sentimentos de desvalia e inibindo a expressão de uma sexualidade saudável.

De modo estratégico, Maia e Ribeiro (2010), apontam algumas estratégias podem desfazer os mitos e promover uma visão mais inclusiva e respeitosa da sexualidade de PcD:

1. *Conhecimento e esclarecimento*: É fundamental conhecer e esclarecer os mitos e ideias errôneas, promovendo uma visão mais igualitária e respeitosa.

2. *Reflexão constante*: Além de identificar os mitos, é essencial refletir constantemente sobre as ideias que dificultam às PcD a uma experiência gratificante da própria sexualidade.

3. *Educação e conscientização*: Esta promoção é essencial para desconstruir estereótipos e preconceitos.

4. *Inclusão nas políticas públicas*: É pertinente que as políticas públicas incluam a promoção da vida afetiva e sexual das PcD, garantindo o direito à intimidade, privacidade e expressão da sexualidade. Isso contribui para uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Deficiência indígena

Os(as) indígenas sofrem preconceitos e discriminações, e desta forma, não são respeitados(as) (Troquez, 2022). Passam por muitas dificuldades e o que desejam é respeito às suas tradições e costumes.

Cada grupo indígena, possui sua própria organização social, cultural e econômica, que está relacionada com “suas concepções de mundo e de vida, isto é, uma determinada cosmologia organizada e expressa por meio de mitos e ritos” (Luciano, 2006, p.

43). Alguns povos indígenas, sacrificavam as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência, pois acreditavam que elas não sobreviveriam nas condições em que aqueles povos viviam, dependendo da caça e da pesca, das constantes mudanças na busca pela sobrevivência (Souza, 2021).

Ao abordar a educação, Luciano (2006) destaca que os povos indígenas – com ou sem deficiência –, foram obrigados a frequentar escolas tradicionais que desvalorizavam a sua cultura. Naquele ambiente sofriam discriminações por sua aparência, sua vestimenta, seus adereços e pinturas características, porém, passaram a lutar pelos seus direitos tentando se fazer ouvir. Segundo Luciano (2006):

a educação escolar oferecida aos povos indígenas durante séculos sempre teve como objetivo a integração do índio à sociedade nacional, sem respeito às diferenças culturais e linguísticas. Era uma educação de branco, da cultura do branco para os índios. Em outras palavras, a escola servia para o branco ensinar ao índio a ser e a viver como ele (Luciano, 2006, p. 148).

Faz-se necessário enfatizar, que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) – n. 13.146/2015, estabelece que todas as PcDs, independentemente de ser indígena, branco, negro, mulher, criança, deficientes intelectuais, possuem os mesmos direitos e deveres que as demais pessoas, incluindo o direito a igualdade perante a lei e a não discriminação em razão da deficiência. Entre esses direitos, destacam-se o de acesso à saúde, a serviços públicos, o direito ao trabalho, a educação, a acessibilidade, a moradia, a cultura, ao lazer e ao esporte.

É necessário que a sociedade seja inclusiva, com maior empatia com as PcD, especialmente com grupos duplamente vulnerabilizados: Por serem indígenas com deficiência, negros com deficiência, mulheres com deficiência, gays, lésbicas, transexuais com deficiência e idosos(as) com deficiência.

Mulheres com deficiência

Segundo dados disponibilizados pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, cerca de 18,7 milhões de brasileiros(as), acima de dois anos de idade, possuem algum tipo de deficiência, o que corresponde a 8,9% da população dessa faixa etária. Dentro dessa estimativa, mais da metade desses indivíduos são mulheres, ou seja, cerca de 10% da população feminina no Brasil possui alguma deficiência (Brasil, 2024).

Historicamente, as mulheres foram vistas como seres inferiores pela sociedade. Aos homens foi destinado o espaço público e político, nos quais centraliza-se o poder. Já para as mulheres, destinou-se o espaço privado do lar, do zelo e a função da maternidade. Assim, “[...] as representações da mulher atravessaram os tempos e estabeleceram o pensamento simbólico da diferença entre os sexos, hierarquizando a diferença, transformando-a em desigualdade [...]” (Colling, 2004, n.p.).

A deficiência não faz distinção. Essa condição acomete mulheres de diversas faixas etárias, etnias, raças, religiões, classe social e orientação sexual. Desta forma, essas mulheres estão historicamente colocadas à margem da sociedade, inclusive pelo próprio movimento de mulheres e pelo movimento pelos direitos civis da PcD.

Elas enfrentam a discriminação cultural e socioeconômica pautada por uma sociedade incrustada em valores tradicionais, restringindo assim, as chances do seu desenvolvimento pessoal (Ayres *et al.*, 2013). Portanto, a desvantagem social vivenciada por essas mulheres na sociedade brasileira é resultante de um movimento discursivo da cultura da normalidade em um sistema capacitista, que classifica as mulheres comparando seus corpos com os “padrões de beleza” e a capacidade funcional colocada pela sociedade (Eugênio; Silva, 2022).

Complementarmente, é preciso considerar que “a intersecção entre o gênero e a deficiência ainda é um tema em construção para as políticas públicas e as ciências sociais” (Passos *et al.*, 2019, p. 155).

Muitos estudos abordam a temática da deficiência de forma isolada, sem a discussão das interseccionalidades desse tema (Mello; Nuernberg, 2012). As mulheres com deficiência enfrentam a dupla vulnerabilidade: a de serem mulheres e a de possuírem deficiência (Ayres *et al.*, 2019; Mello e Nuernberg, 2012). Essa dupla vulnerabilidade pode se tornar ainda mais complexa a partir da incorporação de outras categorias como: raça, classe, orientação sexual, religião, território e relação (Mello; Nuernberg, 2012). Desta forma, as desigualdades sofridas pelas mulheres com deficiência são muito maiores do que as sofridas por mulheres que não possuem deficiência (Oliveira *et al.*, 2019).

Além das desigualdades impostas pela sociedade, sabe-se que as mulheres com deficiência estão mais expostas a situações de violência. São diversos os tipos de violências sofridas por elas, por exemplo, a privação de alimentação, de higiene ou de instrumentos de auxílio. O índice de violência contra essas mulheres é mais alto do que contra homens com deficiência (Sasaki, 2011). Além disso, elas possuem um acesso menor à proteção contra a violência sexual e outras ofensas, uma vez que, muitas das agressões ocorrem em ambiente familiar e as vítimas têm poucas condições de se defender dos seus agressores, que comumente são seus provedores ou cuidadores (Oliveira *et al.*, 2019).

Apesar das mulheres com deficiência possuírem os seus direitos assegurados no Artigo sexto da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, reforça-se a necessidade da ampliação de medidas que não analisem separadamente as intersecções de raça/etnia/classe/deficiência, para que dessa forma, como aborda Oliveira *et al.* (2019), suas vozes deixem de ser silenciadas e anuladas pelo peso das múltiplas opressões que sofrem.

Deficiência e velhice

Ser uma pessoa idosa no Brasil, com todo o estigma que acompanha essa faixa etária, é um grande desafio, mas, ser uma pessoa idosa e deficiente torna a situação muito mais complexa.

Imagine então, ser uma pessoa idosa, ser deficiente, ser mulher, ser obesa, ser negra e ser pobre. Essa interação de fragilidades (interseccionalidades) a que grande parte dos nossos(as) idosos(as) estão expostos(as), necessita da atenção das famílias, da sociedade e do poder público (Torres, 2018).

O envelhecimento populacional no Brasil se deu de forma bastante rápida. Em 1940, tinha-se 4% da população; em 1996 dobramos o contingente populacional, chegando a 8%. Em 2010, evoluímos para 10,8% e, em 2022 atingimos a marca de 15,6% de idosos, acima de 60 anos (Torres, 2018; IBGE, 2022).

Em relação às PcD, a Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, mostrou que a deficiência se concentra mais na população idosa, acometendo 24,8% das pessoas desse grupo etário (IBGE, 2019). Entretanto, apesar de não podermos comparar os tipos de pesquisa, pois as metodologias são diferentes, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD Contínua de 2022 (pós-pandemia) mostrou que as PcD, formam um contingente de 47,2% da população acima de 60 anos; salientando que, nas Regiões Sul e Sudeste, esse percentual é maior do que 50% (IBGE, 2022).

O estudo mostrou ainda, que a deficiência atinge mais as mulheres, em um percentual de 10,0% contra 7,7% dos homens e é pouco maior nas pessoas pretas (9,5%) do que nas pessoas pardas (8,9%) e brancas (8,7%). A Região Nordeste apresentou o maior percentual de pessoas com deficiência, seguido das Regiões Sul, Centro-Oeste, Norte e Sudeste (IBGE, 2022).

Os dados apontam que as deficiências aumentam significativamente conforme as pessoas vão envelhecendo. A dificuldade para enxergar se evidencia a partir dos 40-49 anos (2,9%). Após os 50 anos diversos tipos de dificuldades passam a ser identificadas e, entre 60 e 69 anos fica mais prevalente a dificuldade de andar e subir degraus (8,1%), que tem um aumento vertiginoso após os 80 anos, atingindo 33,5% das pessoas, o que demanda cuidados por tempo prolongado, devido às limitações e incapacidades (IBGE, 2022; Camarano, 2020).

A sociedade tem imposto às pessoas a obrigação do envelhecimento ativo, para que não se tornem um peso para seus familiares (Camarano, 2023). Entretanto, grande parte da população, é acometida durante a sua vida, por processos patológicos crônicos que os levam a adquirir deficiências físicas. O Acidente Vascular Cerebral, por exemplo, pode causar a paralisção completa de um lado do corpo, limitando os movimentos; e o diabetes é o grande responsável por amputações em idosos(as). Em muitos casos, várias doenças crônicas se sobrepõem, acometendo um mesmo indivíduo. (IBGE, 2019, p. 9).

Silva e Chariglione (2023), ao abordar sobre o envelhecimento da mulher negra, evidenciam que estas são as mais propensas a vivenciar o subemprego, a velhice solitária e a redução na expectativa de vida. Monteiro (2023), salienta que mulheres negras tem menor acesso aos serviços de saúde; que a solidão pode acarretar problemas de saúde mental, contribuindo para a ocorrência da depressão. “A ausência de redes de apoio, a pouca representatividade e a marginalização social afetam profundamente o bem-estar e a sensação de pertencimento das mulheres negras idosas” (Monteiro, 2023. p. 7).

Apesar das mulheres serem as principais cuidadoras das PcD, as pesquisas apontam que são elas as que têm mais necessidade de ajuda para realizar atividades da vida diária; e, no entanto, são as que menos recebem cuidados familiares (Camarano, 2020).

As questões sobre o envelhecimento e sua relação com a deficiência deve ser pauta de discussões acerca não somente da acessibilidade e da oferta de tecnologias assistivas de baixo custo, mas, de políticas públicas de apoio aos(às) cuidadores(as), garantindo-lhes uma renda mínima, qualificação para o cuidado e apoio emocional, pois esse cuidar “custa tempo e dinheiro, acarreta perda de oportunidades, principalmente no mercado de trabalho, gera riscos para a saúde, isolamento social” (Camarano, 2020, p. 11), além de aumentar o empobrecimento das famílias e causar futuras necessidade de cuidado, criando um círculo vicioso, que leva o(a) cuidador(a) a ter a necessidade de também ser cuidado(a).

Considerações finais

Ao tecer as considerações finais, é necessário ressaltar a necessidade de compreender deficiência além de suas condições médicas ou físicas. Ela envolve vários aspectos, como identidade de gênero, raça, classe social, orientação sexual e outros elementos da experiência humana. A partir da interseccionalidade, como ferramenta analítica, fica evidente como essas diferentes formas de discriminação se interagem, revelando que PcD têm múltiplas identidades e vivências que moldam suas trajetórias de maneiras únicas. Incluir e aceitar a diversidade na deficiência não só enriquece nossas comunidades, mas também fortalece o tecido social, aumentando nossa compreensão e empatia pelas experiências dos outros.

Reconhecer e valorizar a diversidade na deficiência ajuda a reconhecer a demanda por construir um mundo mais justo, acessível e inclusivo para todos e todas. É pertinente desafiar os mitos e estereótipos sobre a sexualidade das pessoas com deficiência, reconhecendo sua diversidade e promovendo uma cultura que respeite e valorize suas experiências de vida, incluindo as afetivas e sexuais. A construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva requer o reconhecimento e a celebração da diversidade em todas as suas formas, garantindo que ninguém seja discriminado pela sua condição humana nessa sociedade que é multifacetada e diversa.

Referências

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita; NICOLAU, Stella Maris; SCHRAIBER, Lilia Blima. Mulheres com deficiência e a sua dupla vulnerabilidade: contribuições para a construção da integralidade em saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**. v.18, n.3, p. 863 -872, 2013.

BLOCK, Pamela; NUERNBERG, Adriano Henrique; MELLO, Anahi Guedes de. Capítulo 4. Não é o corpo que nos discapacita, mas sim a sociedade: a interdisciplinaridade e o surgimento dos estudos sobre a deficiência no Brasil e no mundo (p.91-118. *In.* SCHIMANSKI, Edina e CAVALCANTE, Fátima Gonçalves. (Org.). Pesquisa e Extensão: Experiências e Perspectivas Interdisciplinares. 1ª ed. UEPG. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm; acesso em: 13 mai. 2024.

BRASIL. **Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, Congresso Nacional, julho, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em: 23 mai. 2024

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, Congresso Nacional, dezembro, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 23 mai. 2024

BRASIL. **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc>; acesso em: 12 de maio de 2024.

CAMARANO, Ana Amélia. A dinâmica demográfica e a pandemia: como andar a população brasileira? **IPEA**, 2023. Rio de Janeiro - RJ. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11974>; acesso em 15 de maio de 2024.

CAMARANO, Ana Amélia. Cuidados para a população idosa e seus cuidadores: demandas e alternativas. **Nota Técnica. IPEA - Disoc - Diretoria de Estudos e Políticas Sociais**. 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9934/1/NT_64_

Disoc_Cuidados%20para%20a%20populacao%20idosa%20e%20se us%20cuidadores.pdf; acesso em 15 de maio de 2024.

CAVALCANTI, Wanilda Maria Alves. Fundamentos da Educação de Surdos. In: Cavalcante, M. C. B.: FARIA E.M.B. (orgs). Língua Portuguesa e Libras, teorias e práticas. v. 1. João Pessoa. Editora da UFPB. 2010. p.88-115. Disponível em: file:///D:/Usuario/Desktop/SERVI%C3%87O%20SOCIAL%20-%20UNESPAR%202018/4%C2%BA%20Ano%20Servi%C3%A7o%20Social%202022/Prof.%20Regiane%20-%20LIBRAS/1_Livro_fundamentos_da_educacao_de_surdos.pdf; Acesso em: 13 de maio de 2024.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a Ditadura Militar no Brasil. **História em Revista**. v.10, n.10, 2017.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Disponível em: https://www.pcd.legal.com.br/convencaoonu/wp-content/themes/convencaoonu/downloads/ONU_Cartilha.pdf; acesso em 13 de maio de 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Los Angeles, v. 10, n. 1. p. 171 - 188, 2002.

CUNHA, Ana Carolina Castro. Deficiência como expressão da questão social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 141, p. 303 – 321, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/pykStjJty9FMZZTDCdGcCy/#:~:text=As%20barreiras%20sociais%2C%20consequ%C3%Aancia%20da,como%20express%C3%A3o%20da%20quest%C3%A3o%20social>>; acesso em: 13 de maio de 2024.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo. Brasiliense, 2007.

EUGÊNIO, Josiane; SILVA, Alex Sander da. “Os professores não sabiam o que fazer comigo!”: reflexões interseccionais de uma

mulher negra com deficiência. **Educação em Revista**, Marília, v. 23, n. 1, p. 27 - 42, 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. Agência IBGE Notícias. 01/11/2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>; acesso em 12 de maio de 2024.

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil**. Informativo. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. n. 47. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101964_informativo.pdf; acesso em 12 de maio de 2024.

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua**: Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda. Agência IBGE Notícias. Editoria: Estatísticas Sociais. 24/08/2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>. Acesso em: 12 de maio de 2024.

LIMA, Camila Cardoso. **Direito à educação das pessoas com deficiência: a importância da luta anticapacitista**. In: ROCHA, Andreia Pires; PEREIRA, Irandi; SANTOS, José Francisco dos (orgs). Direitos Humanos infância e juventude em Angola, Brasil, Moçambique e Portugal: resistência e desafios. Londrina: UEL, 2022. p. 118 - 131.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

MAIA. Ana Cláudia Bortolozzi, RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Desfazendo Mitos para Minimizar o Preconceito sobre a**

Sexualidade de Pessoas com Deficiências. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 16, n. 2, p. 159 - 176, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/kYLkXPZsQVxZ85S95S3fQMz/?format=pdf&lang=pt>; acesso em: 13 de maio de 2024.

MEDEIROS, Marcelo; DINIZ, Debora. Envelhecimento e deficiência. In: CAMARANO, Ana Amélia. (Orgs.). **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/imagens/stories/PDFs/livros/Arq_09_Cap_03.pdf; acesso em 16 de maio de 2024.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e Deficiência: interseções e perspectivas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635 - 655, 2012.

MONTEIRO, Yohana Tôrres. **A solidão da mulher negra em seu envelhecimento: uma análise através da literatura**. In **XI JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**. 2023. São Luiz do Maranhão. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/imagens/trabalhos/trabalho_submissaoId_2853_2853648f3395a7cce.pdf; acesso em: 15 de maio de 2024.

OLIVEIRA, Vanilda Maria (2006). **Um olhar interseccional sobre feminismos, negritudes e lesbianidades em Goiás**. Disponível em: Acesso em: 19 maio de 2024.

PASSOS, Regina Lucia; TELLES, Fernando Salgueiro Passos, OLIVEIRA, Maria Helena Barros de. Da violência sexual e outras ofensas contra a mulher com deficiência. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro. v. 43, n. 4, p. 154 - 164, 2019.

SANTOS, Carmem Leticia; NUNES, Wilsomar Pessoa; SILVA, Alderyce Passos; GUIMARÃES, Jairo de Carvalho. Políticas públicas e interseccionalidade: debatendo gênero, raça e classe no sistema socioeducativo. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 15, n. 3, p. 302 - 316, 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Violência contra mulheres com deficiência**. Centro para Estudos de Políticas sobre Mulheres,

2011. Disponível em: [/http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/violencia_mulheres_deficiencia.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/violencia_mulheres_deficiencia.pdf); acesso em: 12 de maio de 2024.

SILVA, Polliana Teixeira da Silva; CHARIGLIONE, Isabelle Patriciá Freitas Soares. **Envelhecimento de mulheres negras**: reflexões sobre a continuidade histórica da herança escravocrata brasileira. AT22- Estudos interdisciplinares sobre envelhecimento. E-book. In X Congresso Internacional se Envelhecimento Humano. Campina Grande: Realize Editora. 2024. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/cieh/2023/TRABALH_O_COMPLETO_EV191_MD5_ID1235_TB239_06112023152654.pdf. Acesso em 15 de maio de 2024.

SOUZA, Diego Tavares. História da educação das pessoas com deficiência: aspectos históricos e políticos. *In*: IV CINTEDI, 2021, Campina Grande. **Anais**, Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/81801>; acesso em 21 de maio de 2024.

TORRES, Diego Marinho. Deficiência na terceira idade: uma reflexão sobre sua realidade e seus desafios. **Mais 60 - Estudos sobre Envelhecimento**. v. 29, n. 71, agosto de 2018, p. 58 - 73. Disponível em: <https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/0ea96050/f4fa/449d/a657/a68691b073db.pdf>; acesso em: 15 de maio de 2024.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro. Racismo contra povos indígenas e educação. **Rev. FAEEBA**, Salvador, v. 21, n. 67, p. 98 – 112, 2022.

UFPB. **Simulador de envelhecimento ajuda alunos da UFPB a entender desafios enfrentados por idosos**. Universidade Federal da Paraíba Notícias, 20/09/2022. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/contents/noticias/simulador-de-envelhecimento-ajuda-alunos-da-ufpb-a-entender-desafios-enfrentados-por-idosos>; acesso em: 11 de maio de 2024.

DESCOLONIZANDO A PROTEÇÃO SOCIAL: REFLEXÕES
SOBRE A MULHER E O CUIDADO SOCIAL

Quéli Anschau

Introdução

Neste capítulo, problematizamos a estratégia eurocêntrica de Estado Social como proteção social e discutimos sobre elementos descolonizadores, direcionados à proteção social. Como seria uma proteção social descolonial? Temos elementos para essa reflexão? São alguns dos pontos em debate, considerando a realidade brasileira.

O debate teórico sobre proteção social é extremamente amplo nas suas definições conceituais, devido a vários elementos, dentre eles, a complexa teia teórica e ideológica que o concebe (Pereira, 2013). Observamos que uma parte relevante dessa tessitura se debruçou em responder às expressões oriundas da contraditória relação entre capital e trabalho, cuja materialização foi pela constituição de estados de bem-estar social. Os desdobramentos desses, diferentes no mundo capitalista ocidental, têm mostrado ser a proteção social uma estratégia para alcançar patamares de civilidade, que se expressa, sobretudo, conforme o aumento das condições de negociações da classe que vive do trabalho.

Nesse sentido, ao longo deste texto, buscamos problematizar de qual proteção social falamos? proteção social para quem? e de qual contexto? A impressão posta é a de que a proteção social se resumiu ao Estado Social e este, por sua vez, é uma cópia eurocêntrica de proteção social, que, por vezes, atua mais na legitimação da colonialidade do poder, da raça e do gênero, do que de fato expressando parâmetros efetivamente de proteção social. Portanto, é preciso perguntar: como seria uma proteção social fora

dos limites do Estado social burguês? Como seria uma proteção social descolonial? Temos elementos para essa reflexão?

As provocações aqui colocadas nasceram das inquietudes do nosso exercício profissional como assistente social e gestora em uma política social de cuidado, que se azeitaram na militância, em um coletivo de mulheres e ganharam sustentação teórica, no estudo de doutorado, cuja tese tratou sobre as contribuições feministas à proteção social no Estado capitalista.

As contribuições feministas oferecem um arcabouço teórico e político à projeção de um conceito de proteção social, que conceba seu desdobramento em cuidado e este, como compromisso ético-político com a vida. Ao problematizar o trabalho da reprodução social, as feministas materialistas trazem questões centrais em suas análises e uma delas é que proteger a vida não pode ser pensado nos limites do Estado social moderno, uma vez que este nasce sexista e investe cotidianamente para se manter assim, garantindo a divisão sexual do trabalho através de suas ofertas protetivas. Seria o estado social moderno, como a mão “invisível” do patriarcado fomentando a naturalização da opressão sobre o corpo das fêmeas adultas, com vistas ao controle da reprodução de gente, através do cuidado social colado à categoria mulher.

Pensar outro modelo de proteção social, significa compreender que copiar tanto as estratégias do Estado social moderno, assim como a categoria mulher que este enseja, nada mais é do que legitimar a colonialidade e contribuir para o apagamento de nossas histórias de cuidado social, que, talvez, dessem substancialidade a outra conversa. Faz sentido, portanto, o argumento de Lugones (2014, p. 56) de que “toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade”.

Quais seriam os termos de uma proteção social para além das institucionalidades do Estado moderno eurocêntrico? Talvez a resposta a esta pergunta dependa em primeiro lugar, de compreender que mulher é uma categoria eurocêntrica, colocada como modelo a ser seguido e forjada pela estrutura patriarcal do

Estado nesses termos. A mulher está em todos os campos do trabalho precário e gratuito, inclusive sustentando as negligências institucionais da proteção social do Estado social moderno, considerando que o cuidado social foi gravado em seus corpos, desde o evento de “caça às bruxas” (Federici, 2019).

Essa rápida exposição exige fôlego, mas o caminho tem suporte. As feministas materialistas¹⁶ estão oferecendo um arcabouço teórico que nos provoca a tentar ler a história da proteção social em outros termos, sobretudo as conjecturas em torno da Teoria da Reprodução Social.

Sob o argumento de que um Estado forjado pelo colonizador é “melhor” e mais acabado, a imposição de seu modelo aparece como estratégia de colonização, que começa pelo apagamento das nossas práticas históricas de cuidado social, seja de indígenas ou de povos tradicionais.

Temos uma história indígena de 50 mil anos, uma história de escravização perversa, mas que transformou a sociabilidade, inclusive do cuidado. Porquanto, continuar nos limites do colonizador é estar, ao mesmo tempo, lutando por direitos e proteção no modelo deles, que implica em legitimar uma proteção social nos termos da sociedade salarial, acentue-se, para o homem branco e heterossexual, e manter o trabalho de cuidado social atrelado ao ideal de mulher e família.

Não se pretende neste escrito apresentar modelo de proteção social, nem mesmo conjecturar os seus limites no Estado burguês, apesar de situá-lo, como pouco protetivo a considerar as tecnologias de gênero (Lauretis, 1994), que ele sustenta. Por isso, ponderamos que ao discutir a proteção social por suas contradições de classe, negligenciamos, primeiro a dupla exploração do trabalho da fêmea adulta humana, sob o jugo do ser mulher, segundo, é

¹⁶ Compreendemos e argumentamos por feminismo materialista, considerando todas as tessituras feministas que questionam a ordem, articulando sua leitura ao desvelamento dos múltiplos complexos da totalidade, sobretudo no que se refere a problematização de classe, raça e gênero.

conectado a primeira, legitimamos o cuidado social sob a naturalidade desta mulher ideal e fazemos da proteção social, um lugar de mulheres culpadas, cuidando de mulheres sobrecarregadas. Esse círculo vicioso para Lugones (2014), chama-se “pensamento colonial”. Para ela, a primeira conquista do Estado colonial foi a criação da categoria mulher.

Cuidado social não é só proteção social!

O *Welfare State* ou Estado de bem-estar social configura-se como um evento econômico, político e socialmente datado que, na explicação de Elaine Behring (2009), não representa o Estado social ou a proteção social na sua totalidade. Mas foram tomados como tais, frente às formas rudimentares e corporativas de proteção que se tinham até então. De algum modo, oferece proteção social, cujo pacto afiançou compromissos públicos e políticos que, ao serem oferecidos, tornaram evidente a necessidade deles, mesmo que sua intencionalidade estivesse para a garantia de determinadas condições de trabalho.

Importa, nesse debate, reconhecer que a proteção social antecede o Estado burguês e a urbanização, ela é histórica e, de uma forma ou de outra, sempre foi conflituosa sua garantia, porque a vida sempre esteve na contraposição da propriedade privada. Então, devido aos interesses divergentes, ficou difícil definir o que seria um padrão mínimo de vida aceitável para uma sociedade. Antes mesmo de evidenciar a questão social, que ganhou evidência com a industrialização e os reordenamentos do modo de produção, a proteção social já movimentava “energias” sociais para sua garantia.

O cuidado social sempre esteve como pauta relacionada à condição de vida de uma comunidade, de uma sociedade, buscando equilibrar seguranças de vida e/ou do viver bem a todos e, por haver pouca institucionalidade, movimentava potências solidárias, economias do cuidado. O Estado moderno nos fez crer que seria o gestor da vida social de forma democrática, que seria gestor da reprodução social, mas vem atuando nos limites da

sobrevivência, sobretudo nos territórios coloniais. Por atuar nos limites da sociedade salarial, conseguiu legitimar, às vistas de todos, a dupla exploração da mulher através do trabalho gratuito ou mal pago da reprodução social.

Por isso as feministas afirmam: o Estado tem sexo. E, desta feita, em conluio com as relações de produção capitalista, garante que a classe trabalhadora, ao ir para a produção, já saia onerada no valor da sua força de trabalho, ou seja, que o lucro do capital comece na chamada esfera privada das famílias, se estenda à esfera pública e, ainda, conte com o financiamento público para esta arquitetura. Em outros termos é possível aferir que o Estado garante a opressão do patrão/capital dentro de casa - perspectiva analítica desenvolvida pela Teoria da Reprodução Social (TRS).

Numa leitura ampliada, ao mesmo tempo que a ordem social “reconhecia” direitos das mulheres, as “aceitava” nos espaços públicos como sujeitos políticos, limitou seus espaços de atuação em dois parâmetros, especialidade e valor da sua mão de obra. Essa questão é fundante e premente ao debate da proteção social, porque ela nasce com “cara” de mulher a partir desses termos. A intencionalidade desse direcionamento se expressa nos discursos acerca dos “modelos” familiares a serem defendidos. Nesse novo ordenamento, cuja selvageria não se observa sem “lentes” críticas, a estrutura familiar, individual e social passou a ter seus rumos determinados pelo capital.

A família, para o capital, perde sua condição de unidade econômica e se torna consumidora, apropriando-se da sua condição particular de construir valores morais. Essa afirmação é assertiva em partes, na análise que considera este o movimento do capital, mas ao mesmo tempo, nunca foram suprimidos os exercícios das economias do cuidado ancestral.

Faz sentido observar que a proteção social, ainda em estruturação, fruto do tensionamento de classes, não só está para apaziguar conflitos entre capital e trabalho, mas se torna uma “cunha” social entre homens e mulheres. Em outros termos, estrutura-se como mais uma das estratégias de fragmentação da

classe trabalhadora. Essa questão ganha adesão por parte dos homens, incluindo os da classe trabalhadora, tanto quanto os bordéis no século XIX, pois reafirma a condição de poder sobre alguém, neste caso, o feminino. Mesmo se tratando da companheira, os isentava em defendê-las frente ao “gosto” do poder que se expressava em privilégios.

A pequena diferença dos pactos medievais aos Estados sociais modernos, está nos princípios. Os primeiros atendiam às vicissitudes naturais e ou sociais da vida, como a velhice, a fragilidade da infância, as doenças inerentes à condição de todos os seres humanos, o segundo às vicissitudes do capital. Aqui se assenta um contraditório a ser observado. Ao profissionalizar o trabalho de cuidado, o capital assegurou dupla exploração sobre o corpo da mulher, além de legitimar a proteção social como coisa de mulher, porquanto subalterno e improdutivo, nos mesmos termos do privado. Ou seja, o capitalismo – movido também pela “separação” entre esferas pública e privada, porque cria e recria “papéis”, lugares e fazeres cindidos por sexo/gênero e/ou raça/cor, os quais garantem a funcionalidade do modo de produção capitalista na esfera da reprodução social pela duplamente exploração do trabalho de cuidado – surfa na onda de sua própria arquitetura subalternizadora e, nesse sentido, poderíamos falar em tripla exploração com opressão.

Apesar de o cuidado social ser uma *expertise* da mulher, dado seu exercício, qualquer repetição é opressora. Cuidar pode ser criativo e político nos termos de Zirbel (2016), mas toda exploração adoce! A exploração do privado ou a exploração do cuidado, por “não ser” traduzível nos termos da teoria do valor, alimentam mais ainda a perversidade de sua exploração. Por isso, as teóricas da TRS têm se concentrado em analisar e descrever o que é trabalho da reprodução, cujo significado vai para além do trabalho doméstico.

Mas, antes de avançar na explicitação da TRS, queremos tratar de outro elemento do trabalho da reprodução, além da invisibilidade, a rivalidade. É comum e acredito que todos já vivenciaram a seguinte frase, ao visitar a casa de uma pessoa, em

geral, quando somos recebidas por mulheres, somos acolhidas nos termos: “Não repare a bagunça!” Dito de outro modo, não reparem minha incompetência de mulher. Para Valeska Zanella (2014b), o adoecimento se processa de forma diferente para cada gênero social, mas o adoecimento está muito mais na produção do papel social desejado, do que nas tarefas que são executadas. Em outros termos, o adoecimento da mulher, está na produção da própria mulher, cujo modelo ideal está pautado além da estética corporal, na eficiência de trabalhos de cuidado, em uma fêmea branca, quase sempre burguesa ou forjada nesses termos que, preferencialmente, expresse em si, a amorosidade de uma virgem.

Ao evocar a categoria mulher, qual mulher estamos evocando, a mulher europeia burguesa, que nem era entendida como complemento do homem e, sim, como alguém que produzia a humanidade e o capital por meio da sua pureza sexual (Lugones, 2014), ou as que historicamente têm se posicionando em defesa da vida e contra o capital? Por isso, Lugones (2014) explica que a colonização se sustentou e se mantém em três pilares: a raça, tida como o principal deles, mas também sobre a exploração capitalista do trabalho e as classificações de gênero, que juntas se efetivam negando os pressupostos locais. Quando os colonizadores chegaram, o ser mulher, quando existia essa definição, estava mais para o compromisso reprodutivo da espécie do que na condição de cuidado social de todos vulneráveis. A imposição paulatina de um modelo está atrelada à estratégia colonial exploratória. Por meio da colonialidade do poder, todo saber nativo é colocado como inferior na hierarquia “civilizatória” capitalista de homens brancos das elites europeias – o pretense homem/macho universal e “superior”.

O repúdio descolonial ao Estado social moderno é que ele representa exatamente o extermínio do colonizado, ele é o capataz do colonizador, portanto, seus direitos sociais também o são. Ochy Curiel (2002) entende que a constituição da modernidade na Europa Ocidental não trouxe transformações significativas nas relações econômicas, políticas e étnico-raciais entre centros e

periferias. Pelo contrário, o que aconteceu foi uma transição do colonialismo moderno para a colonialidade global (Curiel, 2002).

Para Teresa de Lauretis (1994) a colonialidade do poder se desdobra no que ela denomina em “tecnologias de gênero” e sinaliza que é sempre mais acirrada quando o capital é desnudado em sua farsa. Portanto, a denúncia das feministas indica que o capital ao esconder que precisa de vidas, esconde sua necessidade vital, esta é a farsa. Ao negar o vínculo ou apresentar sua despreocupação com a vida está, por concomitantemente, ofuscando sua fragilidade ou seu risco de morte, por isso o empenho em controlar a reprodução social. Destarte, seu desespero quando movimentos sociais problematizam sua ordem, quando mulheres gritam coletivamente para se livrar de suas opressões. Esses movimentos explicitam que a vida não é mercadoria e o corpo não é uma máquina. A proteção social que reconhece a vida como valor social, atua na contramão da tradicional divisão sexual e racial do trabalho, ou seja, tem o cuidado social como necessidade de todos e responsabilidade de todos.

O reconhecimento do valor social do trabalho de cuidado tem agência para ampliar o sexo do cuidado, à medida que o setor de serviços de cuidado ascende à esfera pública, ele é transformado em mercadoria e, como tal, “abre” o gênero do cuidado – há muitos homens cuidadores –, o gênero é ampliado, entretanto, o aprisionamento do corpo da fêmea ao privado não se altera, mulher é sinônimo de casa, assim como é do *Welfare State*. Vale destacar que olhamos a ampliação do gênero como desnaturalização do cuidado ao corpo da mulher. Entretanto, é preciso observar que homens entram na esfera do cuidado público quando este se torna adequado aos termos da sociedade salarial. O que se apresenta, concomitantemente, é que o cuidado social não é de mulher, a precarização está para a mulher.

Di Giovanni (1998), teórico que analisa a proteção social, já dava pistas para pensarmos que a proteção social pode ter mais “potência” do que regular a força de trabalho ou servir de reordenamento capitalista. Ele explicita que a proteção social

resgata e fomenta valores e sentimentos morais de solidariedade, que se materializam em fraternidade ou cuidado social sem mediações reguladoras externas necessariamente. Essa questão é responsável por gerar identidades diferenciadas à proteção social, pois tem como pressuposto um compromisso social, de certa forma, desmercadorizado. Isto não significa argumentar por uma proteção privada, pois se compreende que quanto menos privado for o compromisso social, mais ações redistributivas e de cuidado a proteção social pública alcança. Apesar de, ao mesmo tempo, ser frágil depositar no Estado moderno todas as expectativas de proteção social, uma vez que já aferimos seus limites em garantir humanos direitos¹⁷.

A proteção social nasce a partir de uma preocupação social quanto à manutenção da vida em sociedade, estabelecida como pacto social de cuidado, porém, nos termos do capital, estabelecer consenso quanto aos parâmetros de garantia de bem-viver é ter a mercadoria e lucro como parâmetro. Entretanto, não há como valorar um rio, a terra, a vida considerando as condições de valor de uso e até garantias da produção. Concordando com críticas de feministas materialistas, não há como a produção e o valor de troca de mercadoria serem balizadores de referência para o trabalho da reprodução, ou seja, do cuidado social, grande agente dos pactos de proteção social.

O “bem-estar”, nos termos da economia, concentrou-se na segurança do rendimento das pessoas, ou seja, voltado para as garantias de trabalho, ou da manutenção de quem trabalha, ou como apoio para fomentar a condição de trabalho para os fora do mercado. Qual seu produto? Ações reguladoras da pobreza com tom policialesco, cujo direcionamento maior, em vez de proteção, esteve voltado para gerar condição para o trabalho, usando o trabalho da reprodução. Em outros termos, do cuidado social executado gratuitamente pela mulher. Portanto, esse policialesco

¹⁷ Humanos direitos nos termos apresentado por Marx (2010) em a Questão Judaica.

compreende também em usar a proteção social como condutora da heteronormatividade, uma vez que coloca os femininos operando sobre outros femininos no sentido de conduzi-los ao privado, garantindo que os termos do cuidado social estejam subsumidos ao cuidado familiar, logo, só das mulheres.

Analisar a proteção social a partir da economia é reconhecer que o modelo de produção capitalista tem no Estado social sua condição de maior exploração, é preciso reconhecer o sexo do Estado. Analisar a proteção social para além do capital é evidenciar a complexidade da vida e localizar a intrínseca relação que nos une. Segundo Lugones (2014, p. 59) “Para começar a entender o alcance da colonialidade do poder, é importante frisar que o trabalho assalariado sempre foi reservado, quase exclusivamente, para os europeus bancos. A divisão do trabalho é racializada e geograficamente diferenciada”.

Proteção social numa perspectiva feminista materialista e descolonial, é todo aparato da produção estar voltado para reprodução social, o que implica em reconhecer a proteção social para além do trato das vicissitudes naturais, para reconhecer “proteção social” nos termos de garantia de continuidade da vida.

É possível uma proteção social descolonial?

Na América Latina, considerando seu papel na acumulação do capital, o investimento em proteção social se detém no quanto e como é gasto, sem muitas preocupações no impacto social, uma vez que o Estado tem “outros” compromissos. Curiosamente, estamos falando de continentes cujos bens comuns são sua riqueza. Portanto, falar em sistema de proteção social sem romper com a intencionalidade subalternizadora das nações é atuar nos limites do capital. Ter proteção social é como reconectar o bem viver ao cuidado coletivo dos bens comuns, seria nos termos de uma bandeira política central para avançarmos na superação do colonialismo.

A cortina colonial, além de esconder nosso trato com bens comuns, se esforça em nos convencer a continuar dialogando com a

proteção social nos termos do Estado social como se conseguíssemos estar nos patamares europeus, sem romper com eles. Nesse sentido, é preciso evocar um debate de proteção social nos termos dos povos indígenas. Só ao situar que somam 5% da população mundial, e conseguem ser responsáveis por proteger cerca de 82% do ecossistema do planeta, já temos elementos contundentes para abrir o debate de um outro modelo de cuidado. Ou então, assumir nossa amefricanidade¹⁸ e renunciar a privilégios brancos em detrimento de um povo que construiu o Brasil, ao invés de corroborar com a subalternidade de classe, fazendo da raça um marcador de identidade tão somente, assim como o são mulheres e homens.

Segundo Lugones (2014, 43) é preciso reconhecer que por sermos “herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual), assim como das técnicas jurídicas e administrativas das metrópoles ibéricas, as sociedades latino-americanas não podiam deixar de se caracterizar como hierárquicas”. Mas foi preciso uma sofisticação nas estratégias, no sentido de manter negros e indígenas na condição de subordinados no interior das classes mais exploradas e, assim, apagar suas estratégias de proteção à vida, cuja ideologia do branqueamento cumpre seu nefasto papel até hoje. Brasil e Bolívia são exemplos para esta questão, a maioria da população é negra e ou indígena, mas a referência de modo de vida explicitado e que ocupa o Estado não é esse. Resta-nos investigar como seria ou vamos contribuir para o pagamento colonial? A grande questão posta é reconhecer que a inferiorização da mulher indígenas está intimamente ligada à dominação e transformação da vida tribal, por meio da estratégia de caça às bruxas, sofisticada técnica para impedir a coletivização das práticas de cuidado (Federici, 2019).

¹⁸ “Amefricanidade” categoria político-cultural apresentada por Lélia Gonzalez (2020) que indica a construção de uma identidade étnica com a incorporação de dinâmicas culturais, especialmente aquelas que vão na contramão do sistema de dominação chamado racismo.

Essas contradições complexificam a apreensão e diferenciam as análises da América Latina das análises europeias quanto aos sistemas de proteção social. As economias latino-americanas operam uma função particular junto à economia capitalista mundial, garantindo a possibilidade de expansão contínua da acumulação capitalista dos países centrais (Marini, 1992). Ademais, além de frearem a efetivação de um regime de bem-estar protetivo, os desdobramentos da divisão sexual do trabalho não são os mesmos, porque o trabalho assalariado, considerando a colonialidade, foi reservado para o homem branco e para a manutenção da eurocentricidade, basta observar quem são as empregadas domésticas no Brasil. Questão que ofusca ao mesmo tempo, uma necessidade burguesa de não assumir seu autocuidado. Contexto que legitima a negação dos trabalhos da reprodução, ou seja, compro meu cuidado no mercado e vendo mais meu tempo ao capital, basta observar o crescimento do setor de serviços como parte da produção de mercadoria.

O que é até compreensível se observarmos que a colonialidade apresentou além da desqualificação da mulher, desintegração das unidades de parentesco pais e filhos nas raças, em detrimento da integração de suas unidades familiares, com isso, alimentando o esforço em ser branco, em ser homem e mulher.

É do sistema eurocêntrico colonizador a exportação das categorias homem e mulher, da divisão sexual e racial do trabalho, algo inerente aos padrões de organização familiar dos “europeus”. Uma família cuja gênese é cópia do modo de produção capitalista, com hierarquias opressoras, haja vista que os termos da liberdade sexual são para homens sob a fidelidade das mulheres com a manutenção da propriedade privada. Que bem-estar é esse? Não por acaso o bem-estar nos limites do Estado social com sua marca colonial, cujos direitos sociais prometidos e nunca integralmente efetivados para a maioria das pessoas, é frágil e requer que seja considerado em outros termos.

Na América Latina, o Estado reconhece a formalidade, o direito social, mas se vale da informalidade como aspecto central.

Esse ciclo vicioso, cujo elemento central é o lucro e a subordinação, além de fomentar a exploração, atua com nossas forças para garantir seus auspícios. A alienação quanto ao valor da força de trabalho se instaura com peso e as famílias são importantes aportes no provimento da proteção social. Nesse cenário, as famílias assumem um duplo compromisso, além de garantir a reprodução social – como o cuidado de crianças, de pessoas doentes, de pessoas idosas – é delegada a elas se responsabilizarem pela reprodução da vida, à medida que têm que garantir a própria produção diante da contínua e elevada informalidade do trabalho. A divisão racial e sexual do trabalho não são incorporadas como novas tecnologias e profissões, a sua mercadorização não acontece nem nos termos da divisão social do trabalho na produção, e sim como reprodução social básica. Redundante é situar quão explorador e opressor é esse cenário para a condição do corpo da mulher.

Esse conjunto exploratório e alienador tenta gerar um “automatismo” universal e uma responsabilização individual, fazendo os sujeitos “perderem” de vista a obrigação de parâmetros protetivos por parte do Estado. A família tende a acreditar ser este seu destino: ser pobre, honesta e trabalhadora. Essa tentativa de alienação do privado, além de naturalizar a condição de pobreza, reforça a condição de proletários entusiastas com seu crescimento econômico prodigioso, apenas para corroborar com alguns modelos necessários, enquanto os demais continuam se submetendo às metamorfoses do mundo do trabalho, como algo necessário ao “progresso”, sendo sua responsabilidade se adequar.

Considerações finais

A partir da discussão realizada ao longo do texto, é possível inferir que há uma subversão capitalista quanto às necessidades de proteção social como pacto social. Nesses termos, o capitalismo consegue criar e dispensar paulatinamente os Estados sociais, à medida que, concomitante à exploração da força do trabalho, o capital atua na transformação dos sujeitos sociais, independen-

temente de sua condição de classe, em “coparticipantes” do desenvolvimento capitalista – criando necessidades reais e imaginárias que só podem ser sanadas frente ao consumo. Defender o debate de desmercadorização da vida é um grande desafio, pois à medida que toda a produção de bens e de serviços é convertida em mercadoria (valor de troca), criam-se continuamente novas “necessidades”, mas para responderem a quem e a quê?

As estratégias de proteção social não fogem à regra, crescem divididas de intencionalidades mercadológicas. Primeiro, porque assumem características de trabalho de mulher, ou seja, mercadorizam o trabalho da mulher para reproduzir, em outros termos, seu aprendizado cotidiano a baixo custo. Segundo, por perspectivar a segurança quanto à reprodução social, transvestem essa segurança em consumo, partilham a proteção social com o mercado e empreendem por intermédio dela, ideologias familiaristas e familistas, ao mesmo tempo em que “geram” proteção.

Inegável considerar que o exercício institucionalizado da proteção social no capitalismo monopolista, contraditoriamente, garantiu direitos de cidadania e condições humanas dignas, conforme o contexto histórico, contribuiu também para aprimorar a apreensão das subjetividades. Vale observar que esta adequação nem sempre responde ao “modelo” exigido.

Então, temos elementos potenciais a serem elencados frente à tentativa de usurpação da vida pelo capital. Este é o legado das teóricas da reprodução ao explicitar que a reprodução social no capital está em crise, pois não há proteção social para além dos braços da mulher. Ao mesmo tempo que efetivam esta denúncia como ato político, reconhecem que “a subjetividade resistente costuma se expressar infrapoliticamente, em vez de fazê-lo em políticas estatais, o que costuma abrir espaço para contestações públicas” (Lugones, 2014, p. 362).

Referências

BEHRING, Elaine R. Política social no contexto da crise capitalista. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Serviço Social: direitos profissionais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CURIEL, Ochy. Identidades Esencialistas o Construccion de Identidades Politicas: El dilema de las feministas negras. **Revista Otras Miradas**, v. 2, n. 2, 2002.

DI GIOVANNI, Geraldo. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, Marco A. de (org.). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas, SP: Unicamp-IE, 1998.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Rio de Janeiro: Editora Elefante, 2019.

GONZALEZ, Lélia. 2020. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos** Rio Janeiro: Zahar, 2020.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-241.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p.935-95, 2014.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1992.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes**. 2013. Tese (Doutorado em Política Social) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

ZANELLO, Valeska. Saúde mental, mulheres e conjugalidade. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO,

Valeska. **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014, p. 108-118.

ZIRBEL, I. **Uma teoria político-feminista do cuidado.** 2016. 260 f. Tese (Doutorado em Filosofia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2016.

UMA PRESIDENTE “MULHER” SOBE A RAMPA DO
PLANALTO: ANÁLISE DO DISCURSO DA REVISTA VEJA
SOBRE A PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

Larissa Morais Vanzela

Introdução

A posse de Dilma Rousseff como presidente do Brasil em 2011, foi um marco histórico significativo, não apenas pela transição de poder, mas também pela ascensão de uma mulher ao mais alto cargo do poder Executivo. Este evento emblemático atraiu a atenção dos observadores contemporâneos e dos holofotes jornalísticos, que buscaram definir uma persona pública para a presidente. No entanto, essa representação jornalística não escapou às influências dos estereótipos associados aos papéis de gênero, que moldaram a maneira como Dilma Rousseff foi retratada pela imprensa nacional.

Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa extensa, concluída em 2023¹⁹, e propõe-se a investigar o discurso jornalístico produzido pela revista semanal *Veja* durante a posse da presidente Dilma Rousseff. A análise concentra-se nas reportagens noticiosas publicadas em janeiro de 2011, período em que Dilma assumiu o poder. Como hipóteses centrais da pesquisa, buscou-se examinar como são construídas as representações de mulheres em notícias (e como elas aparecem em notícias com temática política),

¹⁹ Os resultados apresentados no presente artigo, compõe a pesquisa de Mestrado defendida no ano de 2023, no Programa de História Social, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), intitulada por “A queda pelos holofotes: uma análise comparativa das tendências jornalísticas sobre o governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), através das revistas *Veja* e *Carta Capital* (2011-2016)”.

quais instrumentos discursivos são mobilizados para a construção dessas representações e, por último, quais outros sentidos essas representações constroem no debate público.

Utilizando a metodologia da análise temática de conteúdo, foram identificados três grupos de categorias discursivas que contribuíram para a construção pública da imagem da presidente (Bardin, 2011). Estas categorias correspondem a: 1) Uma presidente “mulher”, 2) Dilma é autoritária e 3) A proximidade de Lula e Dilma, cada uma dessas categorias desempenhou um papel fundamental na definição da representação de Dilma Rousseff na esfera pública.

É imperativo entender o papel da imprensa na construção da realidade social, especialmente dada a influência significativa que esses órgãos exercem. Ela não apenas narra os acontecimentos cotidianos, mas molda nossa percepção sobre eles, por meio das representações que veicula. Quando se trata da representação de mulheres em notícias (e notícias do campo político), a imprensa pode reforçar ideias de quem pertence ou não a determinados espaços. Portanto, é necessário examinar criticamente a produção do conteúdo da imprensa, a fim de compreender como ele contribui para a construção e reforço dos estereótipos de gênero.

A voz da imprensa e as representações de gênero

Como resistir à tentação de uma grande manchete? As representações²⁰ produzidas pela imprensa povoam o imaginário

²⁰ Entende-se por “representação” o modo como certas imagens, ideias e símbolos são construídos e organizados pelos diferentes grupos sociais, ou seja, como são elaborados os esquemas que produzem sentido e que possibilitam deixar o mundo inteligível e o espaço ser decifrado. Essa forma de elaboração discursiva se aproxima do poder à medida que cada representação sobre o social é produzida por um grupo. Cada grupo elabora e busca fazer valer determinada forma de ler a realidade sobre outras formulações. Assim, as representações nunca correspondem a discursos neutros, pelo contrário, elas são sempre objetos de intencionalidade (Chartier, 2002, 1991).

de tal forma que se torna impraticável pensar em um mundo que não seja mediado pela informação. É a partir dos cenários desenhados pela imprensa que, frequentemente, as pessoas se orientam e formam seus posicionamentos sobre os acontecimentos no mundo. Nesse sentido, é razoável dizer que o discurso jornalístico é uma das vozes formadoras da opinião na esfera pública. Não raramente, os periódicos estabelecem os assuntos que estarão em debate. Mas do que se trata esse produto, tão particular, chamado imprensa? Essa é uma pergunta com a qual os historiadores têm lidado há pelo menos cinquenta anos²¹.

Quando se trata da análise desse tipo de fonte no campo da História, é possível apontar pelo menos duas abordagens distintas, que por vezes se complementam na elaboração de pesquisas: uma história *da* e *através* da imprensa (Luca, 2008; Zicman, 1985). A primeira linha de pesquisa trata da análise e caracterização dos órgãos de imprensa em determinado período, ou seja, busca examinar o lugar social ocupado pelo periódico e como ele se relaciona com outros atores sociais, entre eles o próprio leitor. Já a segunda abordagem tem no impresso sua principal fonte histórica, em outras palavras, pretende analisar seu conteúdo, a saber: as formas de diagramação, apresentação, recursos gráficos, fotografia e o discurso publicado (Zicman, 1985).

²¹ A relação entre os historiadores e a pesquisa por meio da fonte de imprensa, nem sempre ocorreu com a mesma disponibilidade reconhecida na atualidade. Até a segunda metade do século XX, esse tipo de fonte foi alvo de certa desconfiança no campo da disciplina. Somente a partir da década de 1970, que o olhar sobre a imprensa foi ressignificado, em virtude de um conjunto de discussões que permearam o campo da disciplina e das demais Ciências Humanas e modificaram a relação com a pesquisa e seus objetos. No campo da História, as mudanças de abordagens representaram uma maior atenção para as problemáticas relativas à cultura e o social. Com essa mudança, a imprensa passou a ocupar um espaço importante na disciplina, como um objeto que possibilita ao pesquisador recuperar as transformações no cotidiano, sobretudo as representações elaboradas a partir de certas práticas e por sujeitos pertencentes a uma determinada época (Luca, 2008).

Nesta pesquisa, interessa reconhecer as condições de produção da notícia (aquilo que lhe é externo), tanto quanto o exame de seu produto (o que é interno), ou seja, a produção discursiva e os sentidos que ela permite construir. Igualmente, torna-se relevante compreender de que modo a produção da notícia pode estar relacionada com a reprodução de representações sobre os papéis de gênero e em que medida podemos visualizar a veiculação de estereótipos. Sendo assim, é necessário questionar como ocorre a representação de mulheres em notícias, como ela é construída em notícias do campo político, quais instrumentos discursivos estão sendo mobilizados e quais outros sentidos essas representações ensejam no debate público.

A presente discussão não tem a pretensão de esgotar a bibliografia sobre os temas de imprensa, gênero e política, pois existe uma vasta produção bibliográfica em torno de cada um desses campos de pesquisa. Todavia, pretende contribuir enquanto um estudo inserido na interseção desses temas.

Ao evidenciar a necessidade de identificação do lugar social ocupado pelo periódico, se trata de reconhecer a partir de qual contexto político-social está sendo exercida a produção da fala jornalística e em qual sentido jornais e revistas buscam empreender suas ações. Sendo assim, é possível afirmar que a imprensa periódica age com objetivos determinados, ao passo que busca exercer sua influência nessa mesma direção.

Segundo Capelato (1988, 1997, 2014), um dos motivadores dos órgãos de imprensa está diretamente relacionado à produção do lucro, ou seja, a imprensa deve ser considerada como sociedade lucrativa, especializada na produção de informações. Esse fato tensiona a análise de imprensa, uma vez que, no interior das redações, se torna difícil separar os interesses dos donos da empresa (interesse privado) do material divulgado por ela, que possui uma função pública (de acesso à informação). A notícia se torna uma "mercadoria política", selecionada e divulgada com base em interesses privados.

Além dos interesses mercadológicos envolvidos na produção da notícia, é preciso não perder de vista que os órgãos de imprensa também se encontram inseridos em um contexto político, sobre o qual buscam incidir sua influência. Conforme compreende Borrat (1989), enquanto sociedades autônomas, a imprensa deve ser reconhecida como um verdadeiro ator político, na medida em que pretende exercer sua influência sobre outros atores sociais a partir dos temas que publica. Não raramente, ela pode constranger ou pressionar governos, partidos políticos e demais sujeitos, incluindo seus concorrentes. Assim, é possível afirmar que os periódicos estão ligados ao campo político porque se encontram atravessados por relações de poder, seja ao exercer sua influência sobre terceiros na esfera pública, seja ao serem afetados por meio da ação de outros (Borrat, 1989).

Uma vez considerado o contexto histórico de produção da imprensa, é preciso examinar a partir de quais estratégias ocorre a produção de notícias no interior das redações. O processo que envolve a redação jornalística é dotado de técnicas de seleção, redação e apresentação, com o objetivo de enquadramento dos acontecimentos e posterior apresentação aos leitores²² (RIBEIRO, 2000). Todo esse aparato técnico é mobilizado com uma intencionalidade definida por um corpo de profissionais e editores, a partir de decisões que nem sempre estão claras aos leitores. Durante a tarefa de escrita, jornais e revistas excluem, incluem e hierarquizam a informação de acordo com sua prioridade, para

²² De acordo com Ribeiro (2000), o padrão de apresentação da notícia informativa adotada no Brasil seguiu o modelo norte-americano dos *stylebooks*, construídos na década de 1950, que indicavam a passagem para um jornalismo “moderno”. Essa padronização generalizou procedimentos editoriais, tipográficos e de escrita jornalística, e entre essas mudanças é possível citar: a adoção da impessoalidade, para tornar a comunicação referencial, com o uso predominante da terceira pessoa, adjetivos e apontamentos subjetivos retirados dos textos. No interior das redações foi prescrita a separação entre opinião e fato, e o jornalista se tornou um profissional mediador e desinteressado.

enquadrar e fazer ver determinado recorte sobre o social em detrimento de outro (Borrat,1989; Zicman, 1985).

Dessa forma, é consenso entre os pesquisadores que a notícia que recebemos diariamente não é um dado factual; pelo contrário, ela é fruto de um processo de construção, elaborado por um grupo de profissionais, que incide sobre um pequeno recorte do real (Borrat, 1989; Capelato, 1988, 1997, 2014; Luca, 2008; Zicman,1985).

A elaboração de notícias pode agir no sentido de reforçar/confirmar determinadas compreensões de hierarquias de gênero, resultando tanto na divulgação de estereótipos quanto estabelecendo a baixa presença de mulheres nesse espaço de discussão pública (Miguel; Biroli, 2011).

De acordo com Biroli (2010, 2012), é possível identificar uma tendência de representação de mulheres no campo midiático (incluído a imprensa periódica), ao associá-las à esfera privada, ao cuidado, seja autocuidado (do corpo), cuidado doméstico, ou de terceiros (familiares), além de enfoque na emotividade, obtendo maior atenção noticiosa quanto mais próximas aparecem destes temas. Avaliada de forma comparativa, homens e mulheres são retratados diferenciadamente pelos órgãos midiáticos, por meio de uma divisão dos sexos a determinados assuntos compreendidos como "masculinos" e "femininos". Quando se trata de notícias do campo político, é possível reconhecer uma sub-representação de mulheres ao tema e frequentemente associada a estereótipos (Biroli, 2010, 2012; Miguel; Biroli. 2011).

Esta dinâmica está baseada na histórica associação da mulher ao espaço privado, às rotinas domésticas, ao cuidado de familiares, práticas que foram historicamente consideradas "femininas", enquanto os homens são relacionados ao espaço público e ao trabalho, convenções construídas historicamente como "masculinas". Essa forma de associação potencializa ideias de pertencimento ou não a certos campos, o que inclui aqueles que devem ou não estar em espaços de poder, além de reproduzirem a permanência dessas representações no social (Biroli, 2010, 2012; Miguel; Biroli, 2011).

Nesse sentido, a atenção noticiosa dada a mulheres na imprensa periódica e a tendência à sub-representação das mulheres em notícias do campo político devem ser questionadas, pois não se trata apenas de exercer uma paridade na inclusão das mulheres em matérias jornalísticas, mas sim de avaliar a qualidade dessas representações e se elas são suficientes no sentido de questionar os papéis de gênero historicamente construídos (Biroli, 2010, 2012).

Em outras palavras, apenas o surgimento de vozes femininas nos periódicos não é elemento suficiente para questionar os papéis de gênero presentes, uma vez que essa presença costuma estar de acordo com padrões convencionais e limitadores. O discurso elaborado pela imprensa é um reflexo da construção de uma divisão social baseada em papéis de gênero, ao passo que age como reforçador dessas mesmas divisões na esfera de debate público (Biroli, 2010, 2012).

Exame dos dados

A metodologia de pesquisa utilizada foi a análise temática de conteúdo, adaptada para a investigação dos componentes discursivos de determinados enunciados. Nesse sentido, o uso deste método serviu de instrumento para responder à seguinte questão: como identificar o que foi publicado pelo impresso? (Bardin, 2011).

Observa-se que, no interior da revista de informação *Veja*, as edições foram estruturadas em seções temáticas, que repartiram e organizaram os assuntos tratados em suas páginas. Quando consideradas as características de redação dessas seções, foi

possível agrupá-las nos conjuntos de “matérias noticiosas”²³, de “opinião dos leitores”²⁴ e “colunas de opinião”²⁵.

Para a realização da análise, foi utilizado apenas o conteúdo presente nas matérias noticiosas que, dos grupos citados, compõem o maior quantitativo de escritos. A preferência pelo grupo de matérias noticiosas também resulta da intenção de demonstrar que esses textos, apesar de seguirem uma padronização que orienta a escrita objetiva, possuem, de fato, uma intencionalidade que traduz a agenda defendida pelo periódico. Uma intencionalidade que perpassou igualmente toda a construção do impresso, de maneira mais ou menos explícita ao leitor.

Sendo assim, as etapas da análise de textos noticiosos foram operadas da seguinte maneira:

1) Leitura flutuante dos textos e posterior seleção dos conteúdos que se referiram a Dilma Rousseff com termos como "governante", "ministra", "presidente/presidenta" e "Dilma Rousseff". Os textos foram selecionados independentemente de seu tamanho.

2) Elaboração das categorias de contexto, definidas a partir da leitura flutuante, para classificar os temas recorrentes.

3) Classificação das matérias noticiosas, conforme as categorias de contexto.

4) Interpretação dos dados finais e apresentação dos resultados.

Foram excluídas do *corpus* de análise os textos que não tiveram por objetivo tratar diretamente da presidente, ou de sua posse, mencionando-a apenas como personagem secundário. Ao final do levantamento, foram selecionados 12 textos noticiosos da revista *Veja*. Destas reportagens, foi possível agrupar três categorias de

²³ As matérias noticiosas da revista *Veja* aparecem dispostas nas seções de título: “Carta ao Leitor”, “Entrevista”, “Blogosfera”, “Panorama”, “Brasil”, “Especial”, “Economia”, “Internacional”, “Geral” e “Artes & Espetáculos”.

²⁴ A seção dedicada à opinião dos leitores na revista *Veja* chama-se “Leitor”.

²⁵ As colunas de opinião na *Veja* recebem o nome do colunista convidado a contribuir para a edição.

contexto, sendo estas respectivamente: 1) Uma presidente "mulher"; 2) Dilma é autoritária; e 3) A proximidade de Dilma e Lula.

Ressalta-se que a revista *Veja*, editada e distribuída pelo Grupo Abril, é atualmente um dos maiores periódicos do gênero de informação em âmbito nacional, com índice de tiragem aproximado de 1 milhão de exemplares até o ano de 2014, segundo dados da própria revista. Ela também foi uma das pioneiras no segmento de informação, criada no ano de 1968, e a sua experiência abriu portas para outras no mercado editorial²⁶.

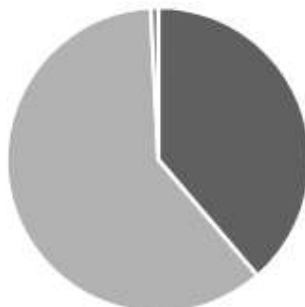
Além da produção e distribuição de um conjunto de aproximadamente 58 revistas, o Grupo Abril também controla emissoras de TV, rádios, além de serviços de logística. O que deve ser reconhecido como um ponto relevante no que diz respeito ao poder de distribuição de seu conteúdo a nível nacional e, principalmente, no dimensionamento do espaço social ocupado por esse órgão de imprensa²⁷. Nesse caso, é admissível dizer que a revista *Veja*, como parte integrante do Grupo Abril, pertence a uma indústria já bastante consolidada economicamente no país. Enquanto, seu perfil ideológico pode ser identificado como à direita do espectro político (Correa, 2013; Mira, 1997).

No que diz respeito à formação de seu corpo editorial, em janeiro de 2011, os profissionais que contribuem com a revista correspondiam a aproximadamente 124 pessoas, considerando somente aqueles responsáveis por sua versão impressa. No que diz respeito ao sexo desses profissionais, obtemos a seguinte divisão, conforme o *Gráfico 1*:

²⁶ Em relação à distribuição dos exemplares, a revista adota o modelo impresso, assim como houve um investimento no sistema de assinatura das versões digitais com conteúdo online. O valor médio da assinatura pode variar de acordo com os recursos disponibilizados aos leitores e do conteúdo dos pacotes, sendo o pacote mais completo (versão impressa, mais acesso digital a revista) com valor de R\$ 39,90, uma assinatura acessível se comparada a outras do gênero.

²⁷ Segundo Görge (2009), o Grupo Abril ocupava até o ano de 2009 o sétimo lugar no *ranking* de conglomerados de mídia, de acordo com dados levantados no portal Donos da Mídia, sendo a mais expressiva no país, no quesito mídia impressa.

Gráfico 1 - Levantamento dos profissionais técnicos da revista *Veja* (divisão por sexo)



Fonte: A autora, a partir da revista *Veja* (2011).

Embora a revista *Veja* conte com a participação de mulheres na redação de suas reportagens, ele não alcança a metade do total, o que demonstra que o discurso jornalístico produzido no interior da revista é majoritariamente construído por homens.

A posse de Dilma Rousseff: cobertura e representações

A posse de Dilma Rousseff, em janeiro de 2011, foi um evento cercado de simbolismo e atenção midiática. A análise das edições da revista *Veja* possibilitou o agrupamento de três principais categorias discursivas na construção da imagem pública de Dilma Rousseff: 1) Uma presidente “mulher”, 2) Dilma é autoritária e 3) A proximidade de Lula e Dilma.

1) Uma presidente “mulher”: Os textos que apresentaram esse enquadramento discutiram sobre a chegada de uma mulher à Presidência da República e seu significado.

Veja tratou sobre as mudanças que a presidente faria durante a sua gestão e destacou a sua decisão sobre a indicação de mulheres para os ministérios do governo, além da contratação de mulheres para comporem a equipe de apoio nas rotinas privadas da presidente, conforme o exemplo a seguir: “[...] Dilma pediu, com toda a razão, uma equipe feminina para atendê-la no avião

presidencial. Que mulher quer olhos masculinos estranhos enquanto repousa, tira os sapatos e a maquiagem (Veja, 05/01/2011, p. 80)".

Em outro trecho, na mesma reportagem, *Veja* trouxe especulações sobre a vida amorosa da presidente: "[...] Dilma é divorciada e não terá um cavalheiro a seu lado para fazer figuração em compromissos oficiais" (Veja, 05/01/2011, p. 80).

Embora o contexto discutido se tratasse da cerimônia de posse e da transição política entre o ex-presidente Lula, o recorte adotado pela revista pouco tratou sobre a plataforma política da nova gestão. Pelo contrário, houve um enfoque sobre as rotinas privadas da presidente, e em outras ocasiões, um receituário sobre as reformas políticas que Dilma deveria fazer e que demonstraram a agenda política proposta pelo periódico, alinhada ao liberalismo.

Ao adotar essa forma de abordagem sobre a vida privada de Dilma Rousseff, a revista contribuiu para a construção de um sentido bastante limitado sobre a capacidade das mulheres na política, bem como sugeriu que a discussão de sua vida privada era um aspecto mais relevante, se comparado à avaliação de sua plataforma política, colaborando com o estereótipo de papéis de gênero de que as mulheres pertencem ao campo do privado.

2) Dilma é autoritária: O conjunto de reportagens que apresentaram essa forma de enquadramento pretendeu avaliar aspectos da personalidade da presidente. Entende-se por personalidade apontamentos sobre o comportamento de um indivíduo, sobre suas características temperamentais e que podem refletir em suas interações com outros.

Sendo assim, *Veja* deu centralidade a um suposto descontrole emocional por parte de Dilma Rousseff, principalmente, quando se tratava das rotinas do trabalho. A presidente seria "dura" e em situações extremas, apresentava comportamento autoritário, traço que dificultava as tratativas com seus pares políticos. Conforme o periódico: "A presidente tem um jeito conhecido de trabalhar: deixar subordinados – ou não – em estado permanente de terror" (Veja, 05/01/2011, p. 83). Outras afirmações apresentam sentidos semelhantes, como por exemplo: "São três os estados de espírito

mais comuns da presidente Dilma Rousseff: brava, muito brava e superbrava” (Veja, 05/01/2011, p. 83).

Em alguns trechos, *Veja* atribui a essas características pessoais o resultado da incapacidade política da presidente:

Dilma Rousseff terá uma maioria parlamentar mais folgada que Lula. [...] Apesar disso [...] a expectativa é que a presidente tenha uma relação menos tranquila com o Congresso. Por um motivo: ela não tem traquejo na seara partidária (Veja, 05/01/2011, p. 70).

Desse modo, quando a revista trouxe centralidade ao descontrole emocional por parte da presidente, ela acabou por reforçar um estereótipo de gênero que inabilita a atuação de mulheres na política. O sentido construído é de que Dilma não possui capacidade para governar, devido a sua intransigência, um aspecto considerado, não raramente, positivo, quando se trata de lideranças masculinas. No caso analisado, a intransigência é retratada de forma negativa, característica essa, que desqualifica para o exercício da política.

3) A proximidade de Lula e Dilma: Os textos que apresentaram essa forma de enquadramento buscaram avaliar o grau de proximidade entre o ex-presidente Lula e Dilma Rousseff. A revista alternou entre o apontamento de uma continuidade e descontinuidade política entre as duas figuras. Frequentemente, essa discussão se fez presente em reportagens que trataram sobre a atuação política da presidente, e buscaram indicar caminhos para a gestão baseados na agenda política liberal de *Veja*.

No que diz respeito à descontinuidade, o enfoque realizado se deu no sentido de crítica ao governo do ex-presidente Lula, conforme o trecho a seguir:

Veja ouviu 100 brasileiros, anônimos e célebres [...], para saber deles quais os problemas a ser atacados desde já pela presidente Dilma. Temos aí um bom panorama das expectativas da população como um todo, e também um desejo subjacente a todas elas – o de que o novo governo seja menos pirotécnico do que o anterior e mais focado

em questões fundamentais que ainda nos distanciam do mundo desenvolvido (Veja, 05/01/2011, p.57).

Todavia, em outros momentos a revista enquadrando essa relação com certa desconfiança, ao supor que o ex-presidente estava atuando nos bastidores do governo, o que indicava uma continuidade entre os dois, enxergada com desconfiança. Nesse sentido, a revista atuou como sentinela dessa relação.

De todo modo, ao especular a respeito dessa proximidade do ex-presidente e atual, a revista colaborou para moldar uma narrativa sobre uma liderança feminina, que se encontrava atada à figura de uma representação política masculina e expressiva. Por vezes, o enfoque sobre a figura de Lula promoveu o apagamento do protagonismo da presidente, sugerindo que um era a extensão do outro. Isso reforça tanto a ideia de tutela política quanto a de não pertencimento das mulheres em espaços políticos, sendo necessário a presença de uma liderança masculina.

Considerações finais

As representações veiculadas pela imprensa têm o poder de influenciar as percepções que desenvolvemos sobre os eventos cotidianos, bem como colaborar para a formação da opinião pública. Quando se trata da representação de mulheres, o discurso jornalístico pode reforçar tendências já presentes na sociedade, como a reprodução de estereótipos ligados aos papéis de gênero.

No caso da representação de Dilma Rousseff durante sua posse, surpreende a quantidade de estereótipos associados à imagem da presidente. Isso demonstra como as formas de noticiamento apresentadas pela revista *Veja*, contribuíram para reforçar ideias comumente ligadas à presença das mulheres na política, especialmente no sentido de retratar uma suposta incapacidade que sugere a falta de pertencimento ao espaço público. Essa forma de construção da notícia, corrobora a tese

apresentada por Biroli (2010, 2012) sobre a sub-representação das mulheres em matérias jornalísticas de temática política.

Chama a atenção a maneira como a revista constrói seu discurso sobre a presidente, às vezes evitando a abordagem política ao se referir à ocupante de um cargo de destaque e essencialmente político. Portanto, como leitores, é fundamental avaliar criticamente o discurso da imprensa para não o aceitar como único. Assim, é necessário questionar a qualidade dessas representações.

Outro aspecto relevante é a predominância de profissionais masculinos contribuindo para a revista, o que pode ter influenciado a construção do discurso jornalístico como observado. Seria interessante em pesquisas posteriores, a investigação sobre uma possível correlação entre a presença de profissionais do sexo masculino e as formas de representação de mulheres, na produção de matérias jornalísticas.

Referências

A batalha dos 100 dias. **Veja**. São Paulo: Editora Abril. n° 2198. 05 jan. 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu** [online]. 2010, n. 34, pp. 269-299. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332010000100011> . Epub 04 Ago 2010. ISSN 1809-4449. Acesso 26 mai. 2024.

BIROLI, Flávia. Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política », **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 90 | 2010, posto online no dia 15 outubro 2012. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/1765> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/rccs.1765> . Acesso 26 mai. 2024.

BORRAT, HÉCTOR. **El periódico actor político**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A., 1989.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto Editora/EDUSP, 1988.

CAPELATO, Maria Helena. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucila de Almeida Neves, FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História do tempo presente**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

CAPELATO, Maria Helena. Imprensa: uma mercadoria política. **História e Perspectivas**, n. jan/jun 1991, p. 131-9, 1991.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Algés: Portugal: Difel, 2002.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601> . Acesso em: 20 mai. 2024.

CORRÊA, Thomaz Souto. A era das revistas de consumo. In: MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tania Regina de. (org). **História da Imprensa no Brasil**. 2. Ed., 2º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

GÖRGEN, James. **Sistema central de mídia: proposta de um modelo sobre os conglomerados de Comunicação no Brasil**. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

Guerra nas estrelas. **Veja**. São Paulo: Editora Abril. n° 2201. 26 jan. 2011.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos, In: Carla Bessanezi Pinsky, (organizadora). **Fontes Históricas**. 2 eds., 1º reimpressão, - São Paulo: Contexto, 2008

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia**. – São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas: o caso da Editora Abril**. 1997. 359f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<https://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280039>>. Acesso 26 mai. 2024

O QI da beleza. **Veja**. São Paulo: Editora Abril. n° 2199. 12 jan. 2011.

Os mortos de janeiro. **Veja**. São Paulo: Editora Abril. n° 2200. 19 jan. 2011.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e o lugar da história. In: **Revista Lugar Comum. Estudos de mídia, cultura & democracia** (Rio de Janeiro, CNPq/nepcom-eco/ufRJ), n°11, maio-agosto de 2000, p 25-44.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História: revista do programa de estudos pós-graduados de história**, v. 4, 1985.

ORGANIZADORAS E ORGANIZADOR

Isabela Candeloro Campoi: Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense com estágio pós-doutoral no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Livre de Berlim. Mestre em História pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Assis). Graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá. Professora associada do Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná, campus de Paranavaí, onde coordena o Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH). Vice líder do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas. Atualmente, é membra titular do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paranavaí e suplente do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres (Paraná).

ORCID: 0000-0001-7081-3646

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8568342954658223>

E-mail: isabela.campoi@unespar.edu.br

Leonardo Carvalho de Souza: Doutorando em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) - campus de Franca-SP. Mestre em Sociedade e Desenvolvimento pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento - PPGSeD/Unespar (2019). Pedagogo pela Unespar. Bacharel em Serviço Social pela Unicampo. Dedicar-se aos temas da formação universitária, políticas públicas voltadas às infâncias e juventudes, socioeducação e prevenção de violências. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas para a Infância e Adolescência (GEPPIA) da Unesp. E do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas (GTPP) da Unespar. É docente no Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus de Ivaiporã.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-2286-9313>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6790983784284836>

E-mail: leonardo.souza@ifpr.edu.br

Maria Inez Barboza Marques. Doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo UMESP/SP. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Docente Associada no Curso de Serviço Social (Unespar/Campus Paranavaí). Docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD/Unespar/Campo Mourão). Líder do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas (CNPq). Atua, principalmente, nos seguintes temas: direitos humanos, diversidade humana, interseccionalidade, violência de gênero, violência doméstica, trabalho, divisão sexual do trabalho, políticas públicas.

Orcid: 0000-0002-2427-7739

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9764032951283311>

E-mail: maria.marques@unespar.edu.br

Thaís Gaspar Mendes da Silva: Doutora em Serviço Social pela UNESP - Universidade Estadual Paulista (2020). Mestre em Serviço Social e Política Social pela UEL - Universidade Estadual de Londrina (2012); Especialista em Gestão de Políticas Sociais com centralidade na família pela FAFIPA - Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Letras de Paranavaí (2008). Graduada em Serviço Social pela Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo (2004). Atualmente, é professora adjunta do Colegiado de Serviço Social da UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná, campus de Paranavaí e Diretora de Pesquisa da UNESPAR (Portaria 025/2021).

ORCID: 0000-0002-0998-9113

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3295478069733226>

E-mail: thaís.silva@unespar.edu.br

AUTORAS E AUTORES

Adrielle de Souza da Silva: Assistente Social no Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) Paranavaí; Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) *campus* Paranavaí. Integrante do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas (GTPP). Atua principalmente nos seguintes temas: política pública para mulheres, direitos humanos, gênero, diversidade sexual, violência doméstica contra mulheres, movimentos de mulheres e feminismo interseccional.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9139-9827>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8082193011178629>

E-mail: adriellesilva4@gmail.com

Adrielly Sontag: Mestra em Sociedade e Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar - PPGSeD, da Universidade Estadual do Paraná, Unespar – *Campus* de Campo Mourão-PR. Graduada em Ciências Biológicas, licenciatura plena pela Faculdade Integrado de Campo Mourão e Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário FAVENI, sendo pós-graduada em Tradução e Interpretação em Libras pela FACEL e especialista em Prevenção à Dependência Química pela FEAD. É membro do Grupo de Pesquisa LIDERE – Linguagem, Desenvolvimento, Educação e suas Relações, coordenado pela Profa. Dra. Maria Izabel Rodrigues Tognato, na Unespar, *Campus* de Campo Mourão-PR. Atua na rede estadual pública e na rede municipal como professora do Ensino Fundamental séries iniciais e coordena o curso de educação profissional técnico integrado em desenvolvimento de sistemas em um colégio da rede estadual pública de ensino.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3941-5006>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3513043395551009>

E-mail: adriellysontag@gmail.com.

Andressa Oliva de Souza: Graduada em Letras pela UNESPAR - Campus de Campo Mourão. Especialista em Estudos Literários e mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) pela mesma instituição. Participante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Diversidade e Cultura (GEPEDIC/CNPq), também pela mesma universidade. Professora de Língua Portuguesa e Literatura na educação básica desde 2014. Dedicase ao estudo de literatura de autoria feminina e temas relacionados às representações da violência de gênero na narrativa.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5384-6683>

Lattes: lattes.cnpq.br/0511137451293208

E-mail: andressadesouza1@hotmail.com

Brena Pantoja Guimarães: Assistente Social pela Universidade Estadual do Paraná (2021), *campus de Paranavaí*. Especialista pela Universidade Estadual do Paraná (2024), *campus de Paranaguá*, no Programa de Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública (RESTEC-GESP- 2022/2024). Integra os grupos de pesquisa: Gênero, Trabalho e Políticas Públicas; Estudos Marxistas; Fundamentos Históricos da Educação e Marxismo e Educação. Realiza pesquisas nas áreas de relações de gênero, violência e políticas públicas; violências e violações de direitos de crianças e adolescentes; história e historiografia da educação. Atualmente é graduanda em Letras-Francês pela Universidade Estadual de Maringá (2021-2026) e bolsista graduada no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE/UEM).

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-2369-8001>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2958044371516601>

E-mail: brenapantoja7@gmail.com

Camila Clozato Lara: Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo, bióloga e mestre formada pela Universidade Federal de Minas Gerais. Integrante do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas da Unespar. Realiza pesquisa e extensão em

temas relacionados à educação feminista. Docente do Instituto Federal do Paraná - Campus Paranavaí.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0461-0589>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2587486620225425>

E-mail: camila.lara@ifpr.edu.br

Carolina Rocha de Assumpção: Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná de Campo Mourão - PR. Participa do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho Políticas Públicas (CNPq) e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Diversidade e Cultura (GEPEDIC/CNPq), da Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão. Graduada em Psicologia pela Universidade Paranaense. Pós-graduada em Psicologia Existencial Humanista e Fenomenológica pela Faculdade Venda Nova do Imigrante e em Docência e Gestão do Ensino Superior pela Universidade Paranaense. Possui experiência em Psicologia Clínica a partir da abordagem Fenomenológico-Existencial.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-6617-4341>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6852413412280408>

E-mail: psicarolcrmp@gmail.com

Eduardo Alberto Megda: Surdo profundo e fluência em Libras. Mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná, na linha de pesquisa Formação humana, processos socioculturais e instituições. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação e Diversidade - GPED/UNESPAR CNPq, na linha de pesquisa Surdez, Língua e Subjetividades. Graduado em Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário de Maringá - Unicesumar (2013), Licenciatura em Educação Física pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG (2014) e Licenciatura em Letras: Libras/Português pela Faculdade Eficaz (2017). Pós-graduado em Docência no Ensino Superior (ESAP - 2014), em Educação Física Escolar (UEPG - 2017), em Educação

Especial: Área da Surdez - Libras (ESAP - 2014), em Educação Especial: Atendimento às Necessidades Especiais (ESAP - 2014), em Educação Infantil (Faveni - 2016), em Educação Especial e Transtornos Globais do Desenvolvimento (Faveni - 2016), em AEE e Sala de Recursos Multifuncionais (Faculdade Futura - 2018). Atualmente trabalha como docente universitário na Faculdade Unialfa e no CAS Umuarama - Centro de Apoio ao Surdo e aos Profissionais da Educação dos Surdos. Também atua como professor de Libras, possuindo proficiência no uso e no ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, além de ser examinador de proficiência para atuação como professor bilíngue de Libras - Língua Portuguesa Nível I. Possui experiência na área de Educação e trabalha especificamente com Libras.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1708-1663>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4903959851793493>

E-mail: dudumegda@gmail.com

Erica da Cruz Novaes Gonçalves Dias: Atua profissionalmente na área de políticas públicas e inovação. Doutoranda em Política Científica e Tecnológica na UNICAMP. Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC. Bacharel em Administração de Empresas. Membro do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas - GTPP/UNESPAR CNPq - Câmpus de Paranavaí-PR e do ENDURE Project pela UNICAMP.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1708-1663>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8885538459560305>

E-mail: ericacngdias@gmail.com.

Ivan Ricardo de Melo: Assistente Social - Mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná na linha de pesquisa Formação humana, processos socioculturais e instituições. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação e Diversidade - GPED/UNESPAR CNPq, na linha de pesquisa "Educação Especial e Inclusiva". Graduado em Serviço Social pela

Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR - Campus de Paranavaí-PR (2023). Membro do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas - GTPP/UNESPAR CNPq - Campus de Paranavaí-PR.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-5767-803X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5764752511030088> 1030088s://

E-mail: irmelo1978@gmail.com

Jamila Rodrigues Francisco: Graduanda de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), campus Paranavaí. Foi membra do CMDM de Paranavaí. E estagiária do Núcleo Maria da Penha (NUMAPE).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4109-2509>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0555209485543834>

E-mail: jamarf87@gmail.com

Joyce Odaisa dos Santos Ribeiro: Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) na linha de pesquisa Formação humana, políticas públicas e produção do espaço. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – Campus de Campo Mourão-PR (2021).

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-1941-9938>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3008479922069366>

E-mail: joyceodaisa3@gmail.com

Keila Pinna Valensuela: Docente em Serviço Social na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) *campus* Paranavaí. Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Coordenadora do Curso de Especialização em Atendimento Socioeducativo, do Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) e do Núcleo de Educação para Relações de Gênero e Sexualidade (NERG) da Unespar Paranavaí, e Membro do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas (GTPP).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5829-7925>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6588640231946132>

E-mail: keila.pinna@unespar.edu.br

Larissa Morais Vanzela: A autora é licenciada em História, pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Mestre em História Social, pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Atualmente é servidora técnico-administrativo no Instituto Federal do Paraná (IFPR). Interessa-se pelos seguintes temas: Imprensa, História do Tempo Presente e História Política.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4249-7310>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7866012761882624>

E-mail: larissamoraisvanzela@gmail.com.

Maria Gabriela Amaro Jacovozzi: É discente do curso de Direito pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Foi estagiária/bolsista de Direito do Projeto de extensão Núcleo Maria da Penha (Numape) da Unespar/Paranavaí. É membra do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas (GTPP) da Unespar. Atualmente, estagia na 1ª Promotoria de Paranavaí. Interessa-se pelos temas da Prevenção à Violência de Gênero e Grupos reflexivos com autores de violência contra mulheres.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-2286-9313>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0728503296164238>

E-mail: mariagabrielamarojacovozzi@hotmail.com

Maria Izabel Rodrigues Tognato: Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pelo LAEL da Pontifícia Universidade Católica/PUC-São Paulo-SP. Pós-doutora pela UNIGE-FAPSE - *Université de Genève* – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação - Suíça. Mestre em Letras – Estudos da Linguagem e Especialista em Língua Inglesa e suas Respectivas Literaturas pela Universidade Estadual de Londrina – UEL-PR e em *Certificate for Overseas Teachers of English* pela Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa - Cambridge - SBCI, SBCI, Brasil. Graduada em Letras Anglo-Portuguesas pela Faculdade Estadual

de Ciências e Letras de Campo Mourão-Fecilcam. Professora Associada, lotada no Colegiado de Letras – Português/Inglês, atuando na área de língua inglesa na formação docente inicial. É membro do corpo docente permanente e orientadora de dissertações no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD - da Universidade Estadual do Paraná - Unespar - *Campus* de Campo Mourão-PR. Coordena o Grupo de Pesquisa LIDERE (Linguagem, Desenvolvimento, Educação e suas Relações) nesta mesma instituição e é membro dos GP LED (Linguagem e Educação) e LACEL (Letramentos Acadêmico-Científicos e Estudos da Linguagem) e LILA (Laboratório Integrado de Letramentos Acadêmico-Científicos). Tem experiência profissional na Educação Básica e no Ensino Superior da rede pública. Seus interesses de pesquisa são sobre Letramentos Acadêmico-Científicos, ensino e aprendizagem de línguas, formação docente, estudos da linguagem, Inglês como Meio de Instrução (*EMI – English as a Medium of Instruction*) e internacionalização.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3705-0354>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0267233631277517>

E-mail: maria.tognato@ies.unespar.edu.br

Mayara Karoline Rogaleski: Bacharel em Biomedicina, com habilitação em Diagnóstico por imagem e análises clínicas (Centro Educacional Integrado/2016). Licenciada em Ciências Biológicas (UNOPAR/2020). Pós Graduada em Docência para o Ensino superior e técnico (UNICESUMAR/2018). Pós graduada em Microbiologia: ambiental, clínica e alimentos (UNINTER/2020). Pós graduada em Ensino de Biologia (UNINTER/2023). Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) na linha de pesquisa Formação humana, processos socioculturais e instituições. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação e Diversidade GPED/UNESPAR CNPq, na linha de

pesquisa Sexualidade e Educação Sexual. Integrante do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-7012-7557>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1829851105727323>

E-mail: mayararogaleski@outlook.com

Nathalia de Almeida dos Santos: Acadêmica de Serviço Social na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) campus Paranavaí; Estagiária no Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) de Paranavaí e Integrante do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas (GTPP).

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6073-920X>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6079140896690342>

E-mail: almeidanathalia354@gmail.com

Nayara Augusto Felizardo: Mestranda em História Política na Universidade Estadual de Maringá – UEM, membra do Laboratório de Estudos do Tempo Presente na mesma universidade e do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Paraná, campus Paranavaí.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2438-5561>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8059457098822403>

E-mail: nayara.felizardo@escola.pr.gov.br

Quéli Anschau: Assistente Social, trabalhadora de Políticas Sociais. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente, é docente no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Foi Gestora de Política de Assistência Social, Assessora e Consultora PNUD nas áreas de Gestão do Trabalho no SUAS e Famílias Acolhedoras. Realiza processos formativos na área dos Direitos Humanos.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5155-8870>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0089269964232873>

E-mail: qanschau@gmail.com

Rodrigo Taddeu da Silva: Possui graduação em Psicologia pela Faculdade de Jandaia do Sul (2015) e Pós Graduação em Saúde Mental no Contexto Multidisciplinar, pela Faculdade Eficaz (2016). Trabalhou como Psicólogo no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS de Diamante do Norte (2016 - 2017) e, atualmente, é psicólogo do Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS de Paranavaí/PR. Facilitador de grupo reflexivo sobre masculinidades; É membro do Grupo de Pesquisa sobre Gênero, Trabalho e Políticas Públicas da Unespar - Campus Paranavaí; Membro do núcleo DIVERGES e da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia; Membro do Coletivo LGBTI+ Paranavaí; Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Assistência Social.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5110-9922>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8558763176547578>

E-mail: rodrigotaddeu@outlook.com

Telma Terezinha Lopes Costa: Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão, na linha de pesquisa: Formação humana, processos socioculturais e instituições. É Especialista em Saúde Pública pela Universidade de Ribeirão Preto (1999); Especialista em Gestão da Vigilância em Saúde pela Escola de Saúde Pública do Paraná (2014); Especialista em Gestão em Saúde pela Universidade Estadual de Maringá (2019); e Especialista em Gestão Pública pela Faculdade Instituto Superior de Educação do Paraná (2023). Possui graduação em Odontologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1986) e Curso Superior de Tecnologia em Gerontologia pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera (2023). Tem experiência na área de Odontologia, com ênfase em Clínica Odontológica e Atendimento de Bebês; e em Gestão da Saúde, com ênfase em Planejamento, Avaliação e Financiamento em Saúde. É membro do Conselho Municipal de Saúde, representando os trabalhadores.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-0867-2434>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1471215535535465>

E-mail: telmalopescosta@gmail.com

Thaina Marieli Silva Andrade. Mestranda em Sociedade e Desenvolvimento pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Especialista em Gestão do Sistema Único de Assistência Social (UNICESUMAR). Especialista em Gestão Pública (UEPG). Graduada em Serviço Social (UNIFAMMA). Integrante do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas (GTPP). Assistente Social no Conselho da Comunidade de Execuções Penais da Comarca de Maringá/PR.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-3282-8045>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9611508737154865>

E-mail: me.thainaandrade@gmail.com

Wilma dos Santos Coqueiro: Doutora em Letras –Estudos Literários pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestra em Letras –Estudos Literários pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Língua, Literatura e Ensino pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Graduada em Letras Anglo-Portuguesas pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão. Docente associada do Colegiado de Letras e do Programa de Pós Graduação em Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da UNESPAR/campus de Campo Mourão. Coordena o Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Diversidade e Cultura (GEPEDIC).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6271-4744>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0153461918591041>

E-mail: wilma.coqueiro@ies.unespar.edu.br



"A obra intitulada *Enfrentamento às violências de gênero: políticas públicas, interdisciplinaridade e diversidades*, organizada pelas/os potentes professoras e professor: Isabela Candeloro Campoi, Maria Inez Barboza Marques, Thaís Gaspar Mendes da Silva e Leonardo Carvalho de Souza, apresenta capítulos que dialogam sobre as questões de violências de gênero, em tempos ainda tão difíceis, em que necessitamos de muita luta e persistência, para que pessoas, geralmente mulheres cis e trans, não sejam violentadas, maltratadas e vitimizadas."

(Dra. Eliane Maio)

